

Mons. FINO BEJA

CULTURA SOCIAL E RELIGIOSA



A IGREJA, O OPERÁRIO E O CORPORATIVISMO

Mons. FINO BEJA



LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO

14, Rua Barros Queiroz, 18

L I S B O A

A IGREJA, O OPERÁRIO E O CORPORATIVISMO

LISBOA

12

**A IGREJA, O OPERÁRIO
E O CORPORATIVISMO**



CULTURA SOCIAL E RELIGIOSA

A Igreja, o Operário e o Corporativismo

Mons. FINO BEJA

Composto e impresso na
Tipografia SILVAS, Ltd.,
118, Rua D. Pedro V, 120
LISBOA

LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO
14, Rua Barros Queiroz, 18
L I S B O A

Nihil obstat

Olissipone, 1 Junii 1940

C. Martins Pontes

IMPRIMATUR

Olissipone, die 3 Junii 1940

† *E. Arch. Mitylenensis*

COLECÇÃO

CULTURA SOCIAL E RELIGIOSA

Monsenhor FINO BEJA

- I — **Palestras de Cultura Social e Religiosa** — I. Evolução religiosa de Leonardo Coimbra. — II. Têmas diversos. — III. Alguns aspectos do feminismo.
- II — **Civilização e Comunismo** — I. Civilização — II. Comunismo. — III. Religião e Comunismo.
- III — **Família, Casamento e Divórcio** — I. Família e Casamento. — II. Inimigos da Família. — III. O Divórcio.
- IV — **A Igreja, o Operário e o Corporativismo** — I. Origens da acção social da Igreja. — II. Reacção contra o liberalismo económico. — III. Corporativismo e Sindicalismo.

A PUBLICAR:

A Igreja e a República em Portugal — Notas de doutrina, notícia histórica e a Nova Concordata.

Conspiração contra a Verdade — Questões históricas. (2 volumes).

Pão em Pequenos — À mocidade escolar — Crónicas sobre têmeas de E. M. e C.

Apologética viva — (2 volumes)

À memória saudosa de minha Mãe
que, em vida, sempre me ensinou,
pela palavra e sobretudo, com o
exemplo das suas virtudes cristãs,
a amar a Deus sôbre todas as coi-
sas, e a servir a Igreja — defensora
nata dos pobres e dos humildes,
contra a opressão e as injustiças
dos poderosos.

PREFÁCIO

Reconhece-se, sem esforço, a actualidade do assunto que escolhemos para êste volume.

A-despeito da luta que se trava na hora presente, entre o Ocidente e o Oriente — a civilização defrontando-se com a barbárie, o espirito com a matéria — cujas origens remontam ao século IX e cujas consequências a ninguém é dado alcançar, os homens de Estado, da Igreja e os homens de estudo, não conseguem desviar inteiramente a atenção do conflito entre as duas grandes forças — trabalho e capital — que pela sua extensa e profunda repercussão e complexidade, perturba a vida, não já de um grupo de Estados ou de um continente, mas de todo o mundo civilizado.

Êste conflito não é de hoje nem de ontêm, mas de todos os tempos ; tem a sua origem primordial nas desigualdades sociais que sendo indestructíveis — entram na ordem superior do universo que não depende da vontade caprichosa do homem mas da von-

tade soberana de Deus que assim a constituiu — devem procurar um justo e pacífico equilibrio.

É inegável que, entre todos os homens existe uma igualdade fundamental — de natureza, de origem, de destino supremo e perante a lei e o dever.

Mas o homem não é uma abstracção ou um ser isolado; não foi criado para viver como Robisson Crosuê, numa ilha deserta, com animais ou como Alain Gerbault, atravessando os mares, perdido entre a água e o céu, dentro da sua barca.

O homem é um ser social e na sociedade existem desigualdades providenciais.

O homem nasce e cresce na família e esta não se compreende sem a autoridade, o chefe; vive, trabalha e morre, na tribo, na cidade, na pátria e estas não podem subsistir sem a gerarquia.

Por outro lado, é evidente que os homens disparem uns dos outros, pelo talento ou pelas energias, pela virtude ou pelo vício, são desiguais pelo mérito, pela fortuna, e pela posição social.

O nivelamento demagógico que preconizam certos sistemas, é impossível; a igualdade absoluta não passa de um sonho perigoso, de uma quimera simplesmente monstruosa.

Trabalho e capital ou, com mais propriedade, ricos e pobres ⁽¹⁾ são uma intenção de Deus; não se pode condenar esta desigualdade sem condenar a própria Providência.

Tendo Deus variado, como lhe aprouve, em extensão e perfeição, as qualidades concedidas a cada homem, estabeleceu o fundamento natural donde resulta inevitavelmente a diversidade de fortunas e a diversidade de categorias sociais.

Mas o conflito não resulta propriamente do facto das desigualdades sociais, mas de outro facto, aliás reconhecido por todos — o desequilibrio provocado

⁽¹⁾ Não confundimos os pobres com o pauperismo e muito menos com o miserabilismo.

pela acumulação de bens nas mãos de uns poucos e a completa escassêz de recursos em muitos outros.

Em todos os tempos se tem verificado êste contraste que divide os homens em duas categorias: os que, abusando da sua situação privilegiada e desprezando os graves deveres que dela resultam, vivem uma existência luxuosa, por vezes, esteril e viciosa e os que trabalhando na oficina ou mourejando na terra, mal conseguem, pelo indispensável à vida e à dignidade de pessoa humana, libertar-se da dolorosa angústia de cada dia.

Por isso repito, o conflito não é de hoje nem de ontêm mas de todos os tempos, se bem que, em nossos dias, se revista de gravidade tão extrema que paira nos horizontes da sociedade, ameaçador da mais ruïnosa subversão.

A antiga civilização greco-latina pretendeu resolvê-lo pelo processo simples e brutal da escravidão.

Considerava o pobre, como um instrumento animado e entre êle e o animal só havia uma diferença,

é que o animal era tido em maior conta que o homem; os escravos de Caligula podiam invejar ao cavalo do imperador as honras e a dignidade de senador romano e de haver bebido por uma taça de ouro.

Depois de séculos de civilização cristã, conheceu-o a Idade Média; mas durante êste belo período da história, a concepção cristã da solidariedade profissional, encontrou-lhe, nas corporações, a mais perfeita solução.

Não tardou que o regime corporativo do trabalho, influenciado pelo individualismo da Renascença e pelo livre-exame da Reforma, tendo de lutar a cada passo contra as intromissões do Estado absoluto, viciado na sua doutrina e viciado na sua aplicação, funcionasse defeituosamente e quâsi exclusivamente em proveito dos mestres e do fisco.

Em tôdas estas épocas porém, o problema do capital e do trabalho, o conflito entre ricos e pobres, ocupara um plano muito secundário no espírito dos homens do tempo.

Outras preocupações predominavam então no seio das sociedades : as guerras, os interesses dinásticos, as rivalidades políticas e por vezes, as lutas religiosas.

Nos tempos modernos, dadas as formidáveis concentrações do capital e do trabalho que fizeram dêste um factor preponderante, a vida económica transformou-se e esta transformação veio acompanhada do enfraquecimento do pensamento e da moral cristã e do renascimento vigoroso do individualismo, operado pela Enciclopédia, no século XVIII.

Turgot dissolve em França, as velhas corporações, em vez de as rejuvenescer e reformar; os legisladores, filhos da Revolução, em nome da liberdade, impediram o seu renascimento.

— O homem é livre; só o homem é senhor dos seus actos, das suas faculdades, do seu trabalho; mesmo com o pretexto de o ajudar e proteger, ninguém pode coagi-lo ou obrigá-lo a servir e a trabalhar — repetia-se.

Semelhante doutrina, sedutora na aparência, conquista adeptos, em toda a parte; mas dela proveio a ausência completa de organização no mundo do trabalho que faz do operariado uma poeira de átomos desassociados e sem ligação entre si, — consagração legal da anarquia que devia de aproveitar, como de facto aproveitou, aos ricos com prejuízo dos pobres.

A teoria da liberdade de trabalho para aquêle que não conta senão com o seu músculo para viver redú-lo a morrer de fome ou a aceitar o trabalho nas condições mais duras e menos vantajosas que lhe impuzeram.

E na realidade, esta foi a condição criada à imensa maioria dos pobres pela grande revolução.

Obrigados a trabalhar para viver e privados do direito de associação para poderem defender-se, desprezados pelos políticos, e pelo Estado, encontraram-se fatalmente à mercê das exigências e das opressões dos afortunados, que possuindo a terra e o

dinheiro, eram contudo livres : podiam dar ou não dar trabalho e nas condições que o seu egoísmo lhes suggerisse.

Demais, segundo a doutrina económica em voga, o trabalho não passava de mercadoria que se comprava pelo mais baixo preço, para com ela se haver o maior lucro.

A pessoa do trabalhador, desprezada, envilecida não contava ; a moral e a justiça nada tinham com o contrato de trabalho que dependia unicamente da lei fundamental da oferta e da procura.

Dêste regime, tão cruel e irònicamente chamado o regime de liberdade do trabalho derivou para o operário uma série de malefícios : — um trabalho contínuo, além das próprias fôrças, sem descanso ao domingo, trabalho prolongado que ia de doze a catorze horas por dia, tornando impossível a vida de família, a ausência de tôdas as precauções higiênicas nas fábricas e nas oficinas tendentes a defender-lhes a saúde, a carência de provisões para os casos ine-

vitáveis de doença, invalidez, de desemprego e de accidentes, o desinterêsse freqüente dos patrões pelas condições de vida dos seus operários, não se importando que tivessem família e filhos numerosos, que vivessem, em alojamentos inconvenientes, em barracas de animais ou em mansardas infectas.

Tinham convencionado livremente um salário, pagavam-no, e era tudo.

O século passado — século de grande expansão económica e de grande progresso industrial — pode bem dizer-se que foi uma época de ferro para os operários assalariados.

Relegados e abandonados por uma sociedade próspera e, sob certos aspectos, brilhante, de que elles eram os artífices e o fundamento obscuro, mal vestidos, mal alojados, mal alimentados — presa viva oferecida aos estragos do alcool e da tuberculose, modernos párias em cujo coração germinavam lentamente o ódio, a amargura, a inveja e a revolta, êste exército de escravos punha de contínuo em sobressalto

a vida dos homens tranqüilos e a existência dos gozadores.

Antes da guerra de 1914, tinham já conquistado a consciência de que eram homens e como os outros homens tinham direito, com o seu trabalho, a viver uma vida humana e não a vida de escravos e a participar dos benefícios da civilização que o seu trabalho alimentava; e tinham também tomado consciência de que eram o número e a força, que o seu isolamento era a sua fraqueza; e começaram a formar o que chamaram o exército dos trabalhadores conscientes e organizados que se propunha assaltar o capitalismo.

Surge em cena o socialismo — precursor do comunismo — cujos chefes souberam explorar habilmente as injustiças sociais, os abusos dos grandes e o descontentamento dos pequenos.

De há muito que uma legislação operária, obra social embora incompleta, vinha melhorando consideravelmente a sorte e a condição dos operários, sob

o ponto de vista da duração do trabalho, do salário, dos acidentes, das aposentações.

Mas às reclamações justas sucedem-se outras exorbitantes e as reclamações cedem a vez às exigências e às ameaças.

A força do número e a força do músculo querem ditar imperiosamente condições.

A matéria prevalece sobre o espírito.

Prepara-se a cidade nova em que a propriedade e todos os meios de produção passarão aos productores sob o signo da ditadura do proletariado.

O Estado, até aqui desinteressado e desatento, desembaraça-se do lema liberal — laissez faire, laissez passer — e procura evitar a catástrofe que se avizinha, a revolução anárquica e violenta; dissolve os sindicatos operários, ninhos de revolucionários e esboça, no mundo do trabalho, uma nova organização dentro dos princípios e dos moldes do corporativismo.

A Igreja, como nenhuma outra instituição, co-

nhece as origens do mal social, toca a realidade trágica que os técnicos, a-pesar dos seus estudos, esforços e estatísticas friamente cordenadas, não sentem e, por vezes procuram ocultar e traz, ao conflito, a solução justa e pacífica que, só por si, responde tanto aos homens de Estado e aos economistas liberais quando afirmam que a missão da Igreja não é resolver os problemas económicos mas conduzir os homens ao reino dos céus, como aos socialistas que a acusam de desinterêsse pela sorte dos operários e pelas reformas sociais. (1)

(1) Muitos capítulos dèste livro, reduzidos a forma de palestras, foram lidos ao microfone de R. C. P.

ORIGENS DA ACCÃO SOCIAL DA IGREJA

- I — Natureza do ensino evangélico
- II — Doutrina social do Evangelho
- III — Humanismo pagão ou a escravidão do homem.
- IV — Humanismo cristão ou a liberdade do homem.
- V — A grande lei do trabalho
- VI — A reabilitação do trabalho
- VII — O trabalho e o salário

NATUREZA DO ENSINO EVANGÉLICO

Moisés, legislando para o povo hebreu, preocupou-se com a excepção; Jesus, promulgando uma só lei de amor para a espécie humana, teve em vista a universalidade.

Giovanni Rosadi

Aperene acção social da Igreja, através da história, manifestou-se mais ostensivamente, em nossos dias, sobretudo depois da publicação da notável encíclica de Leão XIII, sobre a *Condição dos operários* ⁽¹⁾.

Tão oportuno documento — que então alguns julgaram erradamente, uma transigência do espírito arguto daquêle pontifice com as tendências do sé-

⁽¹⁾ Maio de 1891.

culo, ou uma manobra política, destinada a conquistar as massas operárias, desavindas ou afastadas da Igreja, ou ainda uma pura inovação, — é o lógico desenvolvimento da doutrina de Jesus e a sua aplicação às necessidades dos tempos modernos.

A acção social da Igreja, mergulha as suas raízes profundas no Evangelho.

Numa época em que tanto interesse desperta o estudo dos problemas sociais, creio não se ter reflectido, suficientemente, nos ensinamentos sociais que o Evangelho contém.

Admira-se a doutrina de Jesus, como doutrina individualista que nos esclarece apenas sobre as relações do homem com Deus e com a vida futura e desconhece-se geralmente que essa doutrina nos ilumina e instrui igualmente e simultaneamente sobre os deveres e direitos do homem, ser social, de molde a encaminhar-nos para o nosso destino eterno

Não surpreende semelhante atitude, da parte dos protestantes para quem a religião é sobretudo um *assunto individual*, mas não se compreende, da parte dos católicos, que a *concebem, prégam e propagam como doutrina social*. ⁽¹⁾

Julgo que falando-se, de Cristianismo social ou de Evangelho social, implicitamente se afirma que, nas palavras e discursos de Jesus e até nas suas acções, existe uma doutrina de carácter social.

(1) Brunetière — *Discours de combats*.

Demais, não há teórico ou utopista que não tenha procurado na autoridade do Evangelho, o prestígio dos seus sistemas.

Mesmo, para alguns, quaisquer que sejam as fundas divergências ideológicas que os separam, Jesus é, antes de tudo, um reformador social.

Os escritores revolucionários de 1848, Meunier, Villegardelle e outros, vêem no Evangelho e no Cristianismo primitivo, os princípios do socialismo moderno, a negação da propriedade e a apologia do comunismo.

«Se o cristianismo tivesse sido interpretado e aplicado, segundo o espirito de Jesus Cristo—escrevia Cabet—; se fôsse bem conhecido e fielmente praticado pela numerosa porção de cristãos que são animados de uma piedade sincera e que não têm necessidade senão de conhecer bem a verdade para a seguir; êsse cristianismo, a sua moral, a sua filosofia e os seus preceitos seriam suficientes ainda para estabelecer uma organização social e política perfeita, para libertar a humanidade do mal que a esmaga e para assegurar a felicidade do género humano sobre a terra; não haveria ninguém que podesse recusar-se a dizer-se cristão.» ⁽¹⁾

Depois veio Renan que acerca de Jesus escreveu: — que sob certos aspectos não passava de um anarquista, que não tinha noção alguma do que era o

(1) *Le vrai christianisme suivant Jesus-Christ*.

governo civil da sociedade ; que este governo lhe parecia pura e simplesmente um abuso; que sonhava com uma revolução social em que se invertessem as classes e em que tudo o que neste é oficial seria humilhado. (2)

O italiano Labranca no *Cristianesimo primitivo*, considera também Jesus como um dos precursores dos agitadores modernos.

Durante o século passado, os socialistas da Bélgica e da Alemanha, veneram-no como seu irmão de armas e pretendiam, na luta contra a burguesia e o capitalismo, seguir as suas doutrinas e imitar os seus exemplos.

Se em França, Jaurés o considerava defensor da sociedade burguesa, durante muitos anos pondeu-se a sua fotografia entre as dos grandes mestres do socialismo.

Rudolf Todt sustenta que para abraçar o programa de Cristo, os socialistas só têm que eliminar o seu ateísmo. «Sem este, as suas teorias, escreve, não poderão ser combatidas sob o ponto de vista cristão; os seus princípios são não só conformes com as palavras do Novo Testamento mas impregnados das verdades divinas e evangélicas».

Segundo o americano Herron, as palavras de Cristo parece terem por fim, senão exclusivo, ao menos principal, uma reforma económica — : «o Ser-

(2) *Vida de Jesus*. Cap. VI.

mão da Montanha é a ciência da sociedade ; é um tratado de economia política. Uma *democracia industrial* seria a realização social da cristandade. Eis a lógica do Sermão da Montanha.»

Não são porém apenas os reformadores, mais ou menos revolucionários, que buscam, no Evangelho, uma doutrina sobre que assentem as suas extravagantes teorias, também os defensores do *statu quo* que favorece ambições, patrocina privilégios e gera abusos, pretendem encontrar, no Evangelho, a defesa das suas situações e prejuízos.

Para estes gozadores, Jesus somente teria tido palavras que prégassem a resignação aos pobres e a todos os desgraçados e oprimidos, que aconselhassem a sorte que lhes coube.

Porque respeitou as categorias e distinções sociais, como lei de Deus, julgam-no um *conservador*.

Qualquer que seja o valor de opiniões tão contraditórias e bizarras, uma coisa é certa: — o reconhecimento da influência social da doutrina que Jesus ensinou.

A vinte séculos de distância, hoje, como outrora nas margens do Jordão ou do lago de Teberíades, a sua palavra atrai a atenção e seduz o espírito de quem a escuta sem prevenções.

A despeito das aparências em contrário, o movimento social que se observa em quasi todos os povos civilizados caracteriza-se pelo respeito pela pessoa de Jesus.

«A aparição de Jesus, confessa um escritor racionalista, permanece no mundo como o único princípio de cultura moral. As nações serão mais ou menos civilizadas segundo forem mais ou menos influenciadas por esta aparição.»

Ninguém, de boa fé, poderá contestar estas palavras.

É um facto, que há na nossa sociedade, a-pesar-de tudo, mais justiça e maior prosperidade, e um desejo ardente de paz e de fraternidade; que uma repulsa instintiva levanta os povos contra as agressões e as violências; que se o homem é hoje mais respeitado do que há vinte séculos, como pai e como cidadão livre, se a civilização atingiu uma perfeição que os povos antigos desconheciam, a Jesus o devemos. Entre os povos em que o Evangelho não é conhecido ou é rasgado, o respeito mútuo desaparece; em vez do domínio da justiça e da caridade surge o regime da violência e da força material.

«Que se tracem sobre um mapa-mundi—escrevia o conhecido historiador G. Kurth — as fronteiras da civilização e vê-se há que se traçaram as fronteiras do cristianismo. Quem descer através das camadas sobrepostas da sociedade, para vêr até onde penetrou o trabalho do espírito civilizador, verificará que êle se detem no limite preciso, atingido pelos princípios cristãos.» ⁽¹⁾

(1) *Les Origines de la civilisation*. Introduction. IV.

Ora o Evangelho é a expressão simultaneamente mais simples e mais completa do Cristianismo.

É ali, quem o quizer conhecer, na sua integridade original e abranger a sua influência, que o deve procurar; ali, se descobrem as raízes vivas e exuberantes da nossa civilização e as origens da acção social da Igreja.

Não se pretende que o Evangelho contenha, antes de tudo e sobretudo, um programa ou uma mensagem social.

Enganam-se os que consideram Jesus Cristo um reformador, à maneira de Proudhon ou de Karl-Marx.

As suas palavras nunca foram revolucionárias ou prólogo de agitações e de catástrofes, em proveito de uma classe.

Não condenou expressamente a ordem social e a economia então em vigor, mas conheceu e denunciou os seus abusos e, não se teria erguido com veemência contra os ricos, os poderosos e os sacerdotes do tempo, se uns e outros cumprissem os deveres que lhes impunha a sua situação social.

Mas as suas palavras cominatórias não denunciavam um demagogo.

No entanto, nunca os homens ouviram uma doutrina social, como a que Jesus prégou; ninguém ensinou com tanto saber e autoridade, com tão penetrante visão do futuro e com tão perfeito conhecimento dos homens.

Platão, Aristoteles e Buda falaram a um época, a um meio social, a uma raça; eram homens.

«O próprio Moisés — diz Giovanni Rosadi — legislando para o povo hebreu preocupara-se da excepção; Jesus, promulgando uma só lei de amor para toda a espécie humana, tinha em vista a universalidade.» ⁽¹⁾

Quem ouvir as suas palavras — *Amai-vos uns aos outros — Amai a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a vós mesmos* — compreende que não é um Rabi que fala aos judeus mas o Mestre que fala à humanidade.

Desinteressando-se, aparentemente, dos problemas sociais que nas circunstâncias em que vivia se apresentavam ao seu espírito, tratava-os ligeiramente, como que de passagem: — *dai a César o que é de César e a Deus o que é Deus* — respondia aos que lhe perguntavam capciosamente se deviam pagar tributos e impostos.

No entanto, estas palavras imortais vinham libertar a consciência humana, escravizada pelos que exerciam o poder sobre os corpos e a tirania sobre as almas.

Observara que as classes *predominantes* — sacerdotes e fariseus — preocupados inteira e exclusivamente com um culto meramente ritual e uma justiça aparente, tinham perdido todos os sentimentos

⁽¹⁾ Il processo di Gesù.

de generosidade e de misericórdia para com os infelizes. Não tomou, contudo, directamente a defesa destes nem caminhou exaltado à frente dos descontentes, no assalto aos que abusavam.

Semelhante atitude provocaria perturbações na sociedade humana que elle vinha pacificar e não agitar.

Contenta-se em demonstrar a sua predilecção por todos os desgraçados: consola as viúvas, cura os doentes, dá pão aos famintos, condena, por meio de parábolas, os maus ricos, e incarna no bom Samaritano, o homem bom e caritativo.

Se repete, várias vezes — *Ai de vós ricos!* — nada nos leva a crêr que alveje apenas os seus contemporâneos detentores da fortuna; o seu pensamento alarga-se a todos os que, de futuro, na Judeia ou em qualquer outra parte do mundo, se prendem exclusivamente aos bens materiais, menosprezando o seu destino supra-terrestre e postergando os deveres para com os seus semelhantes.

A impersonalidade, a originalidade desta doutrina e sobretudo o seu admirável poder de adaptação, a todas as sociedades, caracterizam a sua universalidade.

Sucedirão os tempos, as gerações desaparecerão para dar lugar a outras e o *Sermão da Montanha* conservará intacto o seu prodigioso valor social.

Enganam-se porém os que julgam descobrir nêle um *tratado de economia política* e no Evangelho, um programa de reformas sociais.

Os tratados de economia política e os programas

de reformas sociais envelhecem bem depressa; efêmeros, como as circunstâncias a que devem a origem, morrem com aqueles que os conceberam.

Os tratados ou programas do Evangelho teriam o mesmo destino; ótimos para um século, seriam inadaptáveis a outro.

Por isso «Jesus não traçou um programa social — diz neste passo e com razão Harnack — se por esta palavra se entendem instruções e organizações bem definidas. Se tivesse promulgado leis úteis para a Palestina, qual o resultado? Hoje seriam nocivas, amanhã caducas e teriam mudado e confundido absolutamente o Evangelho».

O carácter ao mesmo tempo sublime e simples do ensino social de Jesus deriva da sua inteira subordinação à idéa religiosa.

Quem tentar separá-lo da religião, condena-se a pervertê-lo, arrisca-se a não poder compreendê-lo.

«O que preocupou Jesus, no seu ministério, escreveu Peabody, não foi a reorganização da sociedade, mas a revelação à consciência humana das suas relações com Deus».

— *Que serve ao homem ganhar o universo, se vier a perder a sua alma?! — Procurai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e o resto vos será dado por acréscimo* — dizia o Mestre.

As necessidades sociais e económicas diferem de um povo para outro, de um clima, de uma época para outra; as necessidades religiosas a que Jesus trouxe a Revelação, são universais e invariáveis.

A missão de Jesus é estabelecer na terra o reino de Deus.

Não se trata de um reino ou império terrestre, como julgavam os judeus, porque dêle os pobres e os humildes serão os primeiros: — *Quem se fizer pequeno como uma destas crianças será o primeiro no reino dos céus.*

Fazer a vontade do Senhor e realizar o seu reinado sobre a terra na esperança de alcançar o reino supra-terrestre, tal é a grande lição de conjunto que flui de todo o Evangelho.

O Evangelho não contém portanto uma doutrina social, se, por esta expressão, se entende uma doutrina cujo o objecto determinado e preciso sejam as relações dos homens entre si e com os bens materiais; nêle não se descobrem soluções particularistas para os problemas que hoje nos agitam como seja uma teoria do justo salário ou das horas de trabalho. Mas aquele que estudar atentamente o pensamento de Jesus convencer-se-á de que tais teorias ou melhor, determinada doutrina económica, é ou não conforme com o Evangelho.

Quando o sindicalista intelectual G. Sorel escreveu: «O Evangelho não é senão para o homem purificado, para o anacoreta e para o santo, nada se aprende nêle que possa interessar à sociedade civil moderna» ⁽¹⁾ esqueceu que Jesus, embora preo-

⁽¹⁾ *Crise de la société antique.*

cupado sobretudo com o reino dos céus, não se desinteressara do reino da terra.

Não é difícil sustentar que fizera depender, em certo modo, as prosperidades do primeiro da boa administração do segundo.

Ao ensinar-nos a repetir — *Venha a nós o vosso reino* — que *a vossa vontade seja feita na terra como no céu* — compreende-se que deseja que a vontade divina se cumpra na sociedade terrestre como na outra; e, mandando-nos em seguida *pedir o pão nosso para todos os dias*, indica claramente que, ao cumprimento da vontade de Deus no céu e na terra, está subordinada à satisfação das *necessidades materiais* da existência:

Ter o pão de cada dia é para o homem condição essencial de vida e portanto meio de amar e de servir o Criador..

Adiante se esclarecem estes princípios.

Basta por agora que se conheça que as preocupações sociais e mesmo as económicas não são de todo, excluídas do ensino evangélico e que para se compreender o Evangelho, os seus ensinamentos não se podem separar e dividir.

Tudo o que Jesus disse para nos esclarecer e instruir, sobre o trabalho, a autoridade, a riqueza e a pobreza refere-se ao reino de Deus, cujos fundamentos lançou; não se pode no entanto deduzir que o reino presente não tenha sido objecto da sua solidicidade.

Se o homem não vive somente de pão, não pode

viver sem pão; os bens materiais são desprezíveis quando se erguem como obstáculo ao reino de Deus, mas tem o seu valor, porque podem e devem concorrer para o estabelecimento dêsse reino.

Pode pois dizer-se que há uma ordem social e económica, moldada nos princípios do Evangelho.

Estes princípios penetraram a sociedade antiga e modificaram-na, mas só depois de terem transformado os individuos.

O que torna precário as mais belas reformas sociais é julgar-se que uma sociedade se transforme por meio de leis, de decretos legislativos ou por revoluções e actos de violência; que baste proclamar-se o amor, a paz e a solidariedade para que subitamente as massas humanas se deixem orientar e governar por êsses nobres sentimentos; ou que se distribua, por elas, caudais de dinheiro e de cultura para que mágicamente se tornem felizes.

Mesmo, realizadas na sociedade, as condições de bem-estar material, se os individuos não souberem ou não quizerem moderar desejos e apetites e pretenderem sempre, *mais e mais* para a satisfação do seu orgulho e ambições ou do prurido de gozo e prazer, poderá esperar-se que o bem-estar social — que não é somente abundância de bens materiais — mas paz, justiça, amor, respeito e auxilio mútuos —, possa nascer de invejas desencadeadas, de ódios incontidos e de ambições insatisfeitas?

Ilusão perigosa, que não deixa reflectir sobre as mais duras realidades!

Enquanto o homem fôr o homem, isto é, o ser que conhecemos em nós e nos outros, egoísta, gozador, ambicioso, violento até à brutalidade quando trata de defender os seus interesses, em vão, legisladores e políticos modificarão as condições exteriores da sociedade em que nasce, vive e morre.

Multiplique-se o conforto, a riqueza e o saber, e de facto assim se tem feito, e a sociedade não se modificará senão aparente e illusoriamente.

Tem-se comparado a sociedade a um organismo.

Que saúde esperar dum corpo orgânico, se os órgãos não forem sãos, se os tecidos ou as moléculas — elementos primitivos — permanecerem mórbidos?

As doenças que o mundo sofre são individuais e sociais e estas por via de regra derivam dos males que nos afligem individualmente.

Os que se preocupam com o progresso e civilização da sociedade e vivem absorvidos em corrigir apenas, as instituições, as organizações, — certos ajustamentos exteriores defeituosos — não querem vêr que o mais importante seria começar por corrigir ou aperfeiçoar os elementos que os constituem.

Assemelham-se ao architecto que pretendesse erguer e construir um edificio sólido, magnifico e duradouro, sem pedras fortes e peças consistentes.

«Propõem-nos diversas panaceas, escreve Heron, que devem ter por efeito curar as chagas sociais e acabar com os queixumes dos descontentes. Entre êsses projectos, há-os úteis e necessários que procedem do desejo real de melhorar o estado da

sociedade, mas nenhum poder político, nenhuma legislação conseguirá tornar o homem desinteressado. Enquanto os homens não adoptarem uma vida isenta de egoísmos, não se propuzerem o bem de seus irmãos e o prosseguir o bem social, com o mesmo ardor que procuram o seu próprio bem, a injustiça e a desigualdade desaparecerão sob uma forma para reaparecerem sob uma outra mais cruel».

Quid leges sine moribus — escrevia Horácio.

«Se os trabalhadores triunfassem, dizia em 1899 o chefe socialista Vandervelle, aos operários de Martigny-sur-Sambre, sem terem realizado as *evoluções morais* que são indispensáveis, o seu reino seria abominável e o mundo ficaria mergulhado em *sofrimentos, brutalidades e injustiças* tão grandes como as do presente».

Anos depois, os nacionalismos exacerbados — de que o bolchevismo é uma modalidade — vinham corroborar, com uma dura experiência, as palavras do socialista belga.

Quão diferente o método que seguiu o divino Reformador!

Procura o indivíduo e no indivíduo o que êle tem de mais oculto, escondido e de mais íntimo; vai direito à sua alma, à sua consciência.

Interrogam-no os fariseus sobre o reino de Deus e responde: *O reino de Deus não chega de uma maneira que impressiona a vista... o reino de Deus está dentro de vós.*

O seu ensino, parece, aos que o conhecem super-

ficialmente, individualista e tão exclusivamente individualista que se tem escrito que o homem que vive em sociedade, nenhuma luz encontra nêle.

— «Dirige-se ao anacoreta, diz G. Sorel, alheia-se portanto a tôda a idéa de justiça-social»; e Emílio Faquet chegou a escrever: — «Sou levado a crer que Jesus é o fundador do individualismo. Abri o Evangelho, não encontrareis nas suas páginas, a justiça mas o amor».

Semelhantes concepções são falsas.

Mesmo que Jesus, durante a sua vida, prêgasse apenas a seres isolados — e não é verdade — êsses indivíduos, objecto único da sua doutrinação viviam em um meio social onde necessariamente a sua doutrina devia ter influência.

Se consagra e dedica a sua solicitude a cuidar do indivíduo, é que sabe que a cura de cada membro traria o bem-estar de tôda a sociedade.

Porque criou o Cristianismo uma nova civilização?

Porque mudou o homem interior, as suas crenças e os seus sentimentos, porque regenerou o homem moral e o homem intelectual, — responde Guizot ⁽¹⁾.

Portanto Jesus foi um Mestre profundamente individualista e profundamente social.

Reforma a sociedade, applicando-se primeiramente — não exclusivamente — a reformar o indivíduo.

⁽¹⁾ *Histoire de la civilisation en Europe*. C. I.

Realiza-se então, em tôda a sua força, a lei da reciprocidade: — a sociedade reformada ajuda o indivíduo a aperfeiçoar-se.

Porque Cristo desejava o desenvolvimento orgânico da nova sociedade, trabalhou pacientemente por formá-la, célula por célula. Cada vida humana impregnada do espirito que Êle incarnou e revelou, marcava um passo, à frente, para o reino de Deus.

Cada vez que a idéa nova do Pai e de uma vida nova se apossava fortemente de uma alma e a determinava à acção, realizava-se um progresso.

É o que se passa quando os tecidos do organismo humano foram destruídos pela doença ou por um choque exterior e um novo tecido se vai formando silenciosamente até reconstituir o organismo.

Jesus incarnava um novo tipo de vida que se reproduziria nas relações com os homens que eram testemunhas das suas palavras e acções.

Como o sangue corre expontaneamente pelas artérias ou pelos vasos capilares normalmente constituídos, semelhante trabalho de assimilação se realiza no organismo social.

Desta sorte, Jesus trabalhava a alma dos indivíduos, mas o seu objectivo não era só o indivíduo mas também a sociedade; o seu método implicava o emprêgo de forças sociais; sabia que era necessário implantar uma nova concepção da existência para que uma vida nova pudesse ser vivida e que as pessoas renovadas formariam outros tantos centros de vitalidade donde surgiria a sociedade nova.

Ao instruir o homem, não o considera um solitário.

Recorda-lhe os múltiplos laços que o prendem ao Sêr Supremo, que é o Senhor do céu e da terra, que faz brilhar o sol e chover sôbre os bons e os maus, que governa os corpos e as consciências, que é a fonte da autoridade e a origem do poder; Pilatos, não teria autoridade sôbre mim, diz, se ela não lhe viesse do alto, que é Pai das criaturas humanas, que ama cada uma delas individualmente e que não quer que pereçam, semelhante ao pastor que corre atrás da ovelha perdida, indulgente com o filho pródigo arrependido...

Este Pai é nosso Pai; todos — Cristo e os homens — formamos uma só família, somos irmãos. Está nos céus e governa-nos com terna solicitude; conhece aquilo de que carecemos e se sustenta as aves do céu, peçamos-lhe confiadamente, o pão de cada dia, porque «qual de vós ouvindo a seu filho pedir pão lhe daria uma pedra?»

Deus, Senhor e Pai — não é êsse potentado, imaginado pelo racionalismo, que depois de ter lançado nos espaços o mundo e as almas, se retira desinteressado, se isola egoísta, soberbo e desdenhoso da sua obra.

Ele é também o juiz. Não há um acto, um pensamento, um desejo que êste Magistrado íntegro não pese na balança da sua justiça. Mas o Pai não julgará só, «*êle deu ao Filho todo o julgamento, a fim-*

-de que todos os homens, honrem o Filho como honram o Pai (¹).

Quem o despreza e não aceita as suas palavras encontrará quem o julgue; a doutrina que ensinou será o seu juiz; condená-lo-á no último dia (²).

O homem para Jesus é um sêr essencialmente religioso.

Esta verdade constitui a essência e o fundo do seu ensino. Depois de ter revelado aos homens o Poder, a Paternidade, a Providência e a Justiça de Deus, prega as grandes virtudes individuais.

Primeiramente: a obediência.

O homem — sêr racional — é livre mas não é independente. Deve guiar-se por uma Vontade Superior que lhe intima as suas ordens quer directamente, falando-lhe à consciência, quer por meio de leis que outros promulguem.

Se quizer entrar na vida eterna disse a um jovem que o interrogava — que observe os mandamentos, que cumpra a lei.

Insiste sôbre a humildade — virtude que os sábios de Roma e da Grécia ignoravam.

Os mais altos espíritos do paganismo prestaram sempre culto à vaidade e ao orgulho, prostrando-se diante do ídolo da glória. Desconhecedores do verdadeiro Deus — íntegro apreciador dos méritos hu-

(¹) S. João. V. 16-47.

(²) S. João, XII, 44-50.

manos — mendigavam falazes sanções à opinião pública.

«Tende cuidado! não façais as vossas boas obras diante dos homens para serem vistas, não recebereis a recompensa de vosso Pai que está nos céus. Quando deres esmola, não faças soar diante de ti a trombeta, como fazem os hipócritas, nas sinagogas e nas ruas, para serem honrados pelos homens; de claro que êsses já receberam a sua recompensa».

— «Mestre — perguntaram-lhe um dia os discípulos — qual de nós será o primeiro no reino dos céus?» Jesus, sentou-se, reuniu em volta de si os doze e disse-lhes: «Se algum quizer ser o primeiro que seja agora o último e o servo de todos»; e chamando em seguida uma criança, envolveu-a carinhosamente num abraço e disse: «Em verdade vos digo, que se não mudardes e não vos tornardes como esta criança não entrareis no reino dos céus».

Jesus, acercando-se do indivíduo, coloca-o em frente de Deus; ensina-lhe que não é o cego acaso que dispõe dos seus destinos; que não é a frágil embarcação, vogando sem norte no oceano imenso, mas o navio dirigido e governado superiormente pela mão segura de um providente Piloto.

E como não bastasse esta revelação, traça-lhe uma nova orientação de vida.

Na sociedade antiga, escreve Brunetiére, a orientação da vida encontrava-se na função de viver; o grande problema era viver, pouco importando viver

de uma maneira ou de outra, contanto que se vivesse plenamente.

A maior revolução operada por Jesus foi colocar o objecto da vida fora dela mesma, para além dela, na realização de um ideal desconhecido ou tido como inteiramente inacessível.

Sem desenraizar o indivíduo do meio social e terrestre em que nasce, vive e se agita, abre-lhe um horizonte magnífico, enobrece-o com imortais e infinitas esperanças.

O que ama a sua vida perdê-la-á; o que odiar a sua vida neste mundo guardá-la-á para a vida eterna.

O grande problema não é viver, mas viver de tal sorte que a vida prossiga depois, plena e completa, fora dos limites do tempo.

Seria não compreender o que fica dito, julgar que Jesus é inimigo da vida e do progresso humano. Êle veio ao mundo para que a sua doutrina e o seu exemplo conduzissem os indivíduos e os povos pelo caminho do bem aos cumes de um ideal que torna mais bela e mais nobre a existência individual e social. — *«Eu sou o caminho, a verdade e a vida; vim para que os homens tenham a vida e a tenham em abundância».*

II

DOCTRINA SOCIAL DO EVANGELHO

O verdadeiro fundador do catolicismo é Jesus Cristo; a primeira fonte do ensino social da Igreja é incontestavelmente o Evangelho.

J. Duperray

A Igreja não tem por missão formar apenas o homem, em relação com o seu destino sobrenatural; procura estabelecer uma sociedade cristã, isto é, uma sociedade cujas idéas, costumes e instituições derivem da fidelidade mais ou menos perfeita aos preceitos religiosos mas cuja organização e estrutura sejam orientadas e informadas pelo espírito do Evangelho, pela doutrina de Jesus.

Sòmente a Igreja possui uma doutrina totalitária; que esclarece e instrui o individuo, desde o berço ao túmulo, em tôdas as emergências e condições da

vida, projectando-se, de alto a baixo, em tôdas as camadas sociais.

Se, ao criar o homem, Deus o dotou de corpo e alma, com o dever e o direito de prover a tôdas as suas indigências — espirituais e materiais —, ao fundar a sua Igreja, Jesus chamou aos apóstolos *pescadores de homens* e não *pescadores de almas*, significando, evidentemente, que a sua doutrina não devia pairar e subsistir no puro domínio das especulações ou dirigir-se apenas à alma individual mas abranger todo o homem — *sêr social* — e portanto a colectividade.

Daí que a Igreja mesmo quando nos prêga a vida futura não esquece as condições da vida presente; quando trata dos interêsses espirituais do homem não despreza nem descarta os seus legítimos interêsses materiais; quando nos convida a voltar os olhos para o céu não nos aconselha a abandonar a terra.

Para libertar, porém, o nosso espírito das ilusões e quimeras duplamente perigosas de uma felicidade total e imediata, mostra, para além dos horizontes limitados do presente, a visão imensa e infinita da eternidade, fazendo prevalecer pelas noções do bem e do dever, da justiça e da fraternidade, as esperanças imortais, no meio das brutalidades, das injustiças e dos conflitos sociais.

E enquanto filósofos, sociólogos e políticos das mais variadas escolas e tendências, passam preocupados em remodelar ou destruir a sociedade, para a refundir de novo, ela, permanece através dos tem-

pos, atenuando, corrigindo ou rebatendo teorias, e dirigindo os passos da humanidade de modo que as conquistas do presente não comprometam a justiça, o direito e os destinos dos povos.

Crê-se, erradamente que a doutrina do Evangelho visa sômente o indivíduo e neste apenas a alma nas suas relações com Deus e a vida futura; que é completamente omissa âcerca das condições da vida presente e das relações sociais.

Em certos meios, formou-se mesmo uma opinião corrente e indestrutível de que a *Boa Nova*, que Jesus trouxe ao mundo, seria profunda e exclusivamente individualista, *asocial*, senão *anti-social*, repassada de desprezo ou de um calculado esquecimento de tudo o que não seja super-terrestre.

Muitos homens, racionalistas ou areligiosos, consideram Jesus e o seu Evangelho como humana e socialmente perigosos.

Nestes, como noutros planos da ciência social, Augusto Comte exerceu tão nefasta influência sobre os seus contemporâneos que ainda se não desgastou.

Comte excluiu, como é notório, Jesus do seu calendário; classificou-o como um personagem *essencialmente charlatão* e escreve que «o monoteísmo ocidental é viciosamente qualificado de cristianismo, considera o Catolicismo como tendo sido fundado por São Paulo» e refere-se «à quimérica Paixão do pretendido fundador do Catolicismo» (¹).

(¹) *Système de Politique positiviste*. Pág. 409.

Renan negou a divindade de Jesus, insinuando hábilmente que se tratava de um pobre, ignorante das condições elementares da nossa existência sobre a terra ou de um sonhador perigoso e subversivo. Se emoldura a figura de Jesus em adjectivos enternecidos e adocicados, se proclama que entre os filhos dos homens não houve outro maior, aponta-o, como se deduz de algumas transcrições, como um insensato, ao tratar de questões que interessam à sociedade.

Segundo Renan — «Jesus prêgou que *êste mundo não passa de um sonho* e que nêle tudo é imagem e figura, que o verdadeiro reino de Deus é o ideal e que o ideal pertence a todos» — «A sua submissão aos poderes estabelecidos, depreciativa no fundo, era completa na forma». — «Pagava o tributo a César para não escandalizar». — «A liberdade e o direito não são dêste mundo; desprezando a terra, convencido de que o mundo presente não merece que nos ocupemos dêle, refugiou-se no seu reino ideal». — «Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, criou qualquer coisa de estranho à política, um refúgio para as almas, no meio do império da força bruta. Seguramente uma tal doutrina tinha os seus perigos». — «Estabelecer como princípio que o sinal para se reconhecer o poder legítimo é fixar uma moeda e proclamar que o homem perfeito pague o imposto, por desprezo e sem discutir, *era destruir a república, à maneira antiga, e favorecer tôdas as tiranias*». — «O cristianismo, neste sentido,

contribuiu muito para enfraquecer o sentimento dos deveres do cidadão e para entregar o mundo ao poder dos factos consumados». — «Jesus não considerou nunca a terra, as suas riquezas e o poder material, como valendo a pena que dêles cuidássemos». — «Voltado sem reservas à sua idea, a ela subordina tôdas as coisas, de tal maneira, que pelo fim da sua vida, *o universo não existia para êle*». — «Foi por êste acesso de vontade heróica que conquistou o céu» — «Não houve homem que tenha, até êste ponto, *calcado aos pés*, a família, as alegrias dêste mundo e todo o cuidado temporal; não vivia senão de seu Pai e da missão divina de que tinha a convicção de estar encarregado» ⁽¹⁾.

Renan, desfigurando a pessoa divina de Jesus e a sua missão, consegue apontá-lo aos espíritos desprevenidos, como inimigo de tudo quanto condiciona a vida humana.

Paulo Janet, admirado e quasi escandalizado, por se considerar Jesus encarregado de outra missão que a de um reformador de almas, escreve: — «Êle nunca quis senão uma reforma: o aperfeiçoamento das almas. A única sociedade que teve sempre diante dos olhos foi a sociedade celeste que considerava como a subversão da sociedade terrestre» ⁽²⁾.

Na mesma ordem de ideas Boutroux repetia aos

⁽¹⁾ Vida de Jesus.

⁽²⁾ Histoire de la science politique.

alunos da escola de Sévres: — «A idéa cristã não só não tinha sido imaginada em vista à sua realização no mundo greco-romano, mas tinha sido concebida fora de toda a consideração política e social. Era a idéa de uma vida, toda espiritual e interior sem relação definida com a vida exterior e positiva... *Jesus não se preocupa seriamente das condições da vida real.* Quem vive no céu pode esperar ou temer seja o que for da terra?» ⁽¹⁾

Bouglé escreve, por seu turno — «O meu reino não é deste mundo. Não passará esta geração sem que venha o reino dos céus; eis as palavras que desligam o vivo da terra e o indivíduo da sociedade. Por elas se explica a atitude do cristão em frente de tudo o que dá duração aos agrupamentos humanos: riqueza e trabalho, poder e justiça... viverá sem se preocupar com o dia amanhã, como os lírios dos campos e as aves do céu. A única coisa que importa, não é de ter acêsa a lâmpada, na hora em que chegue o Esposo e guardar puro o seu coração, até ao dia em que o Filho do homem apareça sobre as nuvens, para sentar os bons à sua direita e precipitar os maus na geena?» ⁽²⁾ Contudo o citado escritor a si mesmo se refuta, ao escrever no mesmo livro — «Um ponto fica adquirido: no cristianismo revela-se uma força intensamente diferente daquela que desprende

⁽¹⁾ *Questions de morale.* La Morale chrétienne.

⁽²⁾ *Le solidarisme.*

os homens da terra, uma força capaz de os impelir no caminho comum e de os prender a todos a uma obra de progresso. Se há um sentimento cristão que aconselha a passividade, há outro que estimula a actividade. Depois do som dos sinos o apêlo dos clarins. *Que a vossa vontade seja feita sobre a terra* — é uma fórmula que pode ser pronunciada em dois tons: o da não resistência e o da luta, o da resignação e o da revolução»....

Para que multiplicar as citações? Não são porém apenas os racionalistas que consideram o Evangelho vazio de todo sentido social; também cristãos de várias confissões assim o compreenderam, erradamente.

A maior parte dos teólogos protestantes, sobretudo na Alemanha, sustentam que a Bíblia é um livro absolutamente alheio às questões económicas e sociais.

Stöcker que procurou combater uma concepção tão estreita e mesquinha não conseguiu sacudir o individualismo religioso das massas e dos espíritos esclarecidos.

No congresso de Erfurt, depois de longos debates, os jovens protestantes que tinham abandonado Stöcker, proclamavam que do Evangelho não se podia tirar nenhuma indicação política, social e económica e que por consequência, entre o cristianismo e qualquer programa social não podia haver um laço orgânico imediato.

O protestante francês Kervallain traduzia a mesma orientação.

«O novo Testamento, dizia, prêga o Decálogo, a justiça para todos, a caridade para com os indigentes e nada mais. Não conhecemos livro menos socialista e menos democrata do que é o Evangelho».

O carácter *asocial* ou *anti-social* atribuído ao Evangelho pelos protestantes não escapou a espíritos reflectidos. Por isso Luis Blanc chamava à Reforma a *religião do individualismo*; Rodbertus, sociólogo alemão, demonstrava, sem dificuldade, o parentesco entre o livre exame protestante e a tenaz autonomia em política e na economia social, defendida pela escola manchesteriana; Augusto Comte escrevia que «tôdas as idéas revolucionárias são aplicações sociais do livre-exame»; Hecker, protestante convertido, dizia que «a religião protestante sem alcance social é uma forma estravagante do individualismo, que o seu Cristo trata com homens à-parte, separados uns dos outros, sem poderem dar à humanidade elemento algum de coesão».

Do princípio protestante não podiam derivar outras conseqüências. Desde que o Credo de uma religião se entrega aos caprichos de cada um, esta religião não pode ter carácter social; onde a autoridade—judicial, executiva ou legislativa—desaparece, ficam apenas indivíduos, ocupados unicamente da sua salvação; para o protestantismo, Cristo nunca teve em vista a organização de uma sociedade cristã, temporal ou espiritual, mas uma aglomeração de indivíduos que procuram harmonizar a sua vida com o ideal que *julgam descobrir* no Evangelho.

Reagindo contra tal individualismo da Reforma constituiu-se um grupo de homens que recusando-se a vêr em Jesus, um revelador de dogmas, o considera quasi exclusivamente um reformador que trouxe à sociedade, os grandes e nobres ideais de justiça, de solidariedade e de paz universal.

Para estes novos exegetas, o *reino de Deus* do Evangelho não seria somente o além longínquo a que conduz a vida presente, mas o reino terrestre, vivido pelas gerações obedientes e dóceis à mensagem social de Cristo.

Os próprios católicos nem sempre descobriram no Evangelho uma doutrina que os esclarecesse sobre a vida social, a vida do Estado, do campo e da oficina; procuram nêle quasi exclusivamente luz para a sua alma e consciência individual, abstraindo de qualquer outro dever, a não ser o de amar o próximo e este, considerado ainda, como um *ser isolado*.

Durante os três séculos que precederam as notáveis encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo anno* de Pio XI, muitos dêles não viram no livro que nos transmitiu o pensamento e a vida de Jesus, senão dogmas e uma moral cuja preocupação única era a salvação pessoal; quasi sempre consideraram o Divino Mestre desinteressando-se das contingências da vida a ponto de as desprezar, inteiramente absorvido pelo reino futuro.

As virtudes que prêgou apareciam-lhes sem relação com as sociedades que se agitam e evoluçionam.

No entretanto os princípios do Evangelho não

deixaram de informar os povos, contra a vontade daqueles que não se convenciam, como S. Paulo, que *a piedade tenha as promessas da vida presente e da vida futura* ⁽¹⁾.

Na maior parte dos livros de piedade sacrificavam-se os deveres da justiça aos deveres de caridade.

«Na verdade, criou-se uma estranha ilusão, julgando-se que a doutrina social do Evangelho se reduzia a um só preceito — *amai-vos uns aos outros* — e contentava-se em oferecer aos desgraçados, a resignação na miséria» ⁽²⁾.

«Já notastes, escrevia M. Harmel como a idéa de justiça se tornou hoje antipática? Basta pronunciar a palavra justiça para suscitar tempestades violentas, mesmo entre os bons» ⁽³⁾.

Com efeito, parece que muitos católicos têm medo da justiça, sobretudo da justiça social, cuja função é remediar, na medida possível, as iniquidades que cada um suporta na luta pela existência. Fazem-se freqüentes apêlos à caridade privada e à esmola e, com razão, pois haverá sempre almas generosas que não precisam de outro estímulo que o amor de Deus e do próximo, mas esquece-se que a justiça, encarregada de conter os fortes e de pro-

⁽¹⁾ I Epístola a Timóteo. IV, 8.

⁽²⁾ Leon Gregoire: *Le Catholicisme social*.

⁽³⁾ Antoine: *Cours d'économie sociale*.

teger os fracos, é também uma virtude natural e cristã e que, se a caridade e a esmola podem aligeirar as necessidades individuais, geralmente, não atingem as raízes profundas do mal social.

A função da justiça social é corrigir os ajustamentos e organizações que favorecem o vício e o abuso da força e não permitem ao homem honesto e trabalhador o *mínimo* a que tem direito para viver.

O Evangelho não ignora esta justiça; desconhece-na aqueles que na igreja praticam actos religiosos e de piedade e nas oficinas, nos armazéns, nas fábricas e nos campos, em tôdas as esferas da sua actividade, consideram a religião, coisa estranha, sem relação ou influência sobre as manifestações da vida social.

Não será contrário ao plano de Deus pretender separar o que elle uniu, não querer salvar senão *almas* quando Jesus veio ao mundo para salvar *homens*?

No livro e no púlpito tem-se propagado e inculcado uma *espiritualidade de anacoreta*, em vez de uma doutrina restrita, viva, prática e verdadeiramente social.

É capital e essencial o ensino que encara a vida sob o *aspecto da eternidade e da salvação da alma*, mas será incompleto e inadequado à *natureza do homem* — ser composto de corpo e alma — se não se tiverem em conta os meios de que dispõe para alcançar o seu fim sobrenatural.

Com princípios excessivamente absolutos acêrca

do desprezo do mundo e dos seus bens e pouco atenuados na sua aplicação, poder-se-ia chegar à conclusão, aliás errada, de que só os monges e os solitários poderiam viver o Cristianismo integral.

Como se a Boa Nova fôsse destinada a criar uma casta, como se o Divino Fundador da Igreja, não se chamasse o Filho do homem e, sendo verdadeiro Deus, não tivesse tido uma existência como verdadeiro homem.

Sirva-me neste passo a autoridade de um grande psicólogo e notável mestre da vida cristã, transcrevendo as suas palavras de ouro: — «A verdadeira devoção não causa dano a nada e pelo contrário aperfeiçoa tudo; de sorte que se ela repugna aos deveres legítimos da vocação não passa de falsa devoção. A abelha deixa as flores de que tira o mel, tão frescas e inteiras, como as encontrou; mas a verdadeira devoção faz ainda melhor; não só não prejudica em nada os deveres dos diferentes estados da vida mas dá-lhes um novo mérito e faz dêles o mais belo ornamento... Assim é que estando bem estabelecida a piedade nas famílias tudo se torna melhor e mais agradável: a economia é mais aprazível, o amor conjugal mais sincero, o serviço do Príncipe mais fiel e a aplicação aos negócios mais doce e eficaz. *É um erro e até uma heresia querer banir a vida devota, da corte dos príncipes e dos exércitos, da oficina dos artistas e da casa das pessoas casadas...* É bem certo que a devoção puramente contemplativa, monástica ou religiosa, não pode sub-

sistir nestes estados; mas há devoções de outra natureza e muito próprias para aperfeiçoar os que nelas vivem». (1).

As lições de Jesus não abstraem das condições da existência da humanidade; jámais houve doutrina religiosa mais adequada ao progresso das sociedades, mais adaptável às realidades sociais.

Desde as primeiras páginas do Evangelho, se nota em Cristo, a intenção de fazer do homem um cidadão do céu, sem esquecer que deve ser primeiramente um cidadão dêste mundo.

Quando exclama — *vae mundo!* — não é a sociedade que condena mas o complexo de máximas e de leis que pela maldade ou pela natureza rebelde, se opõem à soberania de Deus sobre o homem.

Demais não disse êle, falando dos apóstolos e dos fieis, dirigindo-se a seu Pai: — *Não vos peço que os retireis do mundo, mas que os preserveis do mal.* (João, XVIII, 15).

Por isso recomenda que se pague o tributo a César, que se dê ao operário seu salário, que se obedeça à autoridade; vai às núpcias de Caná e instrui os homens sobre o acto constitutivo da família — a primeira célula social —; e cumpre os seus deveres de filho e de cidadão.

A maior parte dos preceitos e virtudes do Evangelho, se não têm por objecto directo um bem social,

(1) S. Francisco de Sales. *Introdução à vida devota.*

são função do tempo e da eternidade, do finito e do infinito, de Deus e do homem.

A humildade, que assenta na dependência da criatura em face do Criador, exerce-se, segundo Jesus, como uma virtude social.

«Se alguém quizer ser o primeiro que seja o último e o servo de todos». (*Mateus, VI, 4*).

Se por um lado diz que nos abstenhamos de fazer as boas obras diante dos homens para sermos notados, — não é o louvor que faz o mérito da acção mas o seu valor intrínseco e interior — ao acrescentar que devemos colocar as boas obras sobre um candelabro, não para serem louvadas mas para que os homens as vejam e aproveitem com o seu exemplo, proclama que essas acções têm um fim social.

Esta virtude — a humildade — que abate o homem diante de Deus e dos seus semelhantes é o mais sólido fundamento da igualdade social e política.

Para Jesus, o escândalo é o *pecado social* por excelência. «Ai do mundo por causa dos seus escândalos!» Ai da sociedade do mal por causa daqueles que desviam os outros do caminho do bem. O escândalo pode considerar-se um duplo roubo: à dignidade própria e à dignidade do próximo; é nocivo ao escandaloso e à sociedade cujos membros perverte.

Verdadeiro envenenador do organismo social, o escandaloso, tanto maior dano causa, quanto mais predominante é a sua categoria; e a sua obra é tanto mais subversiva quanto menos defendidos e fracos

são os membros da sociedade que sofrem a sua influência.

O «Sermão da Montanha», sublime e nunca igualada exortação dirigida a uma multidão popular, prega sobretudo virtudes sociais, em que se definem as relações entre os homens e a nossa atitude em frente dos bens da terra:

— Felizes os pobres em espírito, dêles é o reino dos céus;

— Felizes os que têm sede e fome de justiça, serão saciados;

— Felizes os que têm misericórdia dos outros, dêles se terá misericórdia;

— Felizes os operários da paz (os pacíficos), chamá-los-ão, filhos de Deus.

— Felizes os perseguidos por causa da justiça, a êles pertence o reino dos céus;

— Ai de vós ricos, porque já recebestes a vossa recompensa;

— Ai de vós saciados que um dia tereis fome. (*Mat., V, 2, 12; Lucas, VI, 24, 26.*)

A abnegação cristã é também uma virtude social.

«A fé cristã, escrevia Herron, não se pode medir senão pelo verdadeiro carácter da renúncia de nós mesmos; se não produz em nós o espírito de sacrificio e de equidade, não passa de ficção mentirosa» ⁽¹⁾.

(1) *Christianisme social. La vraie foi*, pág. 150.

A abnegação cristã alimenta com a sua seiva todas as outras virtudes; a solidariedade e a justiça, a igualdade, a fraternidade e a dedicação desaparecem logo que ela falte.

Jesus, inculcando ao homem, forte e claramente, a obrigação de renunciar a si mesmo, de se desligar de si mesmo, para amar a Deus e ao próximo, partiu o invólucro concêntrico que o mantinha encerrado no *eu* solitário.

O egoísmo é, por definição, o vício anti-social; afasta o homem do homem ou inclina-o a procurar-se a si nos outros.

O egoísta nem sequer faz aos outros aquilo que deseja que lhe façam, porque se pretende que os homens o sirvam, não cura de se abandonar para ir ao encontro dêles; exige dos outros todos os sacrifícios mas julga penoso e inútil sacrificar-se.

De que serve a propaganda da justiça social ou da caridade?

Virtudes tão nobilitantes não passarão de um belo sonho, enquanto cada homem se não resolver, espontâneamente, a praticar a renúncia voluntária — que é aliás o fundamento de toda a ordem social.

Sociedade onde não exista, é rebanho em que cada um procura apenas o seu pascigo, sem pensar na miséria, no sofrimento ou na fome do vizinho.

O esquecimento de si mesmo é ainda condição indispensável de uma economia dirigida, em que as desigualdades se tornem menos clamorosas e injustas.

Se o homem não sabe ou não quer soffrear o appetite do gozo e a sede do luxo e do dinheiro, não haverá riqueza que o satisfaça, enquanto paredes meias da sua casa faltarão a muitos o pão que os arrancaria à revolta.

Renunciar à própria vontade e aos bens do mundo é mais do que fundamento de uma virtude individual; é meio necessário de conservar e de promover o bem-estar material e o progresso dos povos.

Todo o economista condena as despesas improdutivas, combate as extravagâncias do luxo e exalta a utilidade da *mediania*, porque supõe, como o Evangelho, a renúncia e exige, como elle, o sacrificio, se bem que tenha em vista somente as condições materiais da vida.

Finalmente, os dois preceitos — amar a Deus e o próximo — que constituem o travejamento de todo o ensino de Jesus — são condicionados pela prática da renúncia.

A razão dêste duplo dever encontra-se na Pateridade Divina que fazendo de todos os homens irmãos, os obriga ao bemquerer e ao bemfazer mútuos.

A solidariedade da grande família humana cria entre aqueles que a formam, laços mais fortes e mais nobres do que os que provêm da simples necessidade — sentimento predominantemente egoísta — ou da justa-posição dos indivíduos no organismo social.

Esta solidariedade é facto, não é um dever.

Devemos aos outros benevolência e auxílio, porque são da nossa carne e do nosso sangue e porque

o Pai comum de quem recebemos a vida e a existência nos ordena êsse amor, mesmo para com aqueles que nos possam prejudicar.

Do que fica dito, pode e deve concluir-se, que para Jesus a sociedade é o complemento necessário do individuo, — o meio onde lança raízes e de que carece para viver e atingir o seu duplo destino; e que, se a sua doutrina se preocupa antes de tudo do reino dos céus, não esquece nem se desinteressa nunca, dos legítimos interesses da terra.

III

HUMANISMO PAGÃO OU A ESCRAVIDÃO DO HOMEM

A escravidão é o estado de uma pessoa possuída por outra, como uma coisa ou um animal e dependendo dela em tudo. É a alienação completa da pessoa humana.

Paulo Allard

O humanismo pagão caracterizou-se, como ainda hoje, pelo total desprezo da dignidade do homem, porque ignorou sempre as prerogativas da sua natureza e o seu alto destino.

O homem, sêr complexo, composto de dois elementos irreductíveis — corpo e alma — tão estreitamente unidos e compenetrados, que o corpo só pode viver pela alma, pertencendo esta à categoria dos sêres espirituais que não morrem nem podem desa-

parecer, sendo o corpo constituído pela matéria, sujeita a todos os desgastes e usuras do tempo, perecível e mortal — era uma concepção sobremaneira elevada, inteiramente alheia ao pensamento antigo, que ignorava geralmente a existência da alma, pela qual o homem tem consciência de si mesmo, da sua actividade, do valor moral dos seus actos, que é *aquilo* que nêle sente e pensa, raciocina e ama, escolhe e quer — fulcro da sua personalidade que permanece a mesma no turbilhão dos elementos diversos que se integram e desintegram do seu organismo.

O humanismo pagão recusára-se a admitir uma alma, dotada de consciência, de liberdade e de responsabilidade pela qual o homem é *verdadeiramente ele mesmo*, capaz de conquistar o mundo, de o dominar sem se deixar escravizar pelas suas forças cegas e fatais, de conhecer as suas próprias paixões e instintos e governá-las, enriquecendo-se de conhecimentos, de méritos e de virtudes, atingindo o destino imortal que reclamam e exigem as suas aspirações mais profundas e iniludíveis.

O humanismo pagão via no homem apenas uma aparição efêmera, sem valor e sem duração.

O que existia na realidade, o que considerava duradouro e perene, era a Nação, o Estado, de que o homem fazia parte, como molécula, por algum tempo até se desagregar e volatizar no *nada*, sendo substituído por outros, tal qual como as células que compõem o corpo humano.

Desta errada concepção provinha o assaz vulgarizado axioma de direito público — *que o homem tinha sido criado para o Estado* — corrente entre a gente humilde e a plebe resignada e sofredora, aceite, sem discussão pelos espíritos mais esclarecidos que, constituindo o fundamento jurídico do mundo greco-romano, pretendia legitimar a escravidão sobre que repousavam a família e a sociedade antigas e sem a qual, no dizer de Gaston Boissier (*La fin du paganisme*) não se podem compreender.

Há muito que o princípio da *igualdade natural* dos homens e da *unidade moral* da espécie humana, afirmado, pela consciência individual e inscrito nas primeiras páginas do Génesis, se encontrava obliterado de todo ou, pelo menos, obscurecido por prejuizos, interesses e paixões.

Por isso desde remoto e longínquo passado, tanto quanto nos é dado conhecer os longes da história, a luta pela existência, que a seguir à queda original caracterizou a vida das primeiras famílias humanas, teria sido o facto gerador da escravidão, dividindo a humanidade em duas classes de homens, — uns gozando de todos os bens e direitos, outros suportando todos os deveres e encargos.

É provável que, nessa luta, o vencedor, para colocar o vencido em estado de nunca o prejudicar, deixando-lhe a vida, lhe tirasse muitas vezes a liberdade, obrigando-o a reconhecer o direito da sua força e a obedecer aos seus caprichos.

Parece que um tal estado de coisas deveria ter

sido transitório e ter cessado logo que a sociedade conseguiu reorganizar-se, quando os direitos e os deveres dos indivíduos se definiram e a protecção da lei substituiu a necessidade de defesa individual.

A partir desta época, a escravidão, que não se pode explicar senão pelo desconhecimento, sobretudo entre os grandes e poderosos, das prerogativas essenciais da pessoa humana, e pelo desprezo da grande e universal lei do trabalho, generalizou-se e toma uma extensão enorme no mundo antigo, sendo permanentemente alimentada pelo comércio e pela guerra.

Estabeleceu-se então uma opinião corrente entre os homens, diz Xenofonte, que depois da conquista de uma cidade, as pessoas e os bens dos vencidos devem cair na posse do vencedor.

De facto, desde que os conquistadores abandonaram a prática de matar todos os vencidos, prisioneiros, cada expedição militar vitoriosa regressava, trazendo consigo caravanas de escravos que enchiam os mercados.

As esculturas e pinturas que ornamentavam os palácios, os templos, os túmulos das margens do Nilo, os baixos relêvos que decoravam as imensas moradas reais das margens do Tigre e do Eufrates, as ruínas de Ninive e de Karnac, mostram-nos povos inteiros, reduzidos à escravidão.

No Egito, não se contentavam com os escravos que a guerra, propriamente dita, fornecia,

«A caça ao homem, nas infortunadas populações

do Sudão, organizava-se, sobre um plano monstruoso. Quási, cada ano, grandes razias partiam da província da Etiópia e voltavam, arrastando consigo, milhares de cativos pretos, de tôdas as idades e de ambos os sexos, carregados de cadeias. E os principais episódios destas expedições de negreiros eram esculpidos nas muralhas dos templos, como feitos gloriosos» ⁽¹⁾.

Conhece-se, por documentos positivos, a condição dos escravos no Egito antigo.

Parece que não era assaz dura a condição dos escravos domésticos; mas os escravos do Estado, os cativos, eram condenados aos trabalhos públicos, obrigados a cavar os imensos canais que espalhavam a fertilidade pelo Egito, a transportar montanhas de pedras com que se construíram as pirâmides colossais, os templos, e os túmulos que impressionam o homem moderno; sentiam cair sobre si todo o peso da escravidão.

«Nos monumentos do reinado de Ramsés, escreve ainda Lenormant, não há por assim dizer uma pedra que não tenha custado uma vida humana».

E quando, a-pesar-dos trabalhos brutais, maus tratos e privações de toda a natureza, as populações se multiplicavam rapidamente e começavam, pelo seu número, a inquietar os políticos egípcios, estes

⁽¹⁾ F. Lenormant: *Histoire ancienne de l'Orient jusqu'aux guerres médiques*.

depravada e mergulhada pela força, no lodo da imoralidade e no desespero.

Pompeu e César orgulhavam-se de ter morto ou vendido dois milhões de homens.

O escravo entrava como propriedade nas mais mediocres fortunas; os ricos possuíam milhares.

Devido às conquistas, os mercados de Roma regorgitavam de escravos, por isso em todas as famílias, ainda as mais modestas, se encontram. Horácio possuía 3 para servirem à sua mesa frugal; Marcus Scaurus 10, enquanto outros romanos os tinham aos milhares.

No tempo de Augusto, refere Plínio (*Hist. Nat.*) que um homem de origem obscura que as guerras civis tinham arruinado, ao morrer, deixara ainda 4.600 escravos.

Do homem que nada possuía dizia-se vulgarmente: «Este não tem bolsa nem escravo» (*Catulo*).

Nas grandes casas, todos os mistérios, desde os mais grosseiros aos mais delicados, eram exercidos por um escravo.

No centro do império, Roma, onde a proporção dos escravos era infinitamente menos elevada que nas províncias, computava-se a população, no II século da nossa era, em 1.600:000 habitantes dos quais 900:000 eram escravos.

Era tal o número destes desgraçados que segundo Plínio, já citado, os romanos temeram dar-lhes um vestuário distintivo, para que não pudessem confrontar o próprio número com o dos seus senhores.

Os judeus, como todos os povos da antiguidade, praticaram, desde os tempos dos patriarcas, a escravidão.

Mas esta instituição teve entre eles um carácter muito diferente.

O escravo, para os judeus, é *um homem*, que deve ser tratado como tal, defendida a sua vida, e respeitada a sua dignidade.

Não é um animal ou uma mercadoria, de que se usa e abusa, mas uma *criatura de Deus*, investida, por isso dos direitos comuns.

Na Bíblia afirma-se com frequência essa idéa: «Se tens um escravo, cuida dele como de um irmão, assim o prenderás à tua alma». (*Eccl.* XXXIII, 29, 30).

Nenhum artigo da lei judaica admite distinção de natureza entre o *homem livre* e o *escravo* e alguns artigos protegem os direitos primordiais deste: direito à vida, à justiça e à liberdade e recomendam incessantemente ao senhor, sob a sanção de ameaças ou de bençãos celestes, uma larga prática de generosidade para com os irmãos escravos que perante Deus, gozam de prerogativas iguais às dos senhores. (*Deuteronomio*, XII, 18).

O senhor que matar o seu escravo é punido com pena de morte; o escravo ferido pelo seu senhor, mesmo ligeiramente, torna-se livre.

Quando um senhor morre sem herdeiro, o seu escravo pode herdar; se o senhor casa com uma mulher escrava, esta não é concubina, torna-se esposa

legítima; o escravo varão pode casar-se legitimamente, constituir família, fazer valer os seus direitos nos tribunais e possuir um pecúlio.

Não se lhe pode recusar o descanso no sétimo dia.

Tôdas estas prescrições se applicavam tanto ao escravo judeu como ao estrangeiro; contudo o primeiro era mais favorecido do que o segundo, sobretudo porque a sua condição não era perpétua.

Com efeito o escravo judeu adquiria a liberdade depois de seis anos de escravidão e êste tempo podia ser encurtado pelo ano jubilar.

Lê-se no *Deuteronomio* (XXIII, 15, 18): «Não entregarás a seu senhor o escravo que se refugiou junto de ti, mas habitará contigo no lugar que lhe aprouver; descansará numa das tuas propriedades e não o aflijas.» Pelo contrário o *Código de Hammurabi*, em voga no mundo assírio-babilónico, punia com a morte todo o homem que acolhesse um escravo fugitivo e a lei romana mandava perseguir o escravo pelos *fugitários*.

Um egípcio, um persa e um romano podiam matar o seu escravo; tal crime era formalmente proibido em Israel.

Em Sparta como em Roma o escravo não podia ter religião; em Israel devia ser circuncisado, tomava parte na festa da Páscoa, descansava no dia de sábado e associava-se a tôdas as festas religiosas.

A lei moral impunha-se ao escravo judeu e, em

seu beneficio, com o mesmo rigor que se impunha aos homens livres ⁽¹⁾.

Não era esta a condição do escravo entre os outros povos.

Na Grécia, o escravo não tem personalidade nem nome; designa-se, geralmente, pelo lugar onde nasceu; pode ser vendido, dado, legado em testamento ou cedido como penhor; é inhábil para se casar, não pode constituir família; se tem filhos carece de direitos sobre êles; em princípio, não pode possuir coisa alguma; é responsável pelos seus actos à face da lei penal, excepto se procede em obediência a ordens do seu senhor; é incapaz de comparecer perante os tribunais; implicado num processo deve ser substituído pelo senhor. Contudo, não vive inteiramente à mercê, a lei protege-o contra a morte e os maus tratos.

Se em Sparta, a condição do escravo era extremamente dura, em Atenas, parece que o jugo era mais suportável porque o orgulho ateniense proclamava como dever desprezar os escravos. Há exemplos numerosos de escravos, iniciados no culto doméstico, tratados com consideração e até com generosidade.

Se houve revoltas em massa, nos centros indus-

⁽¹⁾ Veja-se: *Dictionnaire apologetique de la foi catholique*: art. *Eslavage* (Allard) e *Moïse et Jésus* (Touzard); Wallon: *Histoire de l'esclavage*.

triais onde os escravos eram legião e mais desgraçados, na Ática, a maior parte curvava-se resignadamente perante a situação criada.

Em Roma, corria como aforismo *que uma cabeça servil não tem direitos*. Destituído também de personalidade designava-se com uma espécie de *agnomen* que não passava aos descendentes.

As leis, os actos de administração pública e os contratos civis assemelham-no sempre ao animal ou a uma coisa.

A união dos escravos não estava regulamentada nem era protegida; o senhor podia separar um do outro, o homem da mulher.

O poder dos pais sobre os filhos era nulo. «Pode ser pai o que é escravo? (*Plauto*), — mas a autoridade do senhor era despótica e absoluta, não tendo o escravo direito à vida; havia escravos gladiadores cuja profissão era matarem-se para divertimento público.

A lei condenava ao suplicio todos os escravos dum senhor que tivesse sido assassinado por algum dêles. Só pelos fins do Império, a legislação romana começa a protegê-los contra a morte arbitrária e os maus tratos.

O imenso efectivo de escravos, a sua aglomeração em certos pontos, considerada como perigo social e a dureza do carácter romano tornaram a condição dos escravos mais dura em Roma do que na Grécia: praticavam o trabalho nas minas e nas pedreiras debaixo de grossas cadeias de ferro, conhe-

ceram o rigor dos ergástulos, das prisões e dos túmulos, o inferno de certos misteres em que se encontravam expostos às mais deshumanas fadigas, a flagelação, o castigo por mutilações, as queimaduras nas pernas, a amputação dos membros do corpo e, até ao II século, a morte, segundo o capricho dos senhores, em massa ou individualmente, entre as mais dolorosas torturas, como a crucifixão.

Apenas, na constituição dos Antoninos, se descobrem ténues medidas de protecção a favor dêstes infelizes.

Perante semelhante atentado *contra o homem*, tornado em regime normal, nas sociedades antigas não se encontra nas obras dos filósofos gregos, uma palavra de protesto ou uma palavra favorável à abolição da escravatura.

A escravatura é para êles uma necessidade social; o homem pertence, antes de tudo, à cidade. O cidadão para poder cumprir os seus deveres para com o Estado deve ser um homem livre; é necessário portanto que outros lhe assegurem a liberdade e a ociosidade: daqui a legitimidade da escravidão.

Êste ponto de vista estreito e egoista domina toda a literatura, toda a filosofia e toda a moral; emparedados dentro desta idéa, nunca os grandes génios da Grécia conseguiram erguer-se à idéa da fraternidade universal.

Platão, que na *República* parece conceber um Estado onde não haveria escravos, advoga e defende

a escravidão dos povos bárbaros, e, no seu tratado as *Leis* considera-a inevitável.

De Aristóteles se pode escrever ter sido o teórico defensor da escravidão. Este filósofo não concebe sequer que um cidadão possa cultivar os campos ou curvar a sua nobre estatura sob o jugo de trabalhos que degradam.

E quem fará êsses trabalhos, indispensáveis à vida individual e colectiva?

Indignos de homens livres e, ao mesmo tempo, necessários, há, na humanidade, seres inferiores, predestinados a êsses mistérios.

Há pois escravos, por natureza: são os homens inferiores aos seus semelhantes, como o corpo é inferior à alma e o bruto ao homem, — os que a natureza votou aos rudes trabalhos, dotando-os de uma alma e de um corpo diferentes do corpo e da alma dos homens livres.

O escravo é um instrumento destituído de direitos; os direitos só existem entre pessoas iguais e as relações entre o senhor e o escravo são da mesma natureza das que existem entre o operário e o seu instrumento, entre a alma e o corpo.

A humanidade divide-se pois em duas categorias: — senhores e escravos, gregos e bárbaros, os que têm direito de mandar e os que foram criados somente para obedecer, trabalhar e servir; a guerra contra êstes é sempre legítima porque é uma espécie de caça a homens que nasceram para escravos e não querem submeter-se ao seu destino.

«O homem, escrevia, não pode passar sem os instrumentos necessários ao arranjo das coisas indispensáveis à vida. Mas, entre êstes instrumentos, uns são animados e outros inanimados.

Para um capitão de navio o leme é um instrumento inanimado e o marinheiro que vigia à prôa, um instrumento animado. Todo o objecto que se possui é um instrumento necessário à vida e a propriedade é constituída por êsses instrumentos; o escravo é uma propriedade animada, um instrumento superior a todos os outros».

Inspirando-se nestas palavras de Aristóteles, Varrão dizia serem os escravos máquinas dotadas de voz humana — *instrumenti genus vocale*.

Durante o império romano, observa-se uma evolução nas idéas acerca da escravidão, mas essa evolução queda-se muito longe da concepção e do humanismo cristãos. Não obstante, Catão, escrevia: — «Vendei os velhos bois, os cordeiros, a lã, as peles, as carruagens velhas, as velhas ferramentas e os escravos velhos e doentes.»

Ainda no tempo do imperador Tibério, para Valério Máximo o escravo é um corpo e não o ser composto de alma e de corpo que forma o homem completo.

O próprio Cícero não repudia inteiramente o pensamento de Aristoteles, acerca da origem da escravidão; depois de ter dito que é injusto fazer escravos de homens que sabem conduzir-se, acrescenta, que

aquêles que se mostrem incapazes, podem, sem injustiça, reduzir-se à escravidão.

Seneca o que escreveu páginas formosíssimas em que se insurgia contra o abuso dos senhores, não concebeu a idéa ou a possibilidade da abolição da escravatura; «reconhece que a escravidão não exclui a humanidade ou, para dizer melhor, a igualdade de natureza, (*servi sunt? imo homines*) a amizade e a confraternidade (*servi sunt? imo humiles amici; servi sunt? imo conservi*) e recomenda que se tratem os escravos com delicadeza e clemência e que se considerem até como conselheiros e comensais.» ; mas com o seu estoicismo não emancipou nenhum dos seus 20 mil escravos.

Os imperadores estoicos ou inspirados pelo estoicismo — Domiciano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio — decretaram, é certo, algumas leis tendentes a mitigar a sorte dos escravos, mas estas leis, afirma Allard ⁽¹⁾, foram tôdas abrogadas quasi imediatamente por não cumprimento ou por desuso. O facto é que durante tôda a antigüidade pagã, milhões de seres humanos estiveram submetidos ao jugo mais odioso: — um trabalho excessivo de que não recebiam fruto nem salário, encurtava a sua dura existência; amaram a sua mulher e os seus filhos e eram separados dos entes queridos por um

⁽¹⁾ Sobre este assunto vejam-se as obras de Paul Allard: *Les esclaves chrétiens* e *Esclaves, serfs et mainmortables*.

senhor brutal; a vida, sem conforto nem alegria, não lhes pertencia.

Esta monstruosa iniquidade imperou triunfante, durante séculos, sobre inúmeras vítimas, sem que nenhum escritor, filósofo ou legislador, pensasse em denunciá-la.

Quem fez do escravo, um servo e do servo um homem livre?

Quem operou esta transformação?

IV.

HUMANISMO CRISTÃO OU A LIBERDADE DO HOMEM

Tornando o escravo, capaz de virtude heróica no martírio, igual a seu senhor e talvez superior a êle, sob o ponto de vista do reino de Deus, a fê nova tornava a escravidão impossível. Dar um valor moral ao escravo é suprimir a escravidão.

Renan

O humanismo pagão considerava eterna a escravidão com o seu calvário e abusos. Como observa G. Boissier, historiador categorisado do império romano, não se encontra, no mundo antigo, um escritor que concebesse, como hipótese verosímil, como esperança longínqua ou como desejo efêmero, a idéa de que a escravidão poderia, um dia, ser abolida.

Com o alvorecer do Evangelho, realiza-se, lenta

e progressivamente, a revolução que transforma cada escravo num cidadão, senhor da sua pessoa, dos seus direitos e dos seus actos, sob a protecção da lei, igual para todos.

Para o humanismo cristão, a pessoa humana tem um valor incalculável, independente das circunstâncias de idade, de sexo, de fortuna, de inteligência e de situação social.

É neste pensamento, sobre o valor da personalidade, que se encontra o impulso das palavras e dos actos de Jesus e o fundamento inicial do humanismo cristão.

Como é impressionante, o respeito e o amor de Jesus pelas crianças — símbolos dos fracos e dos humildes ?

Um dia apresentaram-lhe algumas crianças para as abençoar. ⁽¹⁾

E como os discípulos ameaçassem as mulheres que se aproximam, Jesus, indignado, diz-lhes: — «Deixai vir até mim essas crianças, não as afasteis porque delas é o reino dos céus: na verdade vos digo que aquêle que não for semelhante a elas não será subdito do reino de Deus. E tomando-as nos braços, abençoou-as».

Porque tantas atenções para seres tão pequenos que apenas sabem chorar ou balbuciar algumas palavras ?

⁽¹⁾ S. Marcos. XI, 13.

É que a-pesar-da sua pequenês eles estão investidos das prerogativas da pessoa humana.

Uma das consequências mais claras do ensino evangélico é que o homem tem um valor imperecível, uma dignidade que todos devem respeitar.

Quaisquer que sejam as modalidades exteriores da sua existência, vestido de purpura ou de andrajos, coberto da lepra horrível ou radiante de beleza e de saúde: santo ou criminoso, rei ou pastor, criança ainda no berço ou velho a caminho do túmulo, génio ou cretino — *é homem*.

Desconhecer a sua natureza ou negar os laços de fraternidade que o fazem membro da nossa família, negar algum dos seus imprescritíveis direitos ou impedir-lhe o seu exercício e o cumprimento dos seus deveres, é cometer um atentado, roubar a tóda a humanidade, na pessoa de um só, o seu bem mais precioso, é assassinar espiritualmente o ser racional, arruinar e destruir a *igualdade de natureza*, estabelecida pelo Criador e consagrada e aperfeiçoada por Jesus.

Este roubo, esta ruína e este assassinato geraram a escravidão: um materialismo moderno, um pagão totalitário contemporâneo podem autorisar e mesmo legitimar estes crimes contra a pessoa humana, um discípulo de Cristo, nunca.

Esta, a razão porque Jesus se declara abertamente e contra tódas as prevenções, o amigo dos pequenos e dos pobres, o defensor dos publicanos e das pecadoras arrependidas.

«Ele foi, — diz um escritor inglês ⁽¹⁾ — o primeiro nêste mundo que ensinou em público que o verdadeiro valor dum homem não se mede pelos seus bens materiais ou pela sua categoria social, mas unicamente pelo que há em si mesmo, no seu espírito, no seu coração: que existem certos direitos absolutos e imprescritíveis, pertença do individuo; proclamou que todo o homem, enquanto homem é imensamente maior do que a riqueza e as dignidades o poderão fazer; foi o primeiro da nossa raça que insistiu sobre o inapreciável valor e o carácter sagrado de cada homem, de cada mulher, de cada criança, no mundo... Se o ser humano, porque criado à imagem de Deus é tão incomparavelmente precioso, quanto respeito lhe devemos, como não havemos de evitar ferir os seus direitos e de ser zelosos em procurar a sua felicidade?»

Era esta doutrina — revelação feita por Cristo ao homem de que o escravo era nosso irmão e não um banido da humanidade — e não qualquer teoria social ou sistema de economia política — que vinha abolir a escravidão.

Ensinar ao homem a sua eminente dignidade e erguê-lo muito alto, acima dos brutos; ensinar-lhe que êle dispõe livremente dos seus actos é estabelecer-lo soberano, no mundo, e senhor do seu destino.

Firmada a dignidade da natureza humana, assi-

(1) Hug Price: *Cristianismo social*, pág. 58.

nalada a sua alta finalidade — *que vale ao homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder a sua alma* — o Legislador Divino dita a sublime lei cristã e social que reduz a dois artigos: — *amar a Deus e amar o próximo* — em que o mesmo impulso sobrenatural que nos ergue até Deus, deve arrancar-nos ao nosso egoísmo e projectar-nos sobre os nossos irmãos.

Dois preceitos que se assemelham — diz ainda Jesus, porque longe de se oporem, um implica o cumprimento do outro.

Com profunda e luminosa razão pôde escrever Bossuet: «aquele que não ama a Deus, amar-se-á apenas a si mesmo».

Homem que vive emparedado no seu egoísmo e concentrado nos interêsses terrenos, que não tem outro horizonte senão o do seu pequenino *eu*, não pode esquecer-se a si e ocupar-se dos outros.

É evidente que quem não ama o Pai de família não pode amar os filhos; quem não vê no homem senão um animal como o seu cão, ou um sêr efêmero sem relações com o absoluto e o eterno, ocupar-se-á dêle, sòmente na medida em que satisfizer a sua utilidade pessoal.

De novo, se encontram hoje pessoas, escreve um autor alemão que pensam que os homens, tendo-se convencido de boa fé que a nossa vida tem unicamente o seu destino na terra, deviam ser mais diligentes em se ajudar mutuamente, a-fim-de tornar, tanto quanto possível esta vida agradável e para todos, liberta do mal.

Ora o contrário é que é verdade.

Se o homem não é senão uma aparição passageira, sem significação eterna, quem reflectir resolverá assim o problema: é-me inteiramente indiferente que haja infelizes; de que servirá privar-me de alguma coisa, em seu favor?

A regra da vida será cada um instalar-se na terra o melhor que puder. Com tais princípios, ninguém perderá interessar-se pela condição dos pobres e pela sorte dos desgraçados, cuja existência ou não existência é completamente indiferente.

Assim procederam os estoicos, a-despeito das suas belas palavras sobre o amor do próximo, que visavam apenas a defender o seu egoísmo e a assegurar a sua tranqüilidade pessoal.

Ora todo o acto de amor supõe que aquele a quem se dirige, é na realidade um *sêr*, não somente efêmero, mas eterno, eterno não como síntese da humanidade, mas uma pessoa cujo sentido e destino ultrapassa o destino de todos os *sêres* da terra.

Foi somente quando Jesus revelou o valor infinito de cada alma humana, valor que sobrepuja o universo inteiro que o mundo encontrou a base de uma verdadeira e efectiva caridade.

Extinguir portanto no coração do homem o amor de Deus é matar o amor dos seus semelhantes, é fazer de cada homem um lobo para outro homem e ressuscitar o paganismo brutal que só reconhece a força e a violência no círculo das relações humanas; é cometer um crime de lesa humanidade.

A guerra a Deus é sempre a guerra ao homem.

No pensamento de Jesus, a norma e o modelo do amor dos outros deve ser o amor que cada um tem por si próprio: — *amarás o próximo como a ti mesmo*. O próximo é um outro *eu mesmo*, pela natureza e pela adopção divina que nos tornam iguais a todos os filhos de Adão e ao próprio Cristo.

Coberto com a nossa carne e com muitas das nossas misérias, Jesus dizia — que o que fizéssemos a um dos seus irmãos, as crianças e os desgraçados, era a *êle* que o fazíamos.

Por isso aquele, que devemos amar como próximo é o que vive a nossa vida na família, na pátria, na humanidade e que, um dia dormirá, no túmulo, o sono passageiro da morte; é o que participa das nossas necessidades e das mesmas aspirações ao Infinito, da nossa imortalidade; aquele de quem somos solidário, através do tempo e do espaço, o *homem*, porque nenhum nos é estranho e todos somos parentes, pela origem, pelo sangue e pela paternidade divina.

O animal, por sua natureza, fins e necessidades, encontra-se afastado de nós; vive apenas para animar a criação e para nos servir, revertendo, depois, totalmente à matéria pura de que é uma delicada organização.

Também o homem se despoja desta matéria, mas a sua alma vive, subtil e espiritual, flutua imperecível para o *além* dos túmulos.

Um dia Deus arrancará das garras da morte, os

pedaços dispersos do vestido material da sua criatura privilegiada; vesti-la-á, depois, novamente e para sempre no seu reino.

Quem quiser entrar neste reino é obrigado a amar o próximo ainda que este viva sob as espécies da pobreza, da lepra, do vício e da doença.

Que pensar então dos que abandonam, desdenhosamente, à porta dos seus palácios magníficos ou das ruas das cidades, os lázaros que morrem de miséria e de fome, a quem recusam as migalhas da sua mesa ou um justo salário?

Dir-se-á talvez: — que tal homem não é da minha raça nem da minha religião; que pertence a outro povo, a outra pátria; que é estranho à minha sociedade e aos meus interesses, que é um escravo, — deshonra da espécie humana — que a natureza, segundo Aristóteles, criou para o meu serviço; que é um humilde operário vestido de ganga ou que é um inimigo da minha família, ou um inimigo pessoal. Devo amá-lo?

A estes respondeu o Mestre com a parábola do bom Samaritano à cerca da qual escreveu Peabody: «é uma história de um finito tão perfeito que se é tentado a estudá-la como uma obra de arte e a admirar cada frase separada, como uma pedra preciosa».

Graças ao ensino que contém esta Parábola, a exploração dos fracos não mais seria a única regra nas relações sociais; à sua luz o homem deixaria de ser lobo para outro homem, e a Igreja — que não se apresenta como religião de uma cidade ou de um

povo, católica, por essência — destruiria a instituição da escravidão cuja origem se perde na noite dos tempos e que servia de base económica e jurídica da sociedade greco-romana.

Nesta obra imensa, a Igreja não caminhou apressadamente (nada do que se faz bem se faz depressa, escrevia, a propósito, José de Maistre) mas os princípios do Evangelho onde penetravam o coração dos homens e inspiravam a confecção das leis, restauravam a pessoa humana e destruíam, assim, o fundamento da escravidão.

A Igreja, na sua admirável prudência, não sacudiu violentamente o jugo em que viviam tantos homens.

A supressão repentina da escravidão não só seria impossível mas seria fatal.

Basta recordar os resultados da liberdade prematura, concedida pela República francesa às suas colónias e as desordens de toda a espécie que se desencadearam, entre os povos de quasi toda a América e, que vivendo felizes e tranquilos, quando ligados com a metrópole, durante todo o século passado, exceptuando os Estados-Unidos, tiveram a tranquilidade, por ideal.

O que seria a libertação súbita de milhões de homens, prontos, no mundo inteiro, a vingar, nos antigos senhores, as crueldades sofridas?

Para abolir a escravidão, a Igreja não fez uma revolução, não levantou barricadas, não desceu à praça pública a concitar em todos os Spartacos, o

ódio, a vingança e tôdas as paixões, sofreadas pela força; não convidou os escravos a quebrar os ferros das suas algemas na cabeça de seus tiranos.

Vencerá todos os obstáculos, sem empregar meios violentos que são incompatíveis com a essência da sua doutrina.

Os que a accusam de não haver acabado repentinamente com uma situação tão infamante, como intolerável, desconhecem que ela nunca prescinde do concurso dos homens e que caminha com tanta mais segurança, quanto mais lentamente procura atingir os seus objectivos.

Por outro lado, uma emancipação súbita e universal teria como consequência imediata e necessária, a subversão completa da ordem social. E então ou os escravos súbitamente emancipados, incapazes de usar da liberdade, aniquilariam os seus senhores, estagnaria a produção e o consumo, criando-se um estado de coisas peor do que o anterior ou os escravos, depois de esforços inúteis, recairiam numa servidão mais dura e ficariam sob opressão mais violenta.

Os remédios súbitos e drásticos não curam as grandes injustiças sociais que o tempo enraizou profundamente; agravam o mal, em vez de curá-lo.

A Igreja, pois, ao abolir a escravidão, não ensaiou uma revolução súbita e violenta, mas realizou uma transformação lenta, progressiva e portanto eficaz e decisiva.

Quando se pensa no número enorme de escla-

vos da sociedade pagá e se pergunta o que teria succedido a alguns milhares de homens livres, se sobre eles se desencadeasse a avalanche de milhões e milhões de escravos, não pode deixar de admirar-se a sabedoria da Igreja e a prudência de seus métodos.

Se a Igreja chamasse, sem prévia preparação, à liberdade imediata, todos os escravos, teria erguido o pendão da revolta e provocado uma luta tamanha, como de outra o mundo nunca fôra teatro e que teria subvertido os próprios fundamentos da sociedade.

Não procedeu assim, mas sem ruído ou aparato exterior, nem profundos abalos para as instituições vigentes; sem luta aberta nem efusão de sangue.

Revoluciona o mundo transformando os homens; converte as almas e não agita os povos; não decreta publicamente a abolição dos escravos, mas emancipa-os lentamente, operando a mudança gradual das idéas, dos costumes e das leis.

Primeiramente revela ao mundo atônito a doutrina social de Jesus: — «Amarás a Deus e amarás ao próximo como a ti mesmo» (*Mat.*, XXII, 37-40); «Pai nosso que estais no céu» (*Mat.*, VI, 9); «Vinde a mim todos os que estais fatigados e vos curvareis sob o peso da vida e eu vos aliviarei». (*Mat.*, XI, 28); «O que dentre vós quizer ser grande far-se-á vosso servo e o que quizer ser o primeiro far-se-á escravo de todos» (*Marc.*, X, 43-44); «Ai de vós ricos! porque tendes a vossa consolação» (*Luc.*, VI,

24) — que proclama a igualdade dos homens perante Deus e a sua fraternidade em Cristo.

O Doutor das gentes prêga a senhores e a escravos nestes termos: — «Vós sois todos filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus. Com efeito, todos vós que fostes baptizados em Cristo fostes revestidos de Cristo. Não há já nem judeu nem grego; nem escravo nem homem livre; nem homem nem mulher: porque todos vós formais uma pessoa em Cristo» (Gal., III, 26-28).

À maneira que o Evangelho se propaga, a Igreja sente que o mundo se transforma e começa a viver da influência da sua verdade social.

Os seus doutores na condenação da escravatura são tão eloquentes como enérgicos. Transcrevemos apenas as palavras de S. Gregório Nisseno: — «Quem se arroga o que pertence a Deus sòmente, e atribui a sêres da própria espécie o poder de se julgar dono de homens e mulheres, que faz senão levantar-se insolente contra a natureza, considerando-se um ente diverso daqueles que lhes são sujeitos? *Tive em meu poder servos e servas!* E assim tu condenas à escravidão o homem que tem uma natureza livre e independente e fazes uma lei contrária a Deus porque é contrária à lei natural. E, na verdade, aquele ente que é criado para dominar a terra e comandar, tu o submetes ao jugo da escravidão e por isso resistes e contradizes a *ordem divina*... Como é que tu, descurando o que sòmente está sujeito à tua mão, te insurges contra a tua mesma natureza livre,

pondo no número dos quadrúpedes, e até dos insectos, entes da tua espécie?... ⁽¹⁾

A Igreja espalha pelo mundo a doutrina da fraternidade cristã, tão simples e profunda, como um facho luminoso, no meio de densas trevas, como semente que cai no meio de fragas; mas proclamada nitidamente e repetida imperturbavelmente, foi o mais formidável ariete contra a escravidão.

Instruídos e educados por ela, senhores e escravos, aprenderam os seus direitos e os seus deveres; que tinham todos uma origem comum, um juiz comum e uma comum recompensa; numa palavra, que todos eram irmãos, tendo a Deus como Pai e o céu como pátria.

Esta doutrina — condenação formal da escravidão — estabelecia o mundo antigo sôbre novas bases, sem que o velho e frágil edificio sentisse o menor abalo.

A acção da Igreja harmonisava-se totalmente com a sua doutrina.

Emquanto na Roma pagã «os escravos não têm religião ou só tem as religiões estrangeiras» (Tacito); é-lhes proibida a religião oficial, não existe a igualdade religiosa entre êles e os patrícios, senhores e escravos participam igualmente dos sacramentos, assistem sem distinção às reuniões do culto, recitam as mesmas orações, recebem o mesmo ensino de humil-

(1) *In Ecclesiam Homilia.*

dade e amor e ajoelham-se à mesa Eucarística. Túmulos semelhantes e vizinhos recebem nos mesmos cemitérios cristãos, os despojos do escravo e do homem livre.

A idéa da fraternidade cristã afirma-se nos templos, nas ágapes e nos cemitérios; os mártires de nascimento livre e os de condição servil são honrados e venerados igualmente; os fieis ajoelham diante da lousa transformada em altar sob a qual repousam as cinzas de um escravo mártir.

O escravo Evelpistus, atirado à barra de um tribunal e interrogado por um prefeito de Roma, responde: — «Sou escravo de César mas cristão, tendo recebido de Cristo, a liberdade».

A Igreja toma nas suas mãos os escravos, educa-os e coloca-lhes na cabeça a corôa do sacerdote, a mitra do bispo, a tiara do pontífice; e os patricios romanos inclinam a fronte com o mesmo respeito diante de um pontífice como S. Clemente, seu igual pelo nascimento ou de um pontífice como S. Calisto, antigo escravo, condenado aos trabalhos das minas.

A sociedade pagã não reconhecia ao escravo os direitos do casamento e as alegrias da família; neste domínio da vida, como nos demais, encontrava-se inteiramente sujeito ao arbítrio do senhor. A Igreja, em oposição à lei civil, reconhece o casamento dos escravos e conferindo-lhes a faculdade de o contrair, restitui a dignidade de pessoa humana, a um ser até ali, sem direitos, que a jurisprudência assimilava a um animal.

«Desde então, escreve Emile Chenon, separar dois escravos casados é um crime; seduzir uma escrava casada, um adultério: duas coisas que os pagãos não podiam compreender.» (*Le Rôle Social de l'Eglise*).

Declara válido o casamento entre escravos e pessoas livres ou nobres, casamentos que a lei civil declarava nulos.

Na catacumba de Domitila descobriu-se um túmulo construído pelo escravo Oniseforo, em memória de sua mulher, classificada no epitáfio de *femina clarissima*; com efeito esta mulher pertencia à mais alta sociedade de Roma.

É vulgar dizer-se: — Se a Igreja condenava a escravidão, como conciliava a doutrina com a sua atitude? Porventura, o clero e os conventos não possuíam milhares de escravos? —

Os adversários da Igreja desconhecem as condições sociais, as perseguições e obstáculos que ela encontrou; favorecendo a liberdade, não podia porém decretar como medida geral, a abolição da escravatura.

Separada do Estado, melhor, perseguida pelo Estado, a Igreja propagava a sua doutrina lentamente e à maneira que penetrava nas idéas e nos costumes, favorecia a libertação dos escravos e melhorava, por todos os meios ao seu alcance, a sua condição social.

A sociedade pagã tinha feito do escravo um ser egoísta, ladrão, hipócrita, sensual, e mentiroso e do

senhor, um tirano, um déspota sem coração e sem entranhas.

Ao escravo a Igreja aconselha a suportar cristãmente tão dolorosa provação, dando-lhe Cristo, como exemplo. Este ideal realiza nas almas tão profundas transformações, que os escravos chegam a impor-se ao respeito dos senhores, pelas suas qualidades morais e a viver uma vida de virtude e de edificação que nem Platão ou filósofo algum conseguira dos seus discípulos.

Dos senhores exige que respeitem no escravo a sua dignidade de pessoa humana, que o tratem com espírito de justiça e de caridade: são instados a não maltratar os escravos e a não abusar das suas forças mas a facilitar-lhe a emancipação e obrigados a curar de suas almas, ajudando-os na prática do bem e instruindo-os na verdade.

Com efeito, a escravidão em si, considerada como instituição, continha fermentos que dissolviam as almas e que só com ela podiam desaparecer.

Se alguns escravos cristãos se tinham mostrado modêlos de virtude, a multidão não podia resistir ao ambiente e às necessidades de uma condição legalmente degradante.

Por isso a Igreja convidava os cristãos a conceder a liberdade aos seus escravos, apresentando-lhes êste acto como obra meritória e útil à salvação.

A sua voz não foi desprezada. As libertações de escravos por testamento, tornaram-se numerosas e freqüentes porque os cristãos consideravam êste

gesto supremo, como meio de resgate, para os seus pecados.

A caridade cristã realiza maravilhas maiores entre os senhores que não satisfeitos em conceder a liberdade aos seus escravos, se preocupam também com assegurar-lhes os meios de uma existência honesta. No entretanto as emancipações multiplicam-se.

Os *Anais dos Mártires* referem que Hermes, num domingo de Páscoa dera a liberdade a 1250 dos seus escravos; Cromácio, prefeito de Roma a 1400, e Eudoxia, Zenão, Jorge de Capadócia, Conciano, Eufrasia e muitos outros santos concederam a liberdade a milhares de escravos, dando-lhes, ao mesmo tempo, dinheiro, campos ou casas de habitação.

Ficou célebre na história o gesto de S. Melania e de seu marido Piniano. A-pesar-da resistência dos próprios interessados, êste casal cristão, imensamente rico, emancipou, em doze anos, todos os seus escravos e no ano 406, concedera a liberdade, num só dia a 8.000. Já no começo do século IV, o imperador Diocleciano, perturbado com a generosidade dos cristãos para com os seus irmãos desgraçados, proibira a emancipação dos escravos.

Não contente em libertar centenas de milhar de escravos, a Igreja continua a protegê-los, amparando-os para que não regressem à servidão. Parte dos bens que lhe ofereciam, com os quais sustentava os pobres, os órfãos e as viúvas, consagrava-a ao resgate e à educação dos escravos.

Dos conselhos e convites, inventando e multiplicando os pretextos de libertação, procurando mitigar a sorte dos escravos e defendê-los contra a opressão dos homens e a barbaridade das leis, a Igreja passa a decisões conciliares.

«Percorrendo as actas de trinta e sete concílios, celebrados desde o século III ao século XIII, em Roma, Reims, Lião, Lérida, Orleans, Toledo, Chalons e noutras partes, (Blakey, professor inglês, protestante e insuspeito) recorda minuciosamente, os os seus cânones, todos destinados a prover, segundo as diversas circunstâncias dos tempos e dos lugares, à triste condição dos escravos e dos servos, mitigando-lhes, com tãda a sorte de auxílios espirituais e materiais, os sofrimentos, punindo, com excomunhão, os senhores que os maltratavam, animando a manumissão, protegendo os libertos, recomendados à Igreja; aprovando que se vendessem até os bens da Igreja e os vasos sagrados, para os resgates e dar-lhes liberdade; proibindo o tráfico dos escravos; multiplicando os títulos de libertação; permitindo-lhes, em certas condições e com declará-los livres *ipso facto*, que entrassem na religião e recebessem as ordens sacras». (*Salvatori Brandi*) ⁽¹⁾. Aproveitando a sua influência sobre os imperadores cristãos,

⁽¹⁾ Citado na revista de Coimbra *Estudos Sociais* em cujas páginas, Diógenes, pseudónimo do distinto publicista Dr. Artur Bivas, publicou, em resposta a certas afirmações do falecido professor Dr. Marnoco e Sousa, uma série de eruditos

a Igreja consegue introduzir, na legislação romana, alguns artigos, a favor dos escravos.

Assim é que Constantino reconhece as emancipações *in ecclesia*, isto é, feitas na Igreja sob a garantia do clero e das suas sanções; no ano 370, Valentiniano proíbe a alienação dos escravos sem a terra que eles cultivam; os atentados à liberdade de consciência dos escravos obrigam o senhor a libertá-los; as vendas dos filhos por seus pais são declaradas nulas; a criança abandonada não pode ser reduzida à escravidão por quem a recolha; Justiniano, suprime a *servitus poenae*, declara a escravidão, instituição bárbara e contrária ao direito natural e acrescenta: «não somos nós que queremos reduzir à escravidão uma pessoa livre, nós que, há muito tempo, consagramos os nossos esforços a proporcionar a libertação dos escravos».

O direito romano influenciado pela Igreja, aplica a doutrina social do Evangelho.

No século VI, nos países de civilização cristã apenas se notam vestígios da escravidão. Esta transforma-se em servidão, mas os servos que não podiam ser vendidos ou separados da terra que cultivavam, nem arrebatados à sua família, eram já de uma condição superior ao escravo, absolutamente comparado

artigos acerca da Igreja, o Stoicismo e a Escravidão. Num deles — *Os concílios e a escravidão* — se encontram integralmente transcritos, vários cânones de alguns concílios cuja leitura esclarecerá o leitor sobre esta interessante matéria.

pelos senhores aos animais e muitas vezes peor tratados do que estes.

No entanto, a Igreja continua infatigável, através dos tempos, a obra emancipadora, vencendo os abusos dos senhores feudais, lutando contra o despotismo das dinastias da Europa, condenando com veemência, em nossos dias, o comércio da carne — o tráfico dos negros — até que a servidão e a escravidão foram banidas do mundo civilizado e a liberdade do homem se encontrou garantida pelo direito civil e pelo direito das gentes.

V

A GRANDE LEI DO TRABALHO

O artista que produzisse mil primores de arte, por mais hábil que fôsse, seria sempre um vil operário, — um homem que vive do seu trabalho.

Luciano

NO livro mais antigo que se conhece, a lei do trabalho aparece-nos imposta pelo próprio Deus aos progenitores da humanidade.

«Não havia ainda homem que cultivasse a terra... formou pois Deus o homem... e pô-lo no paraíso das delícias, para êle o cultivar e guardar.» (*Génesis, II, 5, 7, 15*).

A lei do trabalho existia portanto desde os primeiros dias da criação do homem e era anterior à queda original.

Quando o primeiro homem se revoltou contra o

Criador, então o trabalho, de alegre e agradável, saúdado pelos sorrisos da natureza, tornou-se duro, punitivo, pesado, trazendo sempre consigo, um amargor até ali desconhecido.

«Antes da queda original escreve um sociólogo assás conhecido ⁽¹⁾, já esta grande lei do trabalho existia na economia do paraíso terrestre.

«Depois de ter acabado as suas outras obras, Deus criou o homem e estabeleceu-o rei da criação : *Enchei a terra e sujeitai-a*. Esta terra que é obra de Deus, pela criação, torna-se, ao mesmo tempo, obra do homem pelo trabalho.

«Cooperador de Deus, o homem aformoseará, aperfeiçoará e dominará a terra de que é senhor e rei.

«Por outro lado, a terra de uma maravilhosa fecundidade, satisfazia largamente as necessidades do homem. O trabalho agradável e fácil não exigia do homem nenhum esforço penoso, para encontrar nas forças da natureza, auxiliares úteis e valiosos, para o exercício do seu poder.

«Depois do pecado original, o homem expulso do paraíso de delícias, teve de ouvir estas palavras de maldição divina : — *A terra será maldita sob o teu trabalho e, só à fôrça de fadiga, retirarás dela o teu alimento ; ela produzirá cardos e abrolhos e comerás o pão com o suor do teu rôsto*.

«Desde então, o trabalho do homem não deixou

(1) Antoine : *Cours d'économie sociale*.

de ser o cooperador da acção divina e ficou sempre o ornamento e a glória da natureza humana a que dá actividade e fecundidade ; permanecendo uma lei de harmonia e de progresso, tornou-se uma pena e castigo do pecado.

«Como punição da falta original, quiz Deus ligar, à satisfação das nossas necessidades, a pena e a fadiga e disse : *Não tereis senão o que produzirdes*. Assim o homem é condenado a trabalhar para viver.

«A subsistência de cada dia, o pão cotidiano, tal é o fim próximo do trabalho. *Trabalhar*, disse o grande pontífice Leão XIII, *é exercer a sua actividade com o fim de se procurar o que é requerido pelas diversas necessidades da vida.*»

Tal é o conceito cristão do trabalho; o trabalho não é nem pode, portanto considerar-se exclusivamente como punição, como fazem crêr os socialistas.

Em uma carta publicada num jornal de Bruxelas, um leader socialista e deputado Anseele, dizia, a propósito de um dos seus discursos pronunciados em Gand — : «Opus umas às outras, as teses da Igreja, da Economia liberal e do Socialismo relativas ao trabalho.

«Eu disse : a tese da economia liberal é que o trabalho é uma mercadoria, a tese da Igreja é que o trabalho é uma punição, pois que a Igreja ensina que no berço da humanidade, o primeiro homem, por ter desobedecido à lei do Senhor, foi expulso do paraíso,

como um condenado e obrigado a ganhar o seu pão de cada dia com o suor no rosto.

«Acrescentei que se o trabalhador é um condenado, segue-se que o preguiçoso deve ser um eleito e que os trabalhadores inteligentes e manuais tendo a escolher entre : ser mercadoria ou um condenado, não escolham, se afastem dos defensores destas duas teses e se voltem para o socialismo que respeita no trabalhador, o homem e o produtor e o venera como o senhor futuro do mundo. Eis o que expus, nem mais nem menos».

Esta carta resume todos os prejuízos do socialismo e do livre-pensamento contra a doutrina cristã do trabalho.

M. Demoutiers respondia no mesmo jornal ⁽¹⁾ : Note M. Anseele, que a Bíblia nos diz : «Deus tomou o homem e colocou-o no jardim do Eden para o cultivar e guardar». (*Genesis I, 15*). O trabalho, em si mesmo, segundo o conceito cristão, não é uma punição ou castigo : o homem no estado de inocência trabalhava.

O que é punição, ou, com mais propriedade, consequência da falta, é o carácter muitas vezes doloroso do trabalho.

E aqui o problema rasga horizontes mais vastos.

Não se trata somente da dôr resultante do trabalho, mas do sofrimento humano em geral, sofrimento físico e moral.

⁽¹⁾ *Le Democrate*, 15 de Dezembro de 1919.

Que ensina a Igreja sobre este problema ?

Que o sofrimento físico e moral é *natural* ao homem ; resulta da própria limitação e imperfeição das nossas faculdades. Somente no paraíso terrestre. Deus tinha, por assim dizer, *corrigido*, essa imperfeição da natureza humana, tinha preservado o homem do sofrimento ; mas isto era um *dom preternatural* que Deus tinha feito à humanidade, de maneira absolutamente gratuita, e que nada o obrigava a continuar.

Importa observar que os descendentes de Adão, não perdiam, em consequência da falta de seu primeiro pai, senão bens, infinitamente preciosos, mas *não dívidos*, bens sobrenaturais e preternaturais, que Deus poderia nunca ter concedido e que ficava infinitamente livre de os retirar, se Adão, encarregado de os merecer, *em certa medida*, pela sua obediência, se revoltasse, em lugar de obedecer, como era o seu mais essencial dever.

Em suma, o sofrimento que muitas vezes acompanha o trabalho, embora seja, de facto, uma consequência da falta de nosso primeiro pai, teria muito bem existido, sem esta falta, porque êle resulta da própria natureza do homem.

Para reparar essa falta quiz Deus enviar-nos seu Filho único. Se Adão nos perdeu, com a sua revolta, Cristo, filho de Deus feito homem, salvou-nos com a sua obediência heróica e restaurou a obra, primitivamente comprometida.

É fóra de dúvida que Cristo não suprimiu o so-

fimento, mas santificou-o, como que o divinizou, tornando-o agente incomparável de ascensão moral e meio de as almas generosas, trabalharem, com Ele, na redenção da humanidade.

Portanto, antes, como depois da queda original, mas, *em condições diferentes* o homem ficou submetido à lei do trabalho; o trabalho conservou a mesma nobreza que o sofrimento não diminuiu.

O homem devia trabalhar e trabalhar penosamente para viver, mas condição essencial da vida, tornou-se elemento do seu poderio material, da sua força moral e instrumento da sua regeneração. Pelo trabalho o homem dominaria a matéria e domaria as próprias paixões; reduziria os seus instintos, temperaria a sua vontade e forjaria o seu carácter.

E por uma espécie de reacção, o homem, engrandecido pelo trabalho, nobilitaria, por seu turno, o próprio trabalho, comunicando-lhe qualquer coisa da sua personalidade moral, das disposições do seu coração e das energias da sua alma.

Quando o género humano *cresceu e se multiplicou* e a existência do homem começou a sentir novas necessidades, impostas pela convivência social, a lei do trabalho, manifestou-se em todo a sua gravidade de castigo divino.

Obrigado o homem a empenhar a luta pela vida, procurou quasi sempre iludir a dura sentença: *come-rás o pão, com o suor do teu rosto*.

Logo que o comércio e as guerras, deixaram em seu poder, a vida, os bens e as energias do vencido,

pensou em se eximir à lei do trabalho, utilizando, em proveito próprio, o fruto do suor alheio; e quando as guerras facilitaram a aquisição de trabalhadores remunerados ou escravos, os ricos e os poderosos desprezaram a lei do trabalho e o desprezo do trabalho, necessariamente havia-se conduzir ao desprezo do trabalhador.

«O mundo divide-se então,—escreve Naudet ⁽¹⁾— em duas classes: uma que goza na ociosidade e outra que se extenua no trabalho.

Assim nasceu, na sociedade antiga, a odiosa escravidão e na sociedade moderna, uma condição, excessivamente dura para o operário.»

Cinco séculos antes de Cristo, todos os povos, do tempo de Herodoto, desprezaram o trabalho e consideravam como os mais ignóbeis, aqueles que seguiam a carreira das artes; observava-se a formação da casta odiada dos trabalhadores.

Antes do aparecimento do Cristianismo, a população do império romano, compunha-se de três espécies de homens: senhores, proletários e escravos.

Os escravos excediam a soma dos senhores e proletários ou trabalhadores livres. Mas pouco a pouco, o trabalho servil, explorado pelos senhores foi sufocando quasi por completo, o trabalho livre, reduzindo a sociedade a ricos e a escravos.

O trabalho dos escravos, contínuo e intenso au-

(1) *Propriété, Capital et Travail*.

mentava a produção sobre o consumo de tal modo que o trabalhador livre não podia resistir; o preço diminuto dos escravos, o nenhum dispêndio em salário, a alimentação frugal, o trabalho explorado além das forças humanas, tudo isto veio esmagar o trabalho livre, de maneira que os proletários deixavam-se geralmente absorver pela escravidão, associando-se aos escravos, e compartilhando com eles, tôdas as agruras da vida servil.

Por outro lado, notava-se uma aversão profunda, a todo o trabalho, principalmente ao trabalho manual e mecânico.

Nas civilizações antigas, tinha-se ligado ao trabalho, uma idéia infamante; um homem livre deshonrava-se por aceitar um trabalho servil.

Na Grécia, Platão exclui da sua *República* o exercício do trabalho manual e condena o cidadão que se entregue ao comércio que a seus olhos, é um crime; Aristoteles considera tôda a profissão mecânica e tôda a especulação mercantil como trabalhos que degradam, contrários à virtude e recomenda aos homens livres que não curvem a sua nobre estatura a êsses rudes trabalhos para os quais a natureza fez os animais e os escravos; Xenofonte vê nas artes manuais, uma coisa incompatível com a beleza, e a graça, com a vida livre de um grego artista, — «elas, escreve, deformam o corpo, obrigam a sentar-se à sombra ou junto do fogo, não deixam tempo para a república nem para os amigos»; Plutarco declara que nenhum homem de bem sentiria desejos de ser Fídias

ou Polieleto, ainda que pudesse fazer um Júpiter Pisano ou um Juno de Argos.

Por isso — «na Grécia, o cidadão devia dedicar-se inteira e unicamente às exigências do Estado. Com a actividade do espirito devia atender aos vários cargos do Estado, com o vigor das forças vigiar pela sua incolumidade e independência. Corria à educação pública o dever de preparar o homem livre, por meio de leis e costumes oportunos, para semelhante teor de vida... Era esta a idéa do cidadão em todos os povos da Grécia, idéa que se manifestou em tôdas as formas da vida política e teve a sua plena actuação em Sparta, sob o império das leis de Licurgo. Daqui provinha a necessidade de que uma outra parte do género humano fôsse única e inteiramente obrigada àquêlê género de trabalho baixo e vil que tornasse possível ao cidadão, o dever de prover às necessidades da vida pública.» ⁽¹⁾

Mas os romanos, homens mais práticos do que os gregos, não tiveram em outro conceito o trabalho e não empregaram linguagem diferente.

Seneca, diz categoricamente: — «A invensão das artes pertence aos mais vis escravos. A sabedoria habita em regiões mais altas; esta não deforma as suas mãos no trabalho»; Cicero, no seu *Tratado dos Deveres* escreveu simplesmente: — «Os artistas, pela

(1) Mons. Talamo. *A escravidão segundo os Padres da Igreja.*

sua profissão são todos *gente miserável*; nada de nobre pode haver dentro de uma oficina».

Os grandes pensadores desprezavam o trabalho; as suas palavras eram a expressão dos costumes públicos; aos olhos da opinião, o operário era um ser envilecido e desprezível.

Por coisa alguma do mundo, um cidadão romano profanaria as suas mãos delicadas e preguiçosas, no contacto com os instrumentos de trabalho; para ser respeitado e honrado, julgava-se correntemente, que era preciso ter uma vida ociosa e não ser obrigado a trabalhar para viver.

Tamanha aversão a todo o género de trabalho, veio crescendo de século para século, desde a simplicidade rústica dos primeiros tempos até ao fausto do império.

Romulo, ainda permitira aos homens livres dois géneros de profissão — a agricultura e a milícia; as outras profissões eram sórdidas (*artes sordidae*) e só convinham aos escravos.

O principal motivo que Brutus alega para concitar o povo a revoltar-se contra Tarquínio é precisamente este: que Tarquínio tinha transformado os homens de guerra em artifices e em pedreiros. ⁽¹⁾

O mesmo aborrecimento ao trabalho se observa em quasi todos os outros povos da antiguidade.

O forte e belicoso germano dos tempos bárbaros

⁽¹⁾ Tito Lívio. *Ab Urbe condita historiarum*.

odiava-o para si, e impunha-o à mulher, aos velhos e aos mais fracos; os Gauleses e Lusitanos, os Citas e os Persas, os Trácios e os Lídios consideravam-no uma deshonra; e ainda hoje, na Índia, para o brámane, que se dá todo à contemplação, o tocar unicamente num *pária* que trabalha, é como que tornar-se imundo; a sabedoria indiana, escreve Lotze, atribui ao homem as fadigas da milícia e à mulher as do trabalho penoso e brutal.

O desprezo da grande lei do trabalho devia — como atrás fica dito — trazer necessariamente consigo o desprezo do operário e do trabalhador.

Quem compulsar os historiadores, os jurisconsultos e os poetas, quem decifrar as inscrições do tempo e interrogar as pedras dos grandes monumentos que a antiguidade nos legou, verificará a situação desesperada — *desperantes*, chama Plínio aos trabalhadores — em que o operário vivia na civilização pagã, tão brilhante no exterior e, no fundo, tão abominável.

Maltratado, nas cidades e sobretudo nos campos, com a pele sulcada de traços lívidos, produzidos pelo chicote, cadeias de ferro nos pés, para não fugir, fronte tetuada para ser conhecido, alojado em logares imundos e guardado por autênticos carcereiros, mal vestido e mal alimentado, sem família nem casa, nem salário, arrastava uma existência tão dura e tão ignóbil que mal se pode compreender, em face da vida do operário de nossos dias.

Quem teria operado esta transformação?

Quem rehabilitou o trabalho e distiguiu o trabalhador ?

Quem arrancou às entranhas da civilização antiga, um ser novo, o operário, senhor da sua pessoa e dos seus direitos, do seu trabalho e do seu lar ?

«A reabilitação do trabalho, escreve Allard, constitui uma revolução moral quâsi tão difficil de realisar, como a abolição da escravidão e só ella podia conduzir a esta. Mas, no mundo antigo, quem teria tentado esta revolução ? Quem sequer teria concebido a sua idéa ? O único instrumento de progresso moral, a philosophia, era precisamente a criadora da idéa de deshonra ligada ao trabalho. Pode afirmar-se que sem o Cristianismo essa idéa jámais teria desaparecido. Não foram demais para a destruir, todos os recursos materiais de que elle dispunha. Só elle podia reabilitar o trabalho, porque só elle podia imprimir-lhe um carácter divino.» ⁽¹⁾

⁽¹⁾ *Les esclaves chrétiens.*—Cap. *Rèhabilitation du travail.*

VI

A REHABILITAÇÃO DO TRABALHO

Desde que vemos o Homem-Deus, ainda que de estirpe real como homem, e todo poderoso como Deus, submeter-se, livremente, a uma vida de trabalho manual cotidião, é que o trabalho é uma lei da humanidade, cujo cumprimento é condição de felicidade geral mas cujo desprezo traz a ruína fatal da sociedade.

Paul Lapeyre

O pensador debruçado sobre livros, o escritor de pena na mão, o lavrador sulcando a terra, o artista dentro da officina, todos são trabalhadores — tipos, cuja actividade é indispensável ao desenvolvimento e bem estar do homem e à produção de bens necessários ao progresso moral, intelectual e económico da sociedade.

Trabalho, não é apenas, como erradamente se

julga, o que fatiga os músculos, caleja as mãos e deforma o organismo.

Trabalho, e bem árduo, é o do pensamento que concebe e promove as grandes descobertas e conquistas da ciência e gera as obras primas das letras e das artes.

Trabalho, é bem meritório e exaustivo, o da administração activa inteligente e honesta dos homens e da coisa pública, o da vigilância da ordem, o de devotamento a Deus e à Pátria e o da caridade.

Sem êles, a ordem, a beleza, o conforto, a virtude, o alívio dos desgraçados, e o progresso, não passariam de quimeras.

Hoje é assás nobre e dignificador cada um dêles e é escusada, por desnecessária, a sua apologia ou apoteose; ninguém ousará identificar teóricamente, o trabalho do homem com a actividade da máquina ou da animal, como nas civilizações antigas.

Mas quem realizou esta transformação, nas idéias, nos costumes e nas leis?

Quem reabilitou o trabalho e dignificou o trabalhador?

Parece, que, ao menos para pessoas cultas, não haveria mister de responder.

A reabilitação do trabalho, a dignificação do trabalhador e a defesa dos seus legítimos deveres, constituem capítulos formosíssimos da civilização, escritos pela acção social da Igreja.

Há contudo quem deforme os factos, ainda os

mais autênticos e melhor documentados, amoldando-os a prevenções e a prejuízos.

E assim Hertza ousa escrever: — «Pretende-se na nossa sociedade moderna que o trabalho foi reabilitado. O cristianismo, sobretudo, arroga-se a glória de ter repudiado a velha concepção que o considerava uma vergonha. Dificilmente se pode imaginar uma ilusão maior. O trabalho é hoje ainda uma deshonra como nos séculos passados.» ⁽¹⁾

Strauss afirma tranqüilamente que — «ao cristianismo e ao budismo é comum um verdadeiro culto da pobreza. Os monges que mendigavam na Idade Média, e, hoje, a vida dos miseráveis em Roma, são autênticas instituições cristãs que desapareceram dos países protestantes, graças a uma concepção que hauriu os seus princípios noutra fonte.» ⁽²⁾

Renan escreve que Jesus, absorvido pelos negócios do reino dos ceus, desprezou o trabalho, e dando-nos uma razão tão curiosa como ridícula desse desprezo diz: — «O trabalho num clima como o da Judeia parecia inútil; o que êle produz não vale o que custa. Os animais dos campos andam melhor vestidos do que o homem mais opulento e não trabalham. Este desprezo, não tendo por causa a preguiça, serve imenso para elevar as almas e inspirava a Jesus os seus mais formosos apólogos» ⁽³⁾.

⁽¹⁾ *Les lois du développement social.*

⁽²⁾ *Foi ancienne et Foi nouvelle.*

⁽³⁾ *A vida de Jesus.*

Ziegler por seu turno, declarava: «A minha opinião é que Jesus considerava a riqueza e o trabalho que procura o ganho, como sem valor, ou melhor, como perigosos» ⁽¹⁾.

Foi inspirando-se provavelmente nestas idéias que o socialista francês Jules Guesde, pôde dizer: — «Deixâmos, de bom grado, o céu aos pássaros e aos cristãos; nós os socialistas contentamo-nos com a terra.»

Destas e de afirmações idênticas poder-se-à concluir que a Igreja e o seu divino Fundador se devem considerar, inimigos da vida humana e de tudo quanto a sustenta e desenvolve e a torna melhor e mais digna, porque, em nome dos interesses super-terrestres, manifestaram completo desprezo pelo trabalho — condição de bem estar e de progresso material e moral da humanidade.

A vida oculta e pública de Jesus, as suas palavras, sua doutrina e a obra da sua Igreja, através do tempo, demonstram como é capciosa e errada a concepção que do Evangelho e da vida da Igreja formam certos pensadores pseudo-sábios.

Ora quando Jesus nasceu, ouviu, ainda no berço, o intenso gemido que o mundo dos trabalhadores, erguia, sem esperança, por tôda a parte.

Verbo de Deus e descendente de reis, poderia ter reivindicado para si os direitos da sua realeza di-

vina e os direitos dos seus antepassados; poderia ter transformado em trono, o seu berço.

Não quiz. Provavelmente porque não teria servido assim, a causa dos desgraçados e dos trabalhadores.

Como homem, filho de operários, segundo Orígenes, sua Mãe ganhava o pão fiando à roca, e seu pai legal um artista — vive em casa de um carpinteiro, o seu palácio é uma oficina; e operário, ele mesmo, trabalha durante cêrca de vinte anos.

«Que se alegrem os que trabalham com as suas mãos, escreve Bossuet, Jesus é da sua condição.»

Este facto impressionou tão vivamente a arte cristã que, desde os artistas rudes e ingênuos dos primeiros séculos, aos Giotto, Fra Angélico e Rafael, todos o representam com maior ou menor colorido, com maior ou menor perfeição artística, quer nas paredes das catacumbas quer nos retábulos das catedrais da Idade Média e nos quadros da Renascença.

A história refere, segundo o evangelista S. Mateus (XIII, 55) que os habitantes de Nazaret, ouvindo, certo dia, a Jesus interpretar luminosamente as Escrituras, nas suas sinagogas, admirados interrogavam-se mutuamente: *Não é este o filho do operário?*; outro historiador, S. Marcos, põe na bôca dos habitantes de Nazaret estas palavras — *Mas não é este o operário?* Isto é: essa gente boa e rústica não se quedava surpresa e admirada, sômente por ouvir o filho de um operário, comentar com tanto brilho e perspicácia as Escrituras — seu pai poderia, com o

⁽¹⁾ *Histoire de la morale chrétienne.*

fruto do seu trabalho ter-lhe proporcionado a frequência das escolas de Jerusalém — mas porque sabia que Jesus era um operário, que nunca fôra discípulo dos rabis e no entanto, falava com tanta clareza e conhecimento das coisas divinas que os seus doutores, a-pesar-de longos estudos, difficilmente compreendiam e explicavam. Por isso diziam: *não é este o carpinteiro?* Cristo, não era sòmente o filho de operários; operário, êle próprio, trabalhava na oficina com seu pai que por certo o instruiu na sua arte; e trabalhara depois, em companhia de sua mãe, quando as suas mãos enterraram piedosamente o operário vigilante e probo que protegera a sua infância, que o salvára da cólera homicida de Herodes e que fôra durante longos anos, sob o mesmo tecto humilde, o companheiro cotidiano das suas penas, das suas alegrias e do seu trabalho.

Celso, o mais violento inimigo do Cristianismo, dos primeiros séculos, o que usou tôdas as armas para denegrir o seu fundador, confirma neste ponto a narração evangélica, quando escreve desdenhosamente: «Êle passou a sua vida em Nazaret, occupado em trabalhar pranchas.» ⁽¹⁾

Um facto divino, portanto, reabilita o trabalho: Deus — operário, comunica-lhe a sua grandeza e eminente dignidade.

De futuro, os homens terão de reconhecer, que

⁽¹⁾ Origenes, *Contra Celso*.

um carpinteiro, um camponês e um trabalhador não são menos dignos de respeito, no campo e nas oficinas, do que um intellectual e um artista, nos seus gabinetes.

O ferreiro que amolda o ferro sôbre a bigorna, o sábio que estuda as leis que regem os fenómenos da natureza e da vida, o pensador que procura a solução aos problemas que a razão suscita, todos contribuem, cada um na sua esfera e na sua medida, para a riqueza moral e material da humanidade, todos obedecem à grande lei do trabalho.

O desprezo desta lei não é sòmente uma falta individual mas uma injustiça social, causa de muitos males que afligem a sociedade.

Não mais se dirá, como Aristoteles, ao justificar a escravidão: — «o privilégio do homem livre não é a liberdade mas a ociosidade que tem necessariamente por corolário, o trabalho forçado dos outros, isto é a escravidão». (*Política* 11. 6).

O cristão não poderá nunca compreender, como a filosofia pagã, que a ociosidade seja um título de nobreza.

Para o Cristianismo, o simples operário, dentro da fábrica ou da oficina, é mais digno de consideração e estima — por mais se assemelhar a Cristo-operário — do que o homem opulento ou de antepassados illustres mas que dissipa, nos prazeres, na ociosidade e nas futilidades da vida, energias humanas — as próprias e as de seus semelhantes.

Quando Jesus se entregou inteiramente à prêga-

ção começa para êle uma vida nova. Mas esquecer-se-à dos anos em que ganhava o pão com o suor do rosto? Votará ao desprezo o trabalho que fatigou o seu corpo e endureceu as suas mãos?

Em todos os tempos se viu que muitos dos que abandonaram o trabalho das oficinas e dos campos, erguidos, um dia pela sorte a uma categoria superior, costumam tratar desdenhosamente os que deixaram em baixo; os novos ricos evitam o convívio daqueles com quem trabalharam e mendigam anciosos a sociedade que vive com elegância e na opulência.

O divino operário nunca se mostrou arrogante ou desdenhoso com os seus antigos companheiros de trabalho; não deixou a oficina para gozar tranqüilo, um pecúlio penosamente amealhado.

Não disse êle que não tinha de seu uma pedra para repousar a cabeça, enquanto as aves dos céus têm os seus ninhos?

O seu trabalho agora é mais frutuoso e importante; gasta tôdas as suas energias, servindo a humanidade, levando a palavra e o exemplo de um a outro extremo da Judeia.

Absorvido por missão tão sublime, não se desinteressa, porém, dos misteres mais humildes; vive entre trabalhadores e muitas vezes, trabalha com êles.

O seu nome enche as cidades e os campos.

Os grandes, os aristocratas e os ricos procuram a sua companhia.

Por vezes, senta-se à sua mēsa; mas não se com-

praz nesta sociedade, constituída por homens elegantes, afortunados e frívolos, a quem dirige inectivas e verdades duras.

Convive e conversa habitualmente com os trabalhadores mais rudes e mais pobres — os pescadores de frente tizada e de mãos calosas; toma parte nas alegrias e sofrimentos da vida dêstes pobres homens.

Em seu benefício, opera alguns dos seus milagres: acalma o mar furioso para que possam lançar as suas rêdes, multiplica maravilhosamente a sua pesca, e caminha tranqüilo sôbre as vagas.

Entre êles escolhe os apóstolos a quem inicia nas verdades do seu reino e confia os segredos do seu coração. «Eu vos dou graças, meu Pai, por terdes ocultado êstes mistérios, aos fariseus, aos elegantes e aos ricos e por os manifestardes a esta gente rude e humilde».

A quem diz as palavras solenes, fundamento da autoridade suprema da Igreja — «Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha igreja e as fôrças do mal não prevalecerão contra ela; eu te confio as chaves do reino dos céus» — senão a um pobre operário que não tinha outro instrumento de trabalho senão uma barca?

Se Jesus tivesse condenado o trabalho, como alguns pretendem, teria vivido no meio de trabalhadores, tê-los-ia escolhido para seus autênticos representantes e continuadores da sua obra?

Confiando quási exclusivamente a operários a imensa obra de apostolado e de ensino da humani-

dade — missão tão difícil e delicada — mostrava o apreço em que tinha o trabalho.

Não julgou aptos para tarefa que excedia as forças humanas, os que viviam do prazer, do pensamento, e da riqueza; parece que só quiz encontrar na classe dos trabalhadores os homens que serviriam os seus altos designios sobre o futuro do mundo.

É que o trabalho é a escola da paciência e da abnegação, da riqueza e da virtude; oficina onde a dignidade se aprimora e se forja o carácter.

Os arautos do paganismo tinham anatematizado o trabalho — «os trabalhadores não merecem o nome de cidadão, não há diferença entre eles e os escravos» (*Aristóteles*), Jesus, sendo operário, vivendo, de preferência com operários, erguendo-os às mais altas dignidades da sua igreja, instituindo-os depositários das verdades mais sublimes, consagra o sofrimento e a dignidade do trabalho.

«Fatigado de trabalho, escreve um santo, Jesus ensina-nos a suportar o nosso; se ele é pezado fite-mos os olhos em Cristo trabalhador» ⁽¹⁾.

«Se Jesus não tivesse sido um operário, a questão e o valor moral do trabalho poderiam ser discutidos; mas desde que vemos o homem-tipo, o homem-mo-dêlo, o Homem-Deus, submeter-se, por escolha, ainda que de estirpe real como homem, e todo pode-

⁽¹⁾ São Boaventura: *Jesus fatigatus dat nobis exemplum sustinendi laborem. Si igitur gravat labor, consideremus Christum laboratem.*

roso como Deus, a uma vida de trabalho manual cotidiano, é que o trabalho manual é uma lei da humanidade, lei cujo cumprimento geral é a própria condição de felicidade geral e cujo desconhecimento traz a ruína fatal do género humano» ⁽¹⁾.

Assim se explica que desde os primeiros dias da Igreja, o trabalho conquistou entre cristãos o seu lugar de honra.

São Paulo, que a Grécia comparava aos seus sábios e que para os seus contemporâneos igualava o génio de Platão, o apóstolo que assombrou o próprio Nero e fez ouvir a sua palavra de fogo, em todas as regiões do Império Romano, era um operário e confessava ter certo orgulho da sua condição de trabalhador.

— «Com o trabalho das minhas mãos provi às minhas necessidades e às de meus companheiros» — dizia aos cristãos de Mileto.

Numa das suas cartas (*II Aos Tessalonicenses*) encontra-se uma página admirável sobre o trabalho. «Nós vos ordenamos, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, diz ele, que vos retireis do meio de vossos irmãos que se conduzem de uma maneira desagradada e não segundo a tradição que de nós receberam. Porque sabeis o que deveis fazer para nos imitar e que nada de desagradado houve na nossa conduta; nós não comemos gratuitamente o pão de ninguém, mas

⁽¹⁾ Paul Lapeyre. *Catolicismo social.*

trabalhámos, dia e noite, com pena e fadiga para não sobrecarregar nenhum de vós. Não fomos obrigados a isso, mas quizemos dar-vos o exemplo. Por isso quando nos encontrávamos entre vós, vos declarávamos que aquele que não quere trabalhar, não deve comer».

Aos habitantes da cidade de Corinto diz ainda: *laboramus operantes manibus nostris*, trabalhamos com as nossas mãos».

A obra da reabilitação do trabalho foi longa e rude; os primeiros cristãos, influenciados pelo velho atavismo pagão, que lhes andava nas veias e na alma, tiveram de lutar, para vencer as repugnâncias pelo trabalho, acumuladas por numerosas gerações, porém o exemplo de Cristo, dos apóstolos e dos bispos e padres — artistas, agricultores e operários, sem outro rendimento que não fôsse o produto do seu trabalho,—veio mostrar ao mundo que o trabalho manual já não é uma necessidade degradante mas uma ocupação útil e respeitável e subverter, por completo, as concepções morais, sociais e económicas da sociedade antiga.

Muitas igrejas — centros de orações — foram simultâneamente associações de produtores e consumidores, que trabalhavam uns com os outros e uns para os outros.

Viram-se então, descendentes dos velhos romanos, e nobres patricios entregar-se, como as mulheres do povo, ao trabalho manual; uma senhora de grande distinção mandou gravar na lousa da sua se-

pultura o seguinte epitáfio: *amatrix pauperum et operaria*, amiga dos pobres e operária.

Quando Constantino publicou o célebre edito de Milão (318) o trabalho tinha conquistado a sua dignidade, o operário estava já reabilitado; por êsses tempos, o sufrágio do clero e do povo escolhia por vezes os bispos, entre os que lavravam a terra nos campos, ou entre os que trabalhavam o ferro nas oficinas.

Já no ano 413, quatro séculos depois de Cristo, uma lei do imperador Honório declarava que o exercício distinto de qualquer ofício podia conduzir à dignidade de conde e que o trabalho era uma fonte nobreza.

Os monjes da Tebaida, da Palestina e das ilhas do Mediterrâneo oriental formam famílias de operários, onde se descobrem, antigos governadores de Roma, antigos senadores, parentes dos imperadores e senhores nobres que abandonaram a vida mole e fácil e alienaram a sua liberdade para o exercício de todos os misteres e trabalhos.

No Ocidente, traçando a regra aos seus discípulos, S. Bento divide o tempo, entre o trabalho e a oração, impondo-lhes quatro horas de trabalho manual por dia.

Espalhando-se, depois pela Europa, os beneditinos cultivam as almas e os campos, restauram as letras, as ciências e as artes, lavram as largas charnecas, rasgam os canais, constroem casas e igrejas, lançam pontes, secam pântanos, abrem estradas e

caminhos, e conhecedores de todos os ofícios e de todas as artes são os melhores operários do mundo.

Começa então, a formar-se, em teses magníficas, um corpo de doutrina sobre a concepção cristã do trabalho.

Cristo e os Apóstolos tinham lançado a semente, os princípios; depois os santos trabalharam e meditaram, os doutores escreveram e comentaram o ensino da tradição.

De todo este trabalho de séculos nasceu o que se pode chamar a apologia do trabalho ou, com mais propriedade, a teologia do trabalho, que define a sua natureza e dignidade e lhe assinala o seu fim, duplo fim, individual e social.

Segundo essa doutrina o fim individual do trabalho é *materialmente*, sustentar o trabalhador e *moralmente*, purificá-lo e conduzi-lo a Deus; o trabalho está portanto subordinado a leis morais e estas transgridem-se quando o trabalhador, por inércia ou preguiça não produz o pão necessário, ou o trabalho se realiza em tais condições que obstam ao progresso moral de quem trabalha.

O seu fim social consiste no aumento da riqueza comum, — acréscimo do património da humanidade de modo a prover às legítimas necessidades de todas as classes, no seu harmónico e recíproco desenvolvimento.

À medida que os povos se afastaram da influência da Igreja e desta sua doutrina, o conceito do trabalho tornou-se estreito e mesquinho. O liberalis-

mo económico que vê no trabalho apenas uma mercadoria e no operário apenas um motor, cuja função é produzir, despreza o duplo fim do trabalho; a sua idéa predominante é a produção, sem atender à natureza e dignidade de quem produz e ao duplo fim do trabalho.

A nova escravidão que peza sobre todo o homem que para ganhar o pão, se vê obrigado a aceitar todas as condições que lhe impõem e o desprezo completo da justiça, nos contratos de trabalho, em que o patrão vê no operário um inferior, o que é falso, e o operário vê no patrão um inimigo o que é anti-racional e anti-social, deram origem às agitações profundas que perturbam a nossa sociedade.

VII

TRABALHO E SALÁRIO

Religiosamente e humanamente, o trabalho é um meio pelo qual o homem deve atingir o seu completo desenvolvimento.

Daniel-Rops

E NTRE o conceito materialista do trabalho — «uma acção seguida, a que o homem se entrega para executar uma das operações da indústria» (*Say*) — que tem apenas como fim a produção da riqueza e que reduz o trabalhador à condição de simples máquina e o conceito cristão que o considera, simultaneamente, honra, punição e dever, — *um acto humano* — há largo campo para as teorias e as definições mais extravagantes, como a de Benoit Malon que dizia ser o trabalho *uma coisa morta que devora os seres vivos*.

Julgamos que o trabalho é o emprêgo pelo homem das suas forças, tendente a produzir um bem necessário ou útil ao individuo e à sociedade.

São de ordem espiritual essas forças ?

O trabalho é intellectual — estudar, pensar, meditar, ensinar e escrever.

São de ordem fisica ?

O trabalho é material — lavrar a terra, moldar os metais, transformar a matéria.

Contudo, o trabalho assim considerado nunca é exclusivamente espiritual nem inteiramente material ; tira as suas energias do composto vivo que é o homem, nasce da união misteriosa que existe entre a alma e o corpo e forma a *pessoa humana*.

Investida de dons e de faculdades que a impõem ao respeito, a pessoa do homem não se pode equiparar à máquina nem o que ela produz a simples mercadoria.

É *sui juris*, autonoma, na esfera em que se move. As energias que põe em actividade pertencem-lhe ; não é justo que as empregue completamente e sem compensação adequada, em proveito exclusivo dos outros.

O trabalho, tem, como fim primeiro, o trabalhador e só servirá o bem comum ou o interêsse social, se o direito essencial de quem trabalha não fôr lesado.

Deus disse ao homem : *Comerás o teu pão com o suor do teu rosto* e Deus, ao pronunciar estas pala-

avras, parece ter querido estabelecer uma estreita correlação entre o trabalho e o salário.

Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, quer dizer, a tua vida material será o preço do teu trabalho; donde resulta uma perfeita equação : salário igual à vida. Mas se o salário deve ser igual à vida segue-se que o salário, na sua concepção primordial, não deve depender de leis essencialmente variáveis; como as da oferta e procura, e da super-produção, que são completamente estranhas às necessidades da existência.

Porque o trabalho dos escravos só aproveitava ao senhor não era trabalho de homem mas de brutos.

Escreve luminosamente, a-propósito o filósofo Balmes — «O autor da natureza quiz sujeitar-nos ao trabalho; mas este trabalho deve ser-nos útil, doutra sorte não teria objectivo. Esta utilidade, porém, não se realizará, se o fruto do trabalho não reverter em benefício do trabalhador. Pertencendo tudo a todos, o trabalhador não teria mais direitos do que o preguiçoso; as fadigas não lograriam secompensa e faltaria, assim, o estímulo para o esforço.»

O produto da actividade humana deve portanto ser propriedade do trabalhador ou sob a forma de um equivalente ou de dinheiro.

E como se não pode viver sem trabalho, o homem tem direito a encontrar no seu trabalho o que lhe é necessário à sua existência, isto é, a recompensa, a compensação do seu esforço, a *merces laboris* ou seja o salário.

Esta é a *lei natural do trabalho*, chamemos-lhe assim, que Cristo confirmou e santificou. Por quanto elle curou doentes para os tornar homens capazes de trabalhar e de haverem meios de viver; ressuscitou filhos, restituindo-os a suas mães que no seu trabalho encontravam arrimo e tinham amparo.

Por outro lado proclamou que o operário é digno do seu salário, e que merece o seu alimento (*Mat. X-10*). Àcerca da parábola do Pai de família que contrata operários, em diversas horas, à roda do dia, para o trabalho da sua vinha, dando aos da última hora o mesmo jornal, estipulado com os do alvorecer, Peabody» professor da universidade de Harvard, escreve — «O reino de Deus, segundo Jesus, é um reino onde prevalecerá um novo sistema de trabalho; um sistema em que os trabalhadores serão pagos não proporcionalmente ao seu serviço mas em proporção das suas necessidades», quer dizer, que todo o salário médio, inferior às necessidades do operário, é contrário aos princípios da justiça e à lei de Deus.

E falando das necessidades da vida humana, se não queremos referir-nos a necessidades fictícias e ao luxo exagerado dos operários, entendemos porém que não se trata aqui da vida reduzida a um mínimo estricto que impeça o morrer de fome.

Trata-se da vida do homem, que não vive na lua nem no deserto, mas colocado no seu meio e no seu tempo.

Dizer portanto ao operário; — não viverás senão

do pão, não tens necessidade de vestuário próprio para o domingo, nem de precaver-te contra a velhice e os vários accidentes da vida, não debes usar senão tamancos quando tôda a gente usa botas e sapatos, são-te proibidos todos os gôzos legítimos que a ordem comum permite aos outros; não fumarás, embora tôda a gente fume em teu redor; percorre a pé o caminho entre a tua casa e a oficina distante sem utilizar o eléctrico, não recebas em tua casa parente ou amigo, — tudo isto, quere-nos parecer, é uma injustiça, porque no meio de uma sociedade próspera, em direito, não pode haver homens tão desherdados.

O salário deve permitir ao operário uma vida normal de operário dentro do estado actual da civilização.

Noutro passo do Evangelho, Cristo, ao instruir os apóstolos acerca da maneira de tratar aqueles a quem ensinassem a sua doutrina, é preciso e categorico. «Ficai na mesma casa, dize-lhes, comei e bebei o que nela encontrardes. O homem que trabalha merece a sua recompensa, o seu salário.» Eis aqui uma frase bem curta — comenta o alemão Weber, — mas em que, cada palavra encerra uma luz para a solução dos nossos problemas.

Privar o operário do seu salário, seria um roubo que clama aos ceus vingança, mais alta, do que qualquer outro; seria despojar directamente a pessoa humana do que compensa a sua força produtiva.

Cícero ensinára o desprezo do trabalho e considerava o salário como preço, penhor ou símbolo de

escravidão: *ipsa merces est auctoramentum servitutis* (de Officiis).

A fundamental injustiça da ordem económico-jurídica da sociedade greco-latina era a ausência do salário.

Os escravos eram simples instrumentos, produtores de riqueza, sem proveito algum para si. Trabalhavam para os outros e nunca para eles. Enriqueciam os senhores, na medida em que, consumindo as suas energias físicas, se empobreciam.

O apóstolo S. Tiago protesta vigorosamente contra semelhante inversão das mais rudimentares leis económicas, ao escrever: — «É tempo, ricos, de chorar e soltar gemidos; porque o salário devido aos que ceifaram, para vós, os vossos imensos domínios, que, por injustiça vossa, nada receberam em troca, êsse salário grita contra vós e êste grito chegou até aos ouvidos do Deus dos exércitos.»

O Cristianismo revindica, para o trabalhador, o salário, também como símbolo e penhor, mas símbolo da sua liberdade — *auctoramentum libertatis* — porque reconhecer o direito do trabalhador ao salário é reconhecer o valor da sua pessoa e a sua igualdade fundamental com o rico.

Depois que Cristo ensinou que o operário podia reclamar o seu justo salário, como propriedade sua, a pessoa do operário não tem menos valor do que a pessoa de qualquer outra categoria.

O seu trabalho manual merece tanto aprêço como

aquêle em que o espírito tem a sua maior parte; porque é também o trabalho de um homem.

Os primeiros cristãos compreenderam esta igualdade essencial.

Os epitáfios dos seus túmulos não mencionam apenas os sacerdotes, os médicos, os advogados, os professores, os ricos, os intelectuais, mas referem-se com a mesma saúde e veneração aos jornaleiros, soldados, pedreiros e artistas que foram membros da mesma comunidade cristã e que dormem no Senhor.

Mas o homem, como já se disse, não é um ser isolado; Deus criou-o não somente ser social mas ainda ser familiar.

Tem o direito de escolher uma esposa, de fundar uma família e de educar os filhos.

Mas para constituir um lar e educar os filhos são necessários meios suficientes de existência e só o pai deve trabalhar, fóra de casa, e trazer para ela os recursos exigidos pela manutenção da mulher e filhos.

Isto não quer dizer que a mãe não possa, e em certos casos não deva, concorrer para esta obra, mas só poderá e deverá fazê-lo, nas condições da sua existência normal.

Quando, perante Deus e os homens se ligou pelo matrimónio, aceitou, como dever primeiro, a obrigação de ser esposa e de ser mãe.

Esta obrigação sobreleva a tôdas e a mulher não pode aceitar qualquer outra que viole êsse compromisso.

Qualquer outro contrato subsequente e contrário ao contrato matrimonial, é nulo, em pleno direito.

A mulher atirada para a oficina, e para o *atelier*, para as repartições públicas e para a vida comercial, não pode desempenhar os deveres de espôsa, e na maior parte das vezes — dizem-no as estatísticas — torna-se incapaz de ser mãe.

Embora possa dar à luz, não pode cumprir os deveres de maternidade.

A mulher não é mãe para ter de abandonar os filhos em casa ou pô-los numa creche.

Demais, a mulher fóra do lar está sujeita a inúmeros perigos: que o diga o flagelo da imoralidade que alastra cada vez mais; nos grandes meios e nos bairros operários a mancebia é a condição de um grande número de famílias; e por toda a parte se regista uma sistemática esterilidade.

A-pesar-de haver menos nascimentos até a linguagem se perverteu.

O operário já não é designado senão pelo nome que recorda o seu poder prolífico — o *proletário*.

A palavra *proletariado* desconhece a origem e o fim sublime do homem, para considerar nêle apenas os ossos, os músculos que pode produzir para a sociedade.

Ora se a mulher não deve trabalhar fóra do lar e o seu trabalho em casa é relativamente pouco lucrativo, segue-se que o salário do operário deve prover a tudo e que será justo aquêlê salário que corresponda à subsistência do operário sóbrio e honesto,

nas condições ordinárias da vida de família ou seja o salário familiar.

«O salário para ser justo — escreve Perrin — deve corresponder não só à subsistência pessoal do operário, mas ainda à subsistência de uma família média, nada mais e nada menos.» ⁽¹⁾

«Colocar o trabalho e o salário antes das necessidades da vida humana e doméstica, escrevia o cardinal Manning, é derribar a ordem de Deus e da natureza; é arruinar a sociedade humana no seu princípio original.»

Tais são os conceitos fundamentais da doutrina da Igreja sobre o trabalho e o salário. Por isso escrevia o insuspeito Louis Blanc: — «quando a Igreja era o centro de tudo e à sua sombra assentava a infância das indústrias, ela marcava a hora do trabalho e dava o sinal de repouso. Quando no campanário de Nôtre Dame ou de Saint-Merry soava o toque do *Angelus*, cessavam os misteres, o trabalho suspendia-se e deitando-se, esperava-se que, no dia seguinte, a campainha da abadia mais próxima anunciasse o começo do trabalho do dia. Sem dúvida que não se conhecia então êste ardor febril que gera prodígios, a indústria não tinha o brilho nem o poder que hoje deslumbram, mas, ao menos, a vida do trabalhador não era perturbada por invejas tão amargas, pela neces-

(1) *Premiers principes d'economie politique.*

sidade de odiar o seu semelhante e pelo implacável desejo de o arruinar, saltando por cima dêle.»

A economia moderna emancipada da doutrina e da moral cristãs, fêz do trabalho que era a honra da vida, o carrasco dela e o operário, a-pesar-da sua força e do seu aperfeiçoamento profissional, conheceu a fome que Proudhon descreve assim: — «A fome de todos os instantes, de todo o ano, de toda a vida, que não mata num só dia, que se compõe de todas as privações e de todas as saúdes, que incessantemente mina o corpo e atrofia o espírito, que desmoralisa a consciência e abastarda a raça, e que provoca todas as doenças e todos os vícios.»

II

REACÇÃO CONTRA O LIBERALISMO ECONÓMICO

- I — O liberalismo económico
- II — O Catolicismo social
- III — A encíclica «Rerum novarum» de Leão XIII.
- IV — A encíclica de Leão XIII na universidade de Coimbra.
- V — O Socialismo
- VI — O Catolicismo social e o Socialismo
- VII — As nossas responsabilidades

I

O LIBERALISMO ECONÓMICO

As sociedades são regidas por leis tão boas como inelutáveis... Que o Estado se abstenha de intervir nas transacções humanas; que deixe inteira liberdade, à propriedade, ao capital, às transacções, às vocações e a produção da riqueza alcançará o cúmulo; assim o bem estar tornar-se-á tão grande quanto possível.

Leroy-Beaulieu

A despeito das ruínas acumuladas — envenenamento das inteligências, obliteração da consciência moral, anarquia da produção, desordem política, e crises de trabalho — vai aproximadamente para dois séculos que a doutrina liberal, se bem que hoje um tanto corrigida e atenuada, governa o mundo e predomina ainda, na vida política, social e económica da sociedade contemporânea.

A civilização cristã, — maravilhoso edificio se-

cular, construído pacientemente, pedra por pedra, com fé e com amor, sente-se vacilar, ao ser alvejado simultaneamente por inúmeros e poderosos inimigos.

Descobrem-se os prodomos da faina demolidora nos séculos XIV e XV com a Renascença e no século XVI com a Reforma.

Iniciaram a obra nefasta os legistas que sucessivamente foram substituindo o direito cristão pelo direito pagão, o poder inspirado na doutrina da Igreja pelo cesarismo absoluto, a civilização, filha do Evangelho, pela civilização caracterizada por um paganismo renovado.

Aos legistas sucederam os filósofos.

Estes, partindo do falso princípio que fazia depender a sociedade de um pretendido contrato, julgaram-se logicamente no direito de o modificar ou alterar e concluíram que podiam também transformar ou destruir, como lhes aprouvesse, o antigo estado social.

Acabaram, por fim, a obra de demolição, os economistas.

Sob o pretexto de liberdade, entregaram às mãos dos ricos e dos capitalistas o operário solitário e indefeso e abriram largo caminho, pela aplicação dos princípios de livre concorrência e de oferta e procura, à actividade febril da produção, à criação das grandes indústrias e aos abusos do capitalismo — traços do regime económico moderno.

Entre os mais célebres fautores da doutrina económica liberal destacam-se, em França, no século XVIII e princípios do século XIX, Quesnay, médico

do rei Luís XV, autor da *Fisiocracia* e da célebre frase, síntese do sistema — *laissez faire et laissez passer*, Say, discípulo de Adam Smith, Bastiat, escritor e polemista brilhante; e em Inglaterra, Adam Smith, considerado como o fundador da economia politico-liberal, autor da «*Recherches sur la nature et sur les causes de la richesse des nations* (1776), em que expõe as suas idéas sobre o trabalho, o lucro, o salário e outros problemas económicos, e, Stuart Mill que, no volume *Principes d'économie politique*, discorre sobre o valor das coisas e o comércio.

Quesnay, escogitando um novo sistema de economia, a-fim-de cobrar cada vez mais impostos para o rei, partia do princípio de que a natureza é a única fonte de riqueza. Não são os homens com o seu trabalho, mas as forças da natureza que criam a riqueza, produzindo novos frutos e por isso novos valores, ao passo que o homem não faz mais do que transformar os produtos naturais, extraindo deles um valor, adequado ao seu trabalho; propõe a emancipação total da economia agrária, de todas as leis restritivas do Estado e propugna, dum modo geral, a liberdade económica.

Por caminho inteiramente diverso, Adam Smith, defende também uma economia, livre de ingerência do Estado, tomando como fundamento da sua teoria que as principais fontes do bem estar e da riqueza do povo, não estavam tanto na natureza e suas forças, como no trabalho e indústria do homem.

Nesta idéa fundamental, encontram-se, em germe, todos os princípios que desenvolvidos e applicados formaram o liberalismo económico, a saber :

1 — O trabalho humano é, senão exclusivamente, ao menos principalmente, a fonte de riqueza das nações; por consequência, promover a riqueza nacional equivale a promover a indústria ;

2 — Visto que uma nação é tanto mais rica quanto mais abunda em meios económicos e que a produção é tanto mais intensa quanto mais distribuído fôr o trabalho, segue-se que a riqueza nacional será tanto mais abundante, quanto mais amplamente fôr dividido o trabalho ;

3 — E como os Estados e os povos se sentem impelidos pelo desejo do bem-estar e da felicidade temporal, para o trabalho e para o desenvolvimento das próprias fôrças, segue-se que para avivar, ao máximo, a actividade dos povos, é necessária a absoluta liberdade do indivíduo e do seu egoísmo, na aquisição dos bens e da riqueza ⁽¹⁾.

O Estado, segundo a doutrina liberal, na sua função, quasi exclusiva de juiz e de mantenedor da ordem, por si mesmo não tem competência para intervir ou se imiscuir nas questões profissionais; deixa ao comércio, às transacções humanas, inteira liberdade: liberdade de importação e exportação, sem direitos alfandegários nem tarifas proibitivas, liber-

⁽¹⁾ Biederlach — *Teoria liberal económica*.

dade de trabalho, homens, mulheres e crianças trabalham como querem, quanto querem e nas condições que lhes aprouver, liberdade de contrato — o trabalho a fornecer e o salário a receber é uma questão debatida apenas entre o patrão e o operário, liberdade de concorrência — a produção e o preço de venda, são apenas determinados pelo interesse particular, liberdade de gozo, as necessidades dos outros não se devem ter em conta, senão na medida em que intervenha uma prescrição formal da lei.

A pedra fundamental do sistema encontra-se porém na chamada lei da oferta e da procura. Uma empresa precisa de cem operários e oferecem-se apenas cinquenta; isto provoca uma subida nos salários. Pelo contrário a empresa carece apenas de cinquenta e oferecem-se cem; neste caso, como a oferta é superior à procura, os salários descem e os candidatos ao trabalho terão de se sujeitar a salários, por vezes, irrisórios.

Fazer intervir a justiça, de modo que o salário seja uma retribuição legítima do trabalho, independente da concorrência e segundo as necessidades vitais de quem trabalha, seria preocupar-se com a lei moral que nada tem com os problemas da vida económica e industrial, nem com o que se passa no mundo do trabalho.

Esta lei da oferta e da procura, brutal e imoral, regra suprema entre consumidores e produtores, entre patrões e operários, quaisquer que sejam as consequências, aparece, aos olhos dos economistas libe-

rais, como uma necessidade providencial ou como uma necessidade invencível, mas nenhum põe em dúvida a sua legitimidade.

É ela, que pelo curso geral dos acontecimentos estabelece o equilíbrio da produção e põe cobro às crises periódicas que os esforços do proteccionismo estatista só conseguiriam agravar.

Para se alcançar todo o amoralismo de tal sistema, algumas transcrições bastam, de um dos seus precursores, Bernard de Maudeville. «Seria impossível, escreve, tornar uma nação povoada, florescente e rica ou mantê-la neste estado de prosperidade, se dela se exterminasse o que chamamos o *mal*, seja físico ou moral. As virtudes poderão tornar boa uma nação pequena, nunca a poderão fazer grande... É evidente que uma nação livre, onde se não tolera a escravidão, a riqueza mais segura reside numa multidão de *operários pobres*, porque não só formam um manancial sempre abundante de marinheiros e de soldados, mas sem eles não poderá haver prazer, e as riquezas do mundo ficariam sem valor. Para que a sociedade seja feliz e o povo tranqüilo, em tôdas as circunstâncias é necessário que grande número de homens sejam *tão pobres como ignorantes*. O saber engrandece e multiplica os nossos desejos e quanto menos desejos tiver o homem, tanto mais facilmente satisfará as suas necessidades. O bem e a felicidade do Estado ou reino exigem pois que o saber dos *operários pobres* não exceda o limite das suas occupaões, que não se estenda, quanto às coisas visíveis,

para além do que a sua vocação requiere. Quanto mais um pastor, um agricultor, um camponês conhecer o mundo e as coisas estranhas ao seu trabalho, menos aceitará, de bom grado, as durezas e penas da sua condição».

Os economistas liberais do nosso tempo não subscreveriam afirmações desta natureza — nova teoria de uma nova escravidão — tão duras como imorais, desmentidas por sua vez pelos factos, mas dominados pelo cuidado excessivo e exclusivo do lucro não ousam condenar os abusos clamorosos do capitalismo que o egoismo das suas doutrinas, origina, fomenta e mantém.

O industrial imbuído de liberalismo reconhece-se com o direito absoluto — visionando apenas o próprio interesse — de criar emprêsas a seu bel-prazer, sem a mínima preocupação pelo interesse comum, e sobretudo, pela condição dos trabalhadores.

— A emprêsa será, na realidade útil à sociedade?

— Prestará serviços ao operariado e ao consumidor?

— Pode-se, por exemplo, empregar mungos e desperdícios no fabrico de fazendas, quando há lãs em abundância?

Tudo isto é secundário para o liberalismo; o que importa é a venda de artigos por preço ou valor igual ou superior, aos fabricados com matérias primas de boa qualidade.

— Os operários, virão a receber um salário justo nesta emprêsa?

— Não seria preferível ter deixado os seus braços vigorosos, entregues à cultura dos campos ?

Mas os operários, dir-se-á, vivem contentes com o seu salário e sentem-se felizes na vida das cidades.

Que importa ao liberalismo arrancar milhares e milhares de homens ao seu quadro ancestral, ao seu meio familiar e social, ao seu ambiente religioso e lançá-los na promiscuidade insalubre e imoral da oficina, na atmosfera mórbida da taberna, no ambiente dissoluto do teatro e do cinema, comprometer, numa palavra, a sua saúde, a sua moralidade e a sua fé?

Onde iríamos — responderá o liberalismo — se fôsse necessário entrar em tais considerações; auxílio o meu pároco e o seminário diocesano, levanto e sustento uma escola ou uma cantina para operários, mas faço-o generosamente, nada me obriga a actos desta natureza.

Como se vê a lógica liberal, em frente do lucro egoísta, é bem pouco exigente.

Geralmente, nos períodos de prosperidade, as grandes empresas produzem lucros gigantescos que por sua vez estimulam a criação de novas indústrias; à produção sucede a super-produção, chegando-se por vezes a concentrar nas mãos de um homem, todas as matérias primas, todos os meios de transporte e todos os instrumentos que condicionam determinada indústria.

O metalurgista alemão *Stinnes*, obedecendo a um plano de expansão industrial e devido aos lucros com o fabrico de munições, durante cinquenta meses

de guerra, teve as suas minas, para delas extrair o carvão, linhas de caminho de ferro e linhas marítimas para transportar as matérias primas manufacturadas, jornais e fábricas de papel para alimentar a sua poderosa imprensa, florestas para a fabricação do papel, etc. A sua fortuna de cinquenta milhões de marcos em 1914 subiu a cinco mil milhões de francos em 1924.

O conhecido industrial Ford que chegou a fabricar dez mil carros por dia e, dois anos depois, apenas três mil, obrigado a despedir em poucas horas, milhares de operários, declara no seu livro — *A minha vida e a minha obra* — que «uma grande empresa não pode ser humana».

Citröen, numa luxuosa brochura sobre a expansão da sua indústria, escrevia: *as oficinas Citröen asseguram a existência a 80.000 famílias.*

Era no tempo em que a produção de automóveis em França, excedia 350.000 carros por ano; o consumo interior exigia apenas 150.000 a 200.000. Mas do ano de 1929 a 1933 as exportações diminuem de tal sorte, que em 1935 anunciava-se a liquidação da Sociedade Citröen e... as 80.000 famílias deixavam de ter a sua existência assegurada.

Quere dizer que as empresas colossais, obedecendo às leis do liberalismo económico, industrializam, em épocas de prosperidade os lucros, por vezes fabulosos e em tempos de crise, ou socializam as perdas, reduzindo o salário dos operários ou, como a So-

cidade Citröen, liquidam e atiram para os braços da miséria, milhares de famílias.

O liberalismo, introduzindo nas grandes indústrias, os últimos progressos da mecânica, atendendo apenas, por necessidade intrínseca do sistema, às necessidades da concorrência e ao lucro pessoal, não previa as nefastas e profundas repercussões sociais que dêste facto resultavam ou quedava-se indifferentes perante elas.

Em 1934, a-propósito da criação de uma grande central eléctrica reproduzia-se a seguinte conserva:

— «Quando admirava esta obra maravilhosa, dizia Caillaux, algumas perguntas acorreram ao meu espirito:

— Quanto custaram estes trabalhos?

— Cento e cinquenta milhões, a cargo do Estado e ainda mais quatrocentos milhões, em obrigações e acções.

— E até onde chega o raio de acção desta Central Eléctrica?

— Até Troye, estendendo-se por seis ou sete departamentos de França.

— Mas nestes departamentos há empresas eléctricas que necessariamente terão de sossobrar? Quantos operários empregais?

— Apenas 125 operários; tínhamos 1,200.

— Despedistes, portanto, 1,095 operários. Mas ao menos, vendereis a corrente, por um preço mais barato.

— Não, não podemos».

Ora aqui está uma empresa, e como esta, inúmeras, que sem vantagem alguma para o consumidor, arruína, outras empresas da mesma natureza, e lança na miséria milhares e milhares de operários.

O que sucederá ao operariado, no dia em que os magnates da indústria, utilizando, sem medida e sem escrúpulos, todos os progressos do maquinismo, começarem a suprimir bruscamente três operários em cada quatro, nove em cada dez ou ainda, em maior proporção?

Emancipados de todos os *preconceitos morais* e de toda a responsabilidade social, arrogando-se o direito de subverter o mundo do trabalho pelo uso arbitrário das últimas descobertas, tornar-se-ão, de facto, verdadeiros malfeitores públicos que só conhecem as exigências da concorrência e do interesse pessoal, desprezando as necessidades vitais da mão de obra e as vantagens reais do consumidor e do interesse social.

A concepção egoísta e mercantil, deshumana e anti-social da utilização do progresso mecânico *materializou a descoberta espiritual do inventor* e criou o trabalho, *em série*, em que o homem desempenha uma função meramente mecânica, cada vez menos inteligente e menos nobre. «A matéria sai enobrecida da oficina, enquanto que nela, o homem corrompe-se e degrada-se». (Pio XI. *Quadragesimo anno*).

Uma idea mais justa da pessoa humana teria usado melhor da técnica moderna, imprimindo-lhe uma orientação diferente, mais respeitadora da li-

berdade, da inteligência, da alma e dos interesses dos trabalhadores; e não os deixaria transformar em «correia anexa à máquina» (*Ruskin*).

Do mecanismo funcional do liberalismo económico vieram incontestáveis vantagens e conquistas para o progresso material da civilização mas não se pode negar que também produziu entre outros malefícios :

I — *A ditadura do dinheiro* — verdadeiro e novo feudalismo, sem coração nem entranhas. A economia, deixada em plena liberdade, unicamente orientada para um objectivo — o lucro material, — concentrou a riqueza nas mãos de alguns e deixou milhões de homens sem o mínimo necessário. Artur Bisbane, jornalista americano e conhecido milionário, refere que nos Estados Unidos, há homens cuja fortuna está avaliada em cinco mil milhões de dólares. Há cerca de vinte anos, ante da era da produção em série, havia cerca de mil milionários e a maior fortuna era de duzentos e cinquenta milhões, mas hoje, só duas fortunas atingem duas vezes esta soma, duas outras fazem quatro vezes este total e centenas de outras atingem cerca de duzentos e cincoentas milhões: — três por cento da população possuem a fortuna total dos Estados Unidos.

A concentração de fortunas desta grandeza nas mãos de um só homem grangeia-lhe facilmente uma influência tão profunda e tão extensa que não se pode determinar.

Sabe-se que o citado metalurgista Stinnes tinha,

a seu soldo, mais de cinquenta jornais; com êles governava e dirigia a opinião pública; e depois da última guerra, empregou todos os seus enormes recursos na obra da desvalorização do marco.

Com que poder de análise e lógica implacável escreveu Pio XI: — «O que em nossos dias, impressiona primeiramente a nossa atenção, não é somente a concentração das riquezas mas ainda a acumulação de um enorme poder, *de um poder económico discricionário*, nas mãos de um pequeno número de homens. Esta concentração de poder e de recursos que é como o traço distintivo da economia contemporânea, é o fruto natural de uma concorrência que não conhece limites e somente ficam de pé os *que são mais fortes*, o que muitas vezes quer dizer, que lutam com maior violência e que são os *que menos se incomodam com escrúpulos de consciência*. Por sua vez esta acumulação de forças e de recursos conduz à luta para a conquista do poder e isto de três maneiras: combate-se primeiro *pelo domínio económico*; em seguida disputa-se a influência sobre o *poder político* de que se explorará o prestígio e a força na luta económica; o conflito, projecta-se finalmente, no *terreno internacional*, quer os diversos Estados coloquem as suas forças e poder político ao serviço dos interesses económicos da sua alçada, quer tirem vantagem das suas forças e do seu poder económico para dirimir os seus litígios políticos.» (*Quadagesimo anno*). O liberalismo económico — em que o dinheiro é tudo,—o homem tem com o dinheiro a im-

prensa, pela imprensa e com o dinheiro conquista o poder e governa os povos e pela política e governo dos povos influi na vida internacional, — corrompe e perturba a economia, perverte a política, e perturba o mundo, provocando a guerra.

II — O desprezo das exigências da natureza espiritual do homem. O liberalismo económico é, por essência, materialista; vê no homem apenas uma força de trabalho a utilizar ou o cliente — isto é, um poder de compra a explorar em proveito da riqueza; não compreende o carácter essencialmente humano do homem, o valor moral da sua personalidade, o seu destino eminentemente espiritual e eterno.

O homem é, de facto, produtor e consumidor, mas sem deixar de ser homem, com as exigências de ordem espiritual e moral da sua natureza. Não basta utilizar a sua capacidade de produção com o fim de obter o maior rendimento possível ou explorar as suas necessidades, umas reais e outras fictícias, com a intenção única de maior ganho, mas realizar uma ordem económica que lhe assegure a vida normal, isto é a vida em que satisfaça as exigências essenciais da sua natureza e possa trabalhar útilmente para realizar o seu destino.

O liberalismo económico — professando uma ignorância sistemática por tudo o que faz com que o homem seja especificamente homem: — a sua alma e a sua consciência, as suas aspirações espirituais e a sua religião, as suas susceptibilidades e a sua psicologia, as necessidades do seu coração e da sua in-

teligência e os factores morais que actuam sobre a sua vontade — preparou o terreno social em que fecundam todas as idéas subversivas.

III — A miséria de milhões de homens a quem falta o necessário para uma vida sóbria e honrada.

A economia liberal promoveu incontestavelmente o progresso material, arroteou, por novos processos, as terras e os campos, intensificou o plantio das vinhas, a cultura do trigo, do café, do algodão; multiplicou as indústrias e criou novas empresas e novas fábricas; centuplicou o rendimento das que já existiam; aumentou a riqueza e chegou a atingir tal prosperidade que julgou ter encontrado a terra da Promissão. Mas a corrida à propriedade material e a inquietante procura de lucros, se bem que legítimos em si, tornaram-se nefastas.

O liberalismo nunca teve, nem pode ter, a noção verdadeira, da finalidade económica, que não é só a riqueza de alguns, nem acumulação de juros do capital, mas o serviço efectivo de todos.

Daqui a miséria ou a ameaça de morrer de fome em que se debatem muitos homens, no mundo civilizado.

Procedeu Villerme, em 1836 a um inquérito oficial ⁽¹⁾ Neste documento doloroso, pinta-se o quadro do estado físico e moral dos operários de então.

«É necessário ver essa multidão de crianças,

(1) *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers.*

lê-se, macilentas, cobertas de farrapos que se dirigem à fábrica, descalças, pela chuva e sobre a lama, levando nas mãos, quando chove, debaixo do vestuário que se tornou impermeável com o azeite das oficinas caído sobre elas, o pedaço de pão, com que se devem alimentar até ao regresso.

Permanecem 16 a 17 horas de pé, cada dia, e durante 13 horas num compartimento fechado, sem poderem mudar de logar nem de posição. Isto não é trabalho ou tarefa, é uma tortura. Como poderão estes infortunados que apenas podem dormir algumas horas resistir a tanta miséria e fadiga?... Em Rouen, 61 por cento dos operários de uma fábrica de fiação, no dizer do próprio patrão, não ganham o estritamente necessário para viver, mesmo que tenham sempre trabalho.»

Em Inglaterra, a-propósito do trabalho dos menores, lê-se num relatório dos comissários do governo, este sugestivo depoimento — «Os meus filhos trabalham 16 horas por dia, dizia um pai de família. Custa-me muito obrigá-los a levantar-se. Por vezes, sou obrigado a bater-lhes para os acordar. Isto faz-me chorar: mas a necessidade obriga».

Uma poetisa inglesa Elizabeth Barrett Browning, como protesto contra o trabalho abusivo das crianças nas oficinas e nas minas, escreveu uma emocionante poesia *O lamento das crianças* que teve o condão de agitar a opinião pública e de obrigar o governo a intervir legalmente. Quem lêr «As melhores páginas» de Ozanan, que descrevem a vida e os alo-

jamentos nos bairros da montanha de Santa Geneveva e dos Gobelinos de Paris, encontra um verdadeiro museu de horrores sociais onde a miséria gera a prostituição, fomenta o alcoolismo e propaga a tuberculose e não pode deixar de sentir na sua consciência recta um protesto indignado contra o sistema que conduz a tais malefícios, repetindo as palavras de Paul Deschanel — «Nós julgamos que a antiga economia política, a escola do *laisser-faire* e do *laisser-passer*, não basta para resolver os problemas, cada vez mais complexos que se erguem cada dia, diante de nós... porque ela não é senão a ciência da produção e da riqueza e, ao lado e acima destas questões, de ordem material, há questões jurídicas, questões sociais, há o *dever* e há a *justiça*» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Discursando na Câmara Francesa em 23 de Junho de 1896.

O CATOLICISMO SOCIAL

Se hoje se fala de catolicismo ou de cristianismo social, não é que o não tenham sido sempre, nem que se possa conceber que o não sejam por um instante, sem que imediatamente deixem de ser catolicismo ou mesmo cristianismo.

Brunetière

OS termos — *Catolicismo social e cristianismo social* — são indubitavelmente expressões modernas; não traduzem porém novas modalidades na doutrina e na vida da Igreja ou correntes particularistas de escola, antes manifestam a salutar reacção contra o liberalismo e o socialismo, atitude profundamente reformadora e realista do Catolicismo que não é conservador de abusos nem promotor de utopias.

É certo que a Igreja prègou sempre e sobretudo a

salvação dos homens mas a sua missão não se limitou nunca a inculcar a prática das virtudes individuais; à maneira que a vida cristã, adentrava e florescia na alma dos indivíduos, procurava que atingisse também e penetrasse no âmago de todas as instituições sociais, de que os homens fazem parte, para que estas não fôsem obstáculo ao *unum necessarium* do Evangelho.

O catolicismo é pois, por essência, social; «a sociedade cristã, por princípio, escreveu Freppel, é uma sociedade de irmãos, como a sociedade pagã, por princípio, é uma sociedade de escravos».

Quem estuda o Evangelho e lê as obras dos doutores da Igreja, quem acompanha, desde as origens, as transformações que esta operou no indivíduo e na família, nas condições da criança e da mulher, no direito, no poder e nos costumes, nas instituições públicas e no mundo do trabalho, reconhece que a sua história de dois mil anos é a história do Catolicismo social.

O século XIII, por exemplo, considera-se, apesar das suas manchas, negras de injustiça ou vermelhas de sangue, como o século cristão, por excelência, porque nêle, de alto a baixo na sociedade, todas as manifestações da vida foram mais ou menos informadas do espírito do Catolicismo.

Então, como hoje, era sobre a massa dos humildes e dos pequenos — o povo — que caía o peso das injustiças.

Os princípios e os costumes eram cristãos mas os

factos, por vezes, contradiziam-nos e desmentiam-nos.

Nem todos os barões eram justos, magnânimos equitativos; nem sempre o poder se mostrava desinteressado e fiel à sua missão de regulador e de protector; e os pobres servos, eram forçados geralmente a seguir os suzeranos em todas as querelas e lutas, mesmo as que fôsem violentas e injustas.

Apareceu porém um homem — grande santo e grande génio — que compreendendo que a doutrina da Igreja contém os princípios que salvam os homens e salvam os povos, aplica-a, simplesmente mas corajosamente, a todas as circunstâncias da vida social.

Este Orfeu cristão, como alguém lhe chamou, civilizador e educador social, repete às multidões que o cercavam: sede cristãos para santificar a sociedade, mas dai também a esta sociedade leis cristãs, a-fim de que, por uma inevitável reciprocidade, a sociedade nos ajude a ser santos.

Falando a seus discípulos e ao povo dizia — é a fé que salva, fazei uma sociedade crente; é a oração que abre as portas do céu, fazei uma sociedade que ore; a caridade pode tudo sobre o coração de Deus, fazei uma sociedade que dê; a humildade é a terra fecunda onde crescem árvores formosas com frutos saborosos. E acrescenta: a nossa sociedade está doente e morre porque é injusta, trazei a justiça à sociedade; e como tendes necessidade de paz, a paz virá para nós, dando à justiça o ósculo da sua boca.

Ao calor da propaganda desta doutrina, o anta-

gonismo entre as classes perde a sua acuidade e diminui sensivelmente; a lepra da inveja que corroía o coração dos pobres, desaparece.

Combatendo, sem mercê, a paixão das riquezas nas suas variadíssimas formas, atenuou o egoísmo de muitos ricos, levou outros a abandonar os seus privilégios injustificados e desarmou vários senhores beligerantes.

A ordem social modificou-se, em proveito dos pequenos e dos humildes, as guerras privadas, as desordens e as injustiças, a despeito das grandes resistências, diminuíram, certos abusos desapareceram, «a prática da igualdade e da fraternidade evangélica, (Enc. *Humanum genus*) regenera a sociedade e as massas populares veem brilhar uma aurora de paz, de justiça e de liberdade.»

Esta transformação social, realisa-a um homem desprovido de bens materiais, o Pobresinho de Assis, prégando o catolicismo social.

O próprio Renan reconhece «que depois do Cristianismo, o movimento franciscano é a maior obra popular de que a história se recorda.»

Como no tempo de São Francisco de Assis, o mundo moderno sofre de injustiça; há hoje opressões por ventura mais bárbaras, ainda que sob nomes diferentes; ao feudalismo sucedeu o capitalismo menos brutal na aparência, mas na realidade mais deshumano.

O progresso das ciências e da indústria alterou as condições da vida social, e, quanto a muitos, para

peor; o luxo, o bem estar e as facilidades da vida cresceram debaixo das formas mais variadas.

Este fenómeno admirável, afirma a soberania do homem, em todos os domínios da natureza.

Mas este progresso, além de ser quási exclusivamente material, prejudicial, às vezes, ao progresso moral, deixou à margem dos seus benefícios e vantagens, as massas populares.

Nos grandes centros, sobretudo, verifica-se, um espectáculo angustioso: a riqueza extrema e a última miséria, um luxo insolente ao lado de farrapos e de andrajos, homens que dissipam criminosamente somas consideráveis e homens, sem um centavo, sem habitação, estendendo a mão à caridade privada ou à beneficência oficial.

Longe do meu espírito, a condenação, mesmo indirecta, das conquistas tão assombrosas que a ciência, e o progresso tem realizado.

Dominar os ares e voar de continente a continente, galgando o oceano infundo; suprimir as distâncias e aproximar os povos dando à palavra a velocidade da luz; subir ao firmamento e estudar as leis da gravitação, decompôr a natureza dos astros; descer ao interior da terra e estudar, aí, a sua história e seguir as peripécias misteriosas da sua evolução; lançar pontes engenhosas sobre os rios e navios-cidades, sobre os mares; trazer em oito dias para a Europa o trigo da América; folhear o corpo humano, decompôr os tecidos delicados do organismo, torná-lo insensível aos golpes do bisturi e explorar-lhe as causas de

doenças graves; fazer a anatomia da alma, classificar as suas faculdades e examinar as maravilhas da sua íntima constituição; tudo isto é admirável.

Mas, apesar-de todos êstes e de muitos outros prodígios da ciência, da indústria e do progresso, há no mundo milhões de homens, sem trabalho e sem pão.

O progresso desenvolveu o maquinismo, fomentou novas invenções e novas indústrias, grandes em-
presas, grandes fábricas, mas conduziu, ao trabalho, as crianças na idade escolar, atirou a mulher para fóra do lar e criou o desemprego, com a fome e a natural revolta dos sem trabalho; em vez de proteger e de melhorar, no seu exercício, o primeiro de todos os direitos — o direito à vida — desprezou-o em milhares e milhares de homens e originou um regime de injustiças em que o predomínio das leis da oferta e da procura e da livre concorrência elimina os mais fracos, em proveito dos mais fortes.

Muitos homens de Estado do segundo quartel do século passado — Cavour e Gambetta, entre outros — cerraram os olhos e recusaram-se a admitir a existência e a gravidade dêste problema a que se conven-
cionou chamar a questão social.

Thiers chegou mesmo a escrever: «que a sociedade actual assentando sobre bases as mais justas, não carecia de ser melhorada.» ⁽¹⁾

Os homens da Igreja, mais realistas e conhece-

⁽¹⁾ *Rapport sur l'assistance publique*. 1850.

dores das exigências do tempo e do mal-estar social, não se mostraram insensíveis, aos abusos, injustiças e misérias, geradas pela economia liberal.

Também não se limitaram a palavras platónicas de protesto ou a levar aos pobres o socorro material da esmola, inspirado pela caridade cristã. Se não amotinaram, como os socialistas, contra uma classe privilegiada, as turbas desprezadas, assinalaram com firmeza as tendências ruínas e os desvios lamentáveis do capitalismo e da economia e inspirando-se na doutrina do Evangelho e nas lições da história da Igreja, estudaram os planos de uma reforma e de uma legislação social, de modo que o homem — todo o homem — possa viver uma vida material, intelectual e moralmente humana.

Esta tarefa, nascida da observação dos erros dos sistemas sociais em voga e dos vícios dos homens, esboçada, a princípio, na meditação do Evangelho e na oração do templo, manifestada depois, no jornal, na revista e na conferência, nas assembleias legislativas e no poder — costuma designar-se com o nome de *Catolicismo social*.

O verdadeiro iniciador dêste movimento foi Ketteler, pároco de Holsten em 1846, deputado à dieta de Francfort em 1848 e bispo de Meguncia em 1850. ⁽¹⁾ Circunstâncias várias — os seus estudos,

⁽¹⁾ Existe uma rica e vasta bibliografia sobre o movimento social católico, em que se destaca o volume de Leon Gregoire: *Le Pape, Les Catholiques et la question sociale*.

as suas relações sociais e as populações operárias no meio das quais exercia o seu ministério sacerdotal — preparam-no para esta missão.

Conhecedor profundo da *Summa Theologica* procurou aplicar os ensinamentos do grande Doutor Medieval às necessidades sociais do século XIX.

Num sermão notável, prêgado na catedral, combateu com igual vigor as doutrinas liberais e as doutrinas comunistas à-cêrca da propriedade.

Keteller antecipou-se aos socialistas Lassalle e Karl-Marx, nos protestos contra certas iniquidades do regime económico moderno.

O movimento social católico, assim iniciado, cria na Alemanha, um poderoso partido político — o Centro — que exerceu influência decisiva nos destinos do povo alemão, até ao advento vitorioso do nacional-socialismo de Hitler.

Em França, são sobretudo dois oficiais do exército, o Conde de Mun e La Tour du Pin que profundamente emocionados com o duplo espectáculo de ruínas da guerra e de ruínas da comuna, resolveram consagrar-se à causa dos desprotegidos e lançam as bases da *Obra dos Círculos de Operários Católicos*. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ É simplesmente sugestivo o volume — *Una Vocation Sociale* — de Alberto de Mun. O autor, em páginas coloridas, põe-nos diante dos olhos o quadro dos últimos dias do Império, a derrota de 1870 e os horrores da Comuna de Paris.

Na Áustria, o barão Vogelsan, protestante convertido, promove o movimento social, exercendo uma grande influência, por meio do jornal e da revista.

Estes três movimentos, revestindo modalidades diferentes, embora combatessem igualmente o liberalismo e o socialismo, têm o seu ponto de confluência na célebre *União de Friburgo*, onde os seus estudos planos e observações formam pouco a pouco um corpo de doutrina.

Mons. Mermillod, auxiliar de Lausanne definia o carácter desta instituição social, dizendo : — «O pensamento que presidiu ao seu nascimento é que toda a idéa se converte em acção. A idéa fica, mais ou menos tempo, nas inteligências, mas chega, invariavelmente, o dia em que ela se traduz em factos. A sua missão é preparar os glóbulos homeopáticos, destinados aos grupos mais numerosos que, em cada nação, devem propagar e aplicar as doutrinas sociais cristãs.»

Passou à história deste movimento o notável discurso que um dia pronunciou em Paris, quando aí recolhia esmolas para a construção de uma igreja católica em Gênebra e defendia com o seu irresistível prestígio, a Irlanda faminta, os católicos búlgaros perseguidos e os polacos exilados.

Respondendo às críticas feitas aos operários pelos fariseus do capitalismo e da burguesia, dizia : — «Que autoridade, que influência se poderá exercer sobre o povo, se se não proceder melhor do que êle ? Como apontar-lhe o caminho recto quem vai por ca-

minho errado? Com que autoridade lhe aconselham o trabalho e a previdência, aqueles que passam a vida na preguiça e na dissipação? Ousarão acusá-lo de não trabalhar à segunda feira, os que não trabalham um dia por semana? Porque o censuram de ler certos jornais, os que se alimentam de uma literatura mórbida? Para lhe proibir que bata palmas à bailarina popular é mister que não a aplaudam, dentro dos seus salões; não têm direito de imputar ao operário, o crime de se envilecer e de se arruinar na taberna os que, nos clubes elegantes, sacrificam em uma noite, a honra de sua família e a fortuna dos seus antepassados... O Evangelho, nas nossas mãos, não é um simples missal da Idade Média que a arte admira, nem gulodice de devoções entre duas festas, nem um livro de tribuna que subleve as multidões... Sem ser cortezão do rico nem adulator do pobre, sem me tornar cúmplice das prevenções do alto nem das de baixo, devo dizer-vos que a crise que atravessamos é uma das mais profundas e mais terríveis que a nossa raça conheceu... A Internacional, ficai-o sabendo bem, é uma doutrina que se afirma e, ao mesmo tempo, um exército que avança, uma igreja que se organiza.

Para resolver a questão social, o que é necessário, antes de tudo, é o coração da caridade e o fulgor do génio de S. Tomás de Aquino.»

Estas palavras suscitaram ruídos celeuma nos meios conservadores, mas foram aprovadas, sem reservas, pelo pontífice Pio IX.

Em Janeiro de 1888, os membros da *União de Friburgo* entregavam ao papa um memorandum em que diziam: — «A fonte dos êrros fundamentais do regime económico moderno é a falsa concepção do homem, da sua origem, da sua natureza e do seu fim. O individualismo absoluto que não tem em nenhuma conta os deveres para com Deus e para com o próximo está na base da vida social actual e o egoísmo é considerado, como motor único de toda a actividade económica.

Daqui duas conseqüências paralelas: os homens não têm a noção da justiça que devia regular as suas mútuas relações; o estado normal das relações económicas é a luta pela vida em que o direito do mais forte é muitas vezes o único árbitro. Estas conseqüências fazem sentir-se nos três ramos da economia:

1.º — A lei do trabalho é completamente desconhecida. A economia racionalista, fazendo completa abstracção da dignidade do homem, só tem em vista a noção das riquezas. Por isso recusa-se ao trabalhador, mesmo o direito de adquirir pelo seu trabalho, salário com que possa cobrir o mínimo das suas necessidades.

2.º — O direito de propriedade é considerado como domínio substancial e não como domínio de uso, ordenado ao bem geral. Tornou-se *jus utendi et abutendi*, em lugar de ser, segundo o ensino de São Tomás *jus procurandi et dispensandi*, subordinado ao plano providencial, que quer que cada um possa ganhar a sua vida pelo seu trabalho...

3.º — O comércio não serve sòmente para ligar o consumo e a produção... Muitas vezes, não passa de um instrumento de agiotagem para os especuladores, ávidos de riqueza. A *União de Fiburgo*, procurando, à luz dos ensinamentos da Igreja, os meios de corrigir o estado actual de coisas, julga de seu dever ocupar-se :

I — Do regime do trabalho.

II — Do regime da propriedade.

III — Da organização da sociedade.»

De-propósito arquivamos aqui uma larga transcrição d'este memorável documento, para que se possa fazer uma idéa exacta das preocupações e do programa social de Friburgo.

Emquanto os liberais reduzem a função do Estado, a simples guarda da ordem pública, incapacitando-o de empreender, ordenar ou promover reformas, que, a seus olhos, seriam iniciativas perigosas e quiméricas, numa sessão de estudos da *União*, Lemkuhl erguendo-se contra esta concepção, conseguia que se votasse a tese seguinte : — «Em tôda a parte onde o contrato livre entre o operário e o patrão produz opressão ou perigo de opressão pelo primeiro, os poderes públicos podem ou mesmo devem, segundo as circunstâncias, exercer a sua acção, a-fim de que os trabalhadores recebam, pelo menos, a subsistência, necessária para elles e suas famílias de sorte a remediar a miséria. As ordens dos poderes públicos, dadas com êste fim, obrigam *in conscientia et in stricta justitia*.»

Por outro lado, factos de ressonância mundial denunciavam a acção penetrante d'este movimento de idéas, designado com o rótulo de Catolicismo social.

Na América, os que para glorificar a nobreza do trabalho se intitulavam *Knights of Labour*, Cavaleiros do trabalho, pretendiam, por meio de uma grande federação, combater os monopólios que asfixiavam a vida dos Estados-Unidos.

Não ocultavam que se tratava de uma verdadeira declaração de guerra. «Esta guerra, afirmava o presidente Powderly, deve determinar quem deve mandar : o monopólio ou o povo americano, o ouro ou o homem.»

Entre as suas reivindicações, figuravam já o dia de 8 horas de trabalho, o principio de *a trabalho igual, igual* salário, a fixação de uma taxa legal sobre as terras não cultivadas, etc.

Os Cavaleiros do trabalho impunham a seus membros, certas práticas, como o juramento, que poderiam confundi-los com as sociedades secretas, condenadas pela Igreja. Podiam os operários católicos fazer parte desta federação ? O episcopado dos Estados-Unidos e do Canadá dividiu-se e a questão foi levada a Roma. Por intervenção do arcebispo de Quebec os operários reflectiram e suprimiram dos estatutos, a obrigação do juramento e assim se resolveu um incidente que apaixonára a opinião pública do novo e do velho mundo. Mas o cardinal Gibbons, o homem de maior influencia e respeitabilidade na América, em um memorial, sobre esta questão, en-

viado ao Prefeito da Propaganda em Roma, defendia os operários suspeitos, nêstes termos : — «Os abusos que apontam são a própria evidência. O seu direito de resistência é indiscutível. A necessidade do remédio impõe-se.»

Outro facto... Em Londres 200:000 operários das docas, há três meses que se tinham declarado em greve. Milhares de homens sem trabalho e milhares de mulheres e de crianças, sem pão; a vida económica do país embaraçada, centenas de navios ancorados no Tamisa, com os flancos repletos de mercadorias que apodreciam.

Semelhante espetáculo de miséria e de ruína emocionou o velho cardinal Manning. A-pesar-de bom inglês e patriota, não eram tanto os danos económicos que a greve infligia à sua pátria que o angustiam, mas as vidas dos operários *que devem ser humanas e familiares.*

Manning decidiu-se a intervir. Dirigiu-se pessoalmente ao Director das docas, mas nada conseguiu; dirigiu-se ao lord da cidade e foi também em vão; dirigiu-se ao bispo anglicano de Westminster e nada.

Bem se importavam êstes ilustres personagens que os operários das docas lutassem com a fome e a miséria, há cerca de três meses.

Que as reivindicações dos grevistas fôsem justas era difficil negá-lo, à face dos acontecimentos e dos números apresentados pelo cardinal.

Mas os agitadores, entre outros o famoso John

Burns, tinham-se imiscuido no movimento e excitavam as paixões — Ceder, seria cobardia e traição à ordem social — dizia-se.

Ao que o octogenário cardinal respondia — que não ceder seria fornecer mais combustível ao incêndio de ódios e que o único fundamento da ordem social é a prática da justiça.

Mas isso é socialismo, retorquiam e o cardinal : eu não sei se isso para vós é socialismo, para mim é puro catolicismo.

E o velho conservantismo inglês raciocinava comodamente — : estas cóleras cegas do povo são efeito de propagandas criminosas, o grande dever, o único dever da gente honrada é combatê-las.

O cardinal replicava : Propagandas criminosas que se devem combater, sim. Mas cóleras cegas, cóleras perspicazes, fundadas sôbre sofrimentos reais que os *meneurs* aproveitam, invocam e ampliam mas que êles não criam. É porque muitas vezes se nega a justiça ao operário que êle se entrega a sonhos de injustiça. Pretender destruir o socialismo, conservando e mantendo os abusos de que êle nasceu, é tentar destruir o efeito, deixando a causa intacta.

O diálogo durou semanas. Mas o director das docas acabou por se render à justiça e à tenacidade do velho cardinal que tinha passado onze dias em conversa com os grevistas.

Cem mil operários quizeram depois arrebatá-lo, em triunfo; o reconhecimento público chamou a êste fim de greve, a *paz do cardinal.*

No ano seguinte (1890) o imperador Guilherme, dando corpo a uma iniciativa do grande católico suíço Decurtins, quis convocar em Berlim, uma conferência internacional, tendo por fim melhorar a sorte dos trabalhadores; o Kaiser solicitava do augusto Pontífice, o seu bemfazejo apoio a esta obra humanitária.

Leão XIII, aquiescendo de todo o coração respondia: ...«não escapou a V. Majestade que a feliz resolução de uma questão tão grave, requeria, além da sábia intervenção da autoridade civil, o poderoso concurso da religião e a salutar acção da Igreja. O sentimento religioso é o único capaz de assegurar às leis toda a sua eficácia; e o Evangelho, o único código, onde se encontram consignados os princípios da verdadeira justiça, as máximas da caridade mútua que devem unir todos os homens, como filhos do mesmo Pai e membros da mesma família».

E como a missão da Igreja, — prègar e espalhar estes princípios e estas máximas, exercendo uma larga e profunda influência na solução do problema social — se afirmava de novo, nitidamente, em todo o mundo, o *Catolicismo social* encontrou na notável encíclica de Leão XIII a *Rerum novarum*, a sua mais luminosa, solene e oficial consagração.

III

A ENCICLICA «RERUM NOVARUM» DE LEÃO XIII

Um êrro, muito acreditado no mundo dos trabalhadores e hâbilmente explorado pelos apóstolos do socialismo, é pretender que a acção da Igreja e do Catolicismo, na questão social, se limite a prègar a caridade aos patrões e a resignação aos proletários. Não é êste o sentimento de Leão XIII.

Antoine

REFERE-SE que uma pobre modista de Paris, tão modesta como ilustrada, admiradora de Leão XIII, depois de ler a encíclica *Rerum Novarum*, repetia com frequência: — «Como pôde um Papa que vive encerrado no Vaticano e tão longe de nós, conhecer, tão bem as nossas necessidades? É extraordinário, dir-se-ia que as tem partilhado conosco».

Esta rapariga, esquecia-se ou não sabia que o

papa antes de se chamar Leão XIII, tinha sido, durante três anos, núncio em Bruxelas e, durante trinta e dois, arcebispo de Perusa; que, durante todo este tempo não deixara de auscultar as pulsações da sociedade moderna e que, na sua diocese vivera sempre em contacto com operários e operárias.

Testemunha das convulsões sociais que, sobretudo depois de 1848, sacudiram a Europa, tiveram a sua repercussão em Perusa onde correu o sangue.

O futuro papa, meditava, no meio de tantas agitações políticas e sociais, à luz da história e do direito cristão, sobre os males do tempo; a *imerecida condição* dos operários era já objecto das suas preocupações.

Numa das suas pastorais — *A Igreja e a Civilização*, assinalava, então, em termos enérgicos, entre as consequências do regime económico moderno «o desprezo a que se vota praticamente o homem moral», «o colossal abuso da pobreza e da fraqueza provindo um e outro de que se não vê no operário, senão uma máquina mais ou menos preciosa, segundo é mais ou menos produtivo; daqui a horrível existência» dessas pobres crianças, conduzidas às oficinas, onde a tísica as surpreende no meio das suas fadigas precoces.

«Que queixumes repetidos e solenes, escrevia ainda, não temos nós ouvido, mesmo em países que tem a reputação de caminhar à frente da civilização, sobre o excesso de horas de trabalho, imposto a quem deve ganhar o pão com o suor do seu rosto?!»

E por fim advogava a necessidade de «uma legislação que puzesse um freio a este tráfico sem humanidade».

Eleito sucessor de Pio IX, subia a um trono, ilustrado por combates imortais contra o erro e pela guerra da independência, reclamada pela liberdade da Igreja; mas encontrar-se-ia prisioneiro, soberano sem aliados, rei do deserto, no meio de uma hostilidade ou de uma indiferença mais dolorosa ainda, dos governos da Europa.

Era necessário conquistar a estima e o respeito desta Europa céptica ou indiferente.

Por muito tempo, se entregara à tarefa difícil de oferecer a todos — a sábios e à opinião pública, aos Estados e até às nações não cristãs — a paz, cuja natureza definia e precisava num documento público ao seu Secretário de Estado, em que declarava que o seu único desejo é fazer com que os povos e os governos aproveitem da salutar influência da Igreja, não somente para salvação das almas mas ainda para a salvação da sociedade humana ⁽¹⁾. Neste intuito, acrescentava, se tem sempre esforçado por conciliar as nações com a Igreja e por reatar com elas relações amigáveis, restabelecendo em toda a parte a paz religiosa. Os governos de cada país lutam seguramente contra o espírito de desordem, o instinto vital a isso os obriga. Mas é necessário ajudá-los, *porque a salvação não virá sem a Igreja*.

(1) Carta de 16 de Junho de 1887 ao cardinal Rampolla.

Empenhado nesta obra de reconciliação Leão XIII não esquecia o mundo dos trabalhadores.

Pastor supremo, bem sabia que maus condutores, aproveitando a miséria de muitos homens das classes trabalhadoras e os abusos que impõem uma nova escravidão ao exército dos proletários, têm semeado em seus corações, doutrinas de ódio, destruidoras da ordem social e incompatíveis com os próprios e legítimos interesses e direitos dos operários.

Logo na sua primeira encíclica *Inscrutabili*, fulmina «a cupidez insaciável das coisas que perecem» e a dissipação e malversão dos bens públicos, causa de tantos escândalos financeiros; numa nova carta *Quod apostolici* (1878) denuncia os perigos e os erros do socialismo; seis anos depois, publica a *Humanum genus* condenação severa e documentada da maçonaria; e ainda como prelúdio à encíclica à-cêrca da questão social a *Immortale Dei* (1885) sôbre a constituição dos Estados, por quanto, para que haja felicidade e reine a paz entre os povos, nada mais seguro do que a constituição cristã da sociedade, como preconiza a Igreja.

Finalmente, em 15 de Maio de 1891 a encíclica *Rerum Novarum* sôbre a condição dos operários, tão ardentemente esperada.

Para marcar a sua intenção, Leão XIII declarava querer tratar, neste notável escrito, *Da condição dos operários*. — «Este assunto, diz, têmo-lo tratado sempre que se nos depara o ensejo, mas a consciência do nosso Cargo Apostólico obriga-nos a tratá-lo nes-

ta encíclica, mais explicitamente e com maior amplitude, a-fim de pôr em evidência, os princípios de uma solução, conforme à verdade e à equidade».

Qual o conteúdo desta encíclica?

Tornando-se-nos impossível comentá-la, limitamo-nos a glosar os seus principais ensinamentos, de molde a esclarecer os espíritos, à-cêrca da doutrina social, da Igreja, exposta por um dos mais notáveis pontífices da história.

I — A condição dos operários

Leão XIII traça, em poucas mas sugestivas palavras, o quadro da situação em que se encontra o mundo do trabalho. «Os progressos incessantes da indústria, as novas vias que se abriram às artes, a mudança de relações entre patrões e operários, a concentração da riqueza nas mãos de um pequeno número em contraste com a indigência de grande multidão, a opinião mais elevada que os operários formam de si e a sua união mais compacta, sem falar da corrupção dos costumes — tudo isto originou o terrível conflito a que estamos assistindo... Em todo o caso, estamos convencidos e todos o estão conosco, que é necessário, com medidas urgentes e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles, na sua maior parte, se encontram numa situação de *miséria imerecida e de grande infortúnio*».

Diagnosticado o mal, desce às suas origens, apontando as causas:

1) «O último século destruiu as antigas corporações que eram para eles uma protecção, sem as substituir por coisa alguma;

2) Todo o princípio e sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, com o decorrer dos tempos, os trabalhadores isolados, viram-se, à mercê dos patrões deshumanos e entregues a uma desenfreada concorrência;

3) Uma usura voraz, condenada pela Igreja, e praticada sob diversas formas por homens ávidos de ganância e dominados por uma ambição insaciável, agravou o mal;

4) E a tudo isto deve juntar-se, a concentração, nas mãos de alguns, da indústria e do comércio, monopólio de um pequeno número de ricos e opulentos, que por esta forma impõem um jugo quasi servil à imensa multidão dos proletários».

Denunciados os malefícios do liberalismo que «passara da região da política para a esfera vizinha da economia», Leão XIII indica os remédios para o mal social.

II — O socialismo — falso remédio

«Os socialistas, a pretexto de curar este mal, instilam nos pobres o ódio e a inveja contra os que pos-

suem e pretendem que toda a propriedade de bens particulares, deve ser suprimida, que os bens dos indivíduos devem ser comuns a todos e que a sua administração deve voltar para os municípios ou para o Estado. Mediante esta transformação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades, julgam encontrar um remédio eficaz aos males presentes.»

A seguir rebate o Socialismo que tornaria a situação dos operários, ainda mais precária, confiscando-lhes a independência; que atrofiaria as suas faculdades intellectuais, destruindo-lhes todo o espirito de iniciativa e estimulando a miséria; que lhes arrebataria com a família os encargos — estímulo do trabalho e as alegrias de viver; que destruiria todas as forças morais da religião, indispensáveis à felicidade do homem e à realização do seu destino supremo; que substituiria o capitalismo individual pelo capitalismo mais cruel do Estado; que atentaria contra o direito natural da propriedade privada; e subverteria a ordem social ⁽¹⁾.

III — A solução verdadeira

Rejeitadas as teorias falazes e subversivas do Socialismo, indica o remédio: acção da Igreja, com a

⁽¹⁾ Ler, adiante, o Cap. V — O Socialismo.

intervenção do Estado e a colaboração de patrões e operários.

I — *A acção da Igreja*, elemento indispensável. «A questão de que se trata é de uma tal natureza que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz».

É que a questão social compreende elementos económicos e elementos morais. O progresso do maquinismo perturbou a vida industrial; o liberalismo económico materialista destruiu as verdadeiras relações que devem ser restabelecidas e reguladas pela justiça e pela caridade.

E os deveres de justiça e de caridade pertencem ao domínio da moral, portanto da Igreja sua guarda vigilante. Demais «é a Igreja que haure no Evangelho, doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos, de o suavisar, expungindo-o de tudo quanto tenha de rude e áspero; a Igreja que não se contenta em esclarecer o espírito com os seus ensinamentos, mas se esforça também por regular, em harmonia com eles, a vida e os costumes de cada um; a Igreja que, pelas suas numerosas instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças, para dar à questão operária a melhor solução possível».

Leão XIII demonstra o que representa de absurdo o nivelamento das classes, proclamado pelo socialismo. Tal nivelamento vai contra a natureza das coisas

e contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela que realmente estabeleceu entre os homens diferenças tão multiplices como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde e de força; diferenças necessárias donde nasce espontaneamente a desigualdade das condições.

«Por outro lado, esta desigualdade reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requiere um organismo muito variado e funções muito diversas e o que leva, precisamente, os homens a partilharem estas funções, é primeiro que tudo a diferença das suas condições respectivas.»

Quere dizer que as desigualdades são indestrutíveis, entram na ordem da natureza; que à sociedade são necessárias funções diversas e que nenhuma delas é desprezível porque todas a servem.

A necessidade das desigualdades e da diversidade de funções é uma questão que se impõe ao bom senso.

Que seria de uma sociedade em que todos fôssem industriais e ninguém lavrasse a terra? em que todos fôssem trabalhadores manuais e não houvesse trabalhadores intelectuais?

Há entre os homens uma dependência recíproca, donde deve resultar, não o ódio ou a *luta de classes* mas onde deve imperar a justiça e a caridade.

«O êrro capital, na presente questão, é crer que as duas classes, patrões e operários são inimigos natos uns dos outros como se a natureza tivesse armado

os ricos e os pobres para que se combatessem mutuamente, num duelo obstinado».

O trabalho tem necessidade imperiosa do capital, é incontestavelmente um factor importante da produção, mas no actual regime, uma empresa não pode prosperar apenas com a mão de obra, por grande que seja o seu valor, carece de capital e de crédito; se estes faltam, a empresa arruína-se e o operário é condenado ao desemprego e votado também à ruína.

Pelo contrário, o capital, mesmo abundante e poderoso, utilizando o maquinismo mais aperfeiçoado, nada produz sem o concurso do *trabalho humano*.

A teoria da *luta de classes* é, portanto, um desafio ao bom senso e um perigo para o capital e para o trabalho. É fora de dúvida que os interesses dos patrões e os interesses dos operários, são divergentes, mas não são opostos; na realidade são solidários.

«Para dirimir o conflito e cortar o mal pela raiz, as instituições cristãs possuem uma admirável e múltipla virtude. Em primeiro lugar, cumpre-nos recordar que toda a economia das verdades religiosas, das quais a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes, os seus deveres mútuos e, primeiro do que todos os outros, os que derivam da justiça».

Leão XIII coloca em primeira plano, os deveres que derivam da justiça; é que não há caridade sem justiça.

Quem ama o próximo, o seu primeiro dever é dar-lhe o que lhe é devido — dever de justiça. A sociedade deve ter por base a justiça, sem a qual não é possível ou duradoira a paz social. A sociedade é uma instituição jurídica e não um estabelecimento de caridade; é necessário que as relações entre os indivíduos e entre as classes, sejam, pelo menos, em grande parte, baseadas no direito e no dever e não somente na dedicação e no amor — sentimentos nobres, mas um tanto aleatórios.

Os operários devem:

1) «Produzir fiel e integralmente todo o trabalho a que se obrigaram por um contrato livre e conforme com a equidade». O contrato de trabalho, não é livre, da parte do operário, quando este o aceita em condições que não aceitaria se a necessidade a isso o não constrangisse; não é livre, da parte do patrão, quando a força lho impõe como no caso, de greves violentas e revolucionárias; e não é equitativo quando se abusa das forças humanas para impor más condições físicas de trabalho ou condições de trabalho imorais ou ainda quando se aproveita a miséria do operário para lhe impor um salário irrisório.

2) Os operários «não devem lesar o seu patrão nos seus bens nem na sua pessoa».

3) «As suas reivindicações dever sem isentas de violência e não revestirem a forma de sedições. Quando as reivindicações dos operários são justas devem fazê-las vingar por tentativas de conciliação e de arbitragem, pela organização normal da profis-

são, salvaguardando os direitos de cada um, ou pela intervenção dos poderes públicos. Mas se estes meios se tornam vãos, a greve pacífica, isto é, o entendimento para cessação do trabalho, é permitida; só os meios violentos, como a sabotagem, são proibidos e condenados.

4) «Devem fugir dos homens perversos, que, nos seus discursos artificiosos lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estêreis pezares e à ruína das fortunas».

Leão XIII denuncia, nestes termos, todos os agitadores que, através de palavras mentirosas, sugerem aos operários esperanças vãs e lhes fazem promessas irrealizáveis; é necessário defender os operários destes falsos amigos que os exploram e das leituras de livros e de jornais que os envenenam, propagando as idéas revolucionárias.

Quanto aos ricos e aos patrões devem:

1) Respeitar no operário a sua dignidade de homem. O operário não é um escravo nem uma máquina. Tratá-lo, como homem, obriga a respeitá-lo não somente em razão da força e vigor dos seus músculos, não lhe impondo um trabalho superior às suas forças ou que não esteja em harmonia com a sua idade e com o seu sexo, mas ainda em razão da sua dignidade de homem, realçada ainda pela de cristão.

2) Devem, portanto, ter em conta os interesses da sua vida espiritual, facilitar-lhe o cumprimento

dos deveres da sua religião, não o obrigar a trabalhar nos domingos, não o expor ao vício e à sedução.

É inadmissível considerar, como pensa o liberalismo económico, o operário como simples produtor de trabalho e como máquina, independentemente da sua qualidade de homem e de cristão. O trabalho é um *acto humano* e como tal inseparável da pessoa que o produz.

3) Respeitar a sua família, não fazendo nada que a prejudique, concedendo a todos o descanso no mesmo dia, a-fim de que pais e filhos possam encontrar-se, conviver, descansar, orar e divertir-se legitimamente.

4) «Mas entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que lhe é devido.

De uma maneira geral recordem-se o rico e o patrão que explorar a pobreza e a miséria, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas, que seria um crime de clamar vingança ao céu, defraudar qualquer operário na remuneração do seu labor».

Como se vê, Leão XIII coloca em primeiro plano, entre os deveres do patrão, pagar o justo salário ao operário porque é um dever de estrita justiça.

O salário é o equivalente ou o resgate da actividade, gasta pelo operário.

5) «Finalmente, os ricos devem proibir-se religiosamente todo o acto violento, toda a fraude, toda a manobra usurária que seja de molde a atentar con-

tra a economia do pobre». É atentar pois contra os haveres do pobre — que sendo de pouca importância *revestem um carácter sagrado* — reter injustamente o salário, as multas exageradas e injustas, os empréstimos a juros elevados, o despedir os operários sob pretexto de crise para os admitir passados dias, por um salário reduzido. «Em tôdas estas fraudes ainda haverá claramente um crime contra a justiça».

II — *A intervenção do Estado*. «Que parte de acção e de remédio temos nós o direito de esperar do Estado?... O que se pede aos governantes é um concurso de ordem geral que consiste em tôda a economia das leis e das instituições; quere dizer que devem proceder de tal modo, que, da mesma organização e do governo da sociedade, brote espontaneamente e sem esforço, a prosperidade, tanto pública como particular».

O fim principal do Estado é a salvaguarda do bem comum, da ordem pública, a protecção dos fracos e o respeito da justiça e da propriedade. Por definição, o Estado é um órgão de *actividade geral*; sai pois da sua esfera, quando se atribui direitos particulares, a não ser que exerça uma função *supletiva*. Pedindo ao Estado o seu concurso, pelo cuidado dos interesses públicos e da prosperidade pública e particular, Leão XIII teve vistas mais altas e mais largas dos que só atribuem ao Estado a função de manter a ordem e o respeito pela justiça e de garantir a *sua* propriedade, fazendo dêle um simples polícia. O Estado deve-se a todos os cidadãos; ora,

sendo os trabalhadores, dentro da nação, o maior número, o Estado proporcionalmente deve-se muito mais à classe operária. Mas o principal motivo da intervenção do Estado, a favor das classes trabalhadoras está em que estas, mais desprovidas de instrução e de recursos, e algumas vezes, sem defesa, contra as injustiças, têm maior necessidade de auxílio e de protecção do que as outras.

«A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade de tutela pública».

Segundo a doutrina da encíclica o Estado pode intervir:

1) Para reprimir os agitadores e preservar os bons operários do perigo de sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu;

2) Para remediar as greves provocadas por um trabalho muito prolongado e pesado, pago, por uma mesquinha retribuição. «O remédio mais eficaz e salutar, nesta parte, é prevenir o mal.»

3) Para proteger os bens da alma do operário. «A ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem que o próprio Deus trata com grande respeito».

4) Para proteger os interesses materiais do trabalhador. «Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho que embruteça o seu espírito e enfraqueça o seu corpo».

5) Para proteger o trabalho das crianças, impedindo que a infância frequente as fabricas antes da

idade em que nela se tenham desenvolvido as forças físicas, intelectuais e morais e, certos trabalhos da mulher que não se adaptam à sua natureza, destinada de preferência aos arranjos domésticos que, por outro lado, salvaguardam a honestidade do seu sexo;

6) Para proteger e defender o salário do operário quando o patrão lesar a justiça.

A intervenção do Estado, Leão XIII opõe, como limites — a lei moral, eterna, imutável e universal. Uma lei injusta ou imoral não é lei, não pode obrigar a consciência; a lei não pode violar os direitos essenciais do indivíduo e da família que são superiores e anteriores ao Estado. «Não é justo que o indivíduo e a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aqueles tenham a faculdade de proceder livremente, com tanto que não vão contra o bem geral e que não prejudiquem ninguém...»

III — *As associações profissionais*. «Em último lugar os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras, próprias para aliviar eficazmente a indigência, e operar uma aproximação entre as duas classes».

A Encíclica enumera essas obras — 1) associações de socorros mútuos; 2) diversas associações de iniciativa particular que tenham por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em casos de morte, de acidentes ou enfermidades; 3) os patronatos que exercem uma acção benéfica sobre as crianças de ambos os sexos, e sobre as adolescentes

e adultos. «Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias que abrangem quasi todas as outras» (1).

Exposta, nas suas linhas gerais, a Encíclica «*Rerum Novarum*» de Leão XIII, aos que perguntam angustiosamente: Onde está o remédio para os males das sociedades modernas, quem será o médico?... respondo como o insuspeito Anatole Leroy Beaulieu: «O remédio, diz o papa, possui-o a Igreja; o médico, o único que nos pode curar é Cristo. Ele conhece o azeite que amacia as chagas, o bálsamo que cicatriza as feridas. Ide ter com ele e sereis curados. Cristo é o único, capaz de nos dar a paz e de fazer reinar a justiça, no meio de nós. Às questões sociais que nos atormentam, ricos e pobres, apavorando uns e irritando outros, vós não encontrareis solução, fora de Deus e da religião. Sem Deus, todos os esforços dos homens são vãos: *inania conata hominum*» (2).

(1) Ver a terceira parte deste volume: *Corporativismo e sindicalismo*.

(2) Quarenta anos depois, Pio XI publicou a não menos notável *Quadragesimo Anno*, em que o saúdoso Pontífice, passa em revista, os resultados obtidos, durante o longo período de oito lustros, pela *Rerum Novarum* — a grande *Carta dos trabalhadores*, adapta a doutrina social da Igreja às necessidades do nosso tempo e assinala as fundas mudanças, operadas, depois de Leão XIII, na ordem económica. Os dois documentos pontifícios completam-se e nêles se encontra a solução das questões mais actuais e angustiosas.

IV

A ENCÍCLICA DE LEÃO XIII NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Esta doutrina corrente, saída da Rerum Novarum, constitue, em matéria de reivindicações sociais, a base comum dos diversos partidos políticos, que, sem serem confessionais, se inspiram no catolicismo.

Albert Thomas

A notável encíclica de Leão XIII despertou vivo interesse em todo o mundo. A-parte alguns extremistas que acusaram Leão XIII, uns de socialista porque afirmára os deveres e os encargos da propriedade, e outros de conservador porque, ao lado dos deveres, recordava direitos, em todos os sectores da opinião houve um sentimento comum de admiração.

Leroy-Beaulieu saúdava no Pontífice da *Rerum Novarum* um economista, embora não aprovasse tôdas as suas directivas, escrevia :

«Por suas pezarosas maldições, a Igreja parecia afastar-se dêste mundo que se retirava, também dela... E eis que esta velha mãe, tratada de louca, pela irreverência de tantos dos seus filhos, pôs-se a falar aos homens daquilo que mais os apaixonava e divide. Como no tempo de Gregório VII e de Sisto V, o papa quiz dizer a sua palavra sôbre os problemas humanos e o mundo não se irrita e o século não se mostra assás surpreendido. Eis ainda aqui, um sinal dos tempos que começam.» ⁽¹⁾

Melchior de Vogüé, depois de notar que «a humanidade, semelhante às tribus árabes que erguem as suas tendas, apenas junto das nascentes, onde podem matar a sede», considerava um *sintoma significativo* da atenção universal, a curiosidade que se voltava para Leão XIII, «êste papa, cujo gesto largo e audacioso, afastando-se de três séculos de diplomacia de gabinete, vai retomar nas origens, a tradição dos grandes pontífices, condutores das multidões, emancipadores de povos e legisladores sociais» ⁽²⁾.

Um escritor que era tido então como o ídolo das novas gerações intelectuais, ainda anarquista e cépti-

⁽¹⁾ *La papauté, le socialisme et la démocratie.*

⁽²⁾ *Heures d'histoire*, pág. 311.

co em moral, Maurice Barrés, escrevia : — «Depois da encíclica sôbre a condição dos operários e a encíclica aos católicos de França, eu não vejo razão para que haja um católico mais, mas pelo contrário eu não compreendo que haja um anti-clerical. O Papa reconhece o direito dos fracos na questão social. O Papa parte a corda que o ligava aos mortos políticos. Daí alguns anos, para que as desconfianças desapareçam, e a democracia não verá já no padre, um inimigo... Quanto mais sinto a minha fraqueza, para alcançar tôdas as possibilidades desta nova política, mais desperta a minha respeitosa curiosidade pelo ilustre velho que, diz-se, a quer ensaiar» ⁽¹⁾.

Eugenio Spuller em uma série de artigos publicados na *République française* e reunidos depois em volume ⁽²⁾ é ainda mais explicito.

«A Igreja compreendeu, com um senso político verdadeiramente admirável, escreve, que o seu verdadeiro interesse é procurar na democracia o apoio e a força que não pode encontrar nas antigas classes dirigentes. A Igreja não teme a democracia e só em França existem republicanos bastante obsecados pelas suas prevenções para crerem na incompatibilidade radical da Igreja com a República. E demais : que mudança prodigiosa está prestes a realizar-se!

⁽¹⁾ Citado por Georges Guitton : *Une date dans l'histoire des travailleurs.*

⁽²⁾ *Evolution politique et sociale de l'Eglise.*

Cegos ; peores cegos os que não querem vê-la. A famosa encíclica *de conditione opificum* anuncia que a questão social passa ao primeiro plano nas preocupações da Igreja.»

O categorizado *Journal des Débats* referindo-se ao congresso de Brienne, via que «primeiramente o papa falando para as massas, tinha sabido fazer ouvir-se por elas e depois, que os operários suíços tinham deixado de considerar a Igreja romana, como uma instituição policial, encarregada de impôr aos pequenos, em nome de Deus, a lei, feita pelos grandes». E acrescentava : — «numa república laica, neutra, oficialmente ignorante da existência do Papa, no meio deste mosaico de raças e de confissões, os representantes eleitos dos operários suíços, longe de contestar ao Papa o direito de se imiscuir nas questões operárias, parecem felicitá-lo por essa intervenção». Os próprios socialistas não puderam conter a sua admiração. «Em virtude das suas funções e na plenitude do seu poder, escrevia no dia seguinte ao da publicação da encíclica, *Vorvvaerts*, principal órgão do socialismo alemão, o Papa tomou a dianteira aos príncipes e aos governos dos Estados civilizados e resolveu a questão social. Sim resolveu a questão social, tanto quanto é dado aos poderes actuais resolvê-la».

Este consenso unânime da opinião mundial é tanto mais de notar quanto é certo que as prevenções contra a Igreja se encontravam profundamente enraizadas nos espíritos.

Por este tempo: — «Duas censuras, escreve Georges Goyau, singularmente inversas se faziam à Igreja romana: ora a acusavam de se imiscuir demasiadamente nos problemas deste mundo, ora de se desinteressar dêles excessivamente. Diziam-na importuna e indiscreta; a palavra clericalismo resumia a acusação. Mas, por outro lado, criticavam-na, por formar as almas unicamente nas esperanças do além e na indiferença desta realidade terrestre que se chama o dever social, de ensinar uma piedade que se convertia facilmente em egoísmo, e de não ser uma escola de civismo, salvo para a «cidade de Deus». Foi no meio destas contradições da opinião que Leão XIII inaugurou a acção católica social. Com um gesto soberano contra o qual se quebra toda a censura de clericalismo e que, em compensação, testemunhava, que nada do que é humano permanece estranho à paternidade romana, faz intervir Deus entre as classes inimigas, como os seus predecessores da Idade Média o faziam intervir entre reis ou povos inimigos» (¹).

— Leão XIII compreendeu claramente o caminho que a sociedade levava, meteu-se na corrente; táctica de politica sagaz — murmuraram aqui e além velhos e sabidos diplomatas, a quem Emilio Ollivier replicava:

«A Igreja, depositária, nos seus tesoiros doutri-

(¹) *Autour du catholicisme social.*

nários, de um conjunto de crenças, não as manifesta sempre na mesma hora, com igual insistência; applica-as mais particularmente na hora que corresponde às necessidades intelectuais e morais. Contesta Plágio a soberania do governo divino e os seus doutores explicam e definem a doutrina da graça. Lutero, Calvino, Jansenio e Baio negam a liberdade da vontade humana, elles defendem e definem o livre arbitrio. Hoje o problema da pobreza e da riqueza tornou-se objecto de preocupação geral e o Papa expõe a doutrina católica sobre as relações da pobreza e da riqueza. Onde está a tática? onde o estratagemma? Não é necessário que a Igreja mude de attitude para se encontrar com os pobres».

Por seu turno, todas as revistas científicas — *Revue Bleue, Nouvelle Revue, Revue des Deux-Mondes, Journal des Économistes* — que se occupam das questões sociais, consagraram extensos e profundos estudos ao trabalho do Pontífice, prestaram homenagem ao seu talento e reconheceram que puzera a sua autoridade e prestigio ao serviço da paz social.

Professores illustres, na Europa e na América, fizeram conferências sobre a encíclica ou abriram cursos especiais para a sua explicação.

Milhões de exemplares, espalhados por toda a parte, vulgarizaram o notável documento. Mas eis que volvidos quatro anos de consagração universal, surge em Coimbra um bacharel que na sua dissertação, para o acto de conclusões magnas, na faculdade

de direito ⁽¹⁾ declara ter estudado a Encíclica e chegar às seguintes conclusões: — «Resumindo: inúteis, importunas, antiquadas e perigosas — as doutrinas; egoistas e muito retrógrados — os motivos; incorrecta — a forma; não científica — a idéa. Tal é a encíclica de Leão XIII. Tal é o documento em que o chefe visível da Igreja Católica apontou à Humanidade os remédios para a má organização da sociedade.

Felizmente que no seio das populações miseráveis, entre os operários soffredores, a encíclica foi recebida com indiferença e os remédios nela aconselhados, foram, por toda a parte, votados a um merecido esquecimento». (Pág. 238).

A famosa encíclica — que foi saudada por eminentes sociólogos como aurora de melhores dias para o pobre operariado, que inspirou obras magistrais em volta do momentoso problema em todos os centros científicos e suscitou grandes elogios não já de escritores católicos mas de homens reconhecidamente hostis à Igreja — logrou que em Portugal e no primeiro estabelecimento superior, um homem sequioso de novidades e ainda mais de notoriedade e de grosso escândalo, escrevesse um livro de crítica em que manifestava já com uma indelicada ousadia, aquele es-

⁽¹⁾ Dr. Afonso Costa, *A Igreja e a Questão Social — Análise crítica do encíclica pontificia. De conditione opificum, de 15 de Maio de 1891.*

pírito de partido e aquele ódio cego contra a Igreja que, alguns anos depois, seriam tão nocivos à nação.

O crítico não entendeu a Encíclica, nem procurou ilustrar-se, estudando-a previamente nos seus comentadores mais categorizados; dominado por prevenções da escola, não conseguiu elevar-se às regiões serenas da verdade e da justiça. Não admira pois que pretendendo meter-se nos domínios da história da Igreja e do Pontificado, para abrir os olhos a toda a gente e provar que são ignorantes os homens ilustres de todo o mundo, que renderam públicas homenagens a Leão XIII, dê provas de parcialidade, de incompetência e de cega paixão.

Ao referirmo-nos, aqui, êste episódio, que não transpôs as fronteiras, não desejamos perder muito tempo, seguindo, as matérias do livro em que as contradições flagrantes e os factos falseados ou mal interpretados, aparecem sem esmero de forma, em cada página ⁽¹⁾.

Tem a referida dissertação longos períodos de vinte três linhas e parênteses de cinco linhas, que tornam o sentido obscuro, neologismos desnecessários e não autorizados, galicismos intoleráveis, êrros

(1) *A Igreja e a questão social* do Dr. Afonso Costa provocou uma magistral resposta do prof. Dr. Silva Ramos: *Revista Contemporânea* de Coimbra, 1894-95 e uma réplica contundente do douto publicista Fortunato de Almeida: *Reflexões à dissertação inaugural do Dr. Afonso Costa*.

de construção, versões imperfeitíssimas do latim e do francês, mas o autor não tem pejo de afirmar que a *forma da encíclica é incorrecta*.

Ora todos sabem que as encíclicas de Leão XIII foram escritas em primoroso latim, que são pérolas literárias do melhor quilate, mas na opinião do crítico, que não perde ensejo de deprimir, em tudo, os altos méritos de Leão XIII, o notável pontífice nem sequer conhecia a língua latina.

Na referida dissertação, as contradições topam-se a cada passo.

Algumas apenas, como exemplo.

O autor escreve: «Cristo recomendou a pobreza voluntária, proibindo que na sua comunidade entrassem aqueles que ainda não tivessem vendido a fortuna» (pág. 103). Não cita a passagem do Evangelho donde consta tal proibição, porque não existe. Mas se Cristo recomendava a *pobreza voluntária* como é que logo a tornava *obrigatória*, proibindo que, entrassem na sua comunidade, aqueles que ainda não tivessem vendido a fortuna?

Tinha ou não o Papa direito de intervir na questão social?

Responde: «...É evidente que a intervenção do papa na questão social não é legítima». (Pág. 15). Mas algumas páginas adiante escreve: «A sua posição dava-lhe o direito, se não lhe dava também o dever de claramente mostrar o que a religião podia fornecer, para a elaboração dêste vasto edificio de reformas, planos, teorias e expedientes, destinados a

pôr termo à desesperada situação actual». (Pág. 189).

Mas se não é legítima a intervenção do Papa na questão social, como é que a sua posição lhe dá o direito e até o dever de intervir?

Afinal, sim ou não?... É evidente que para toda a gente de são critério, ninguém com mais direito a falar sobre este momentoso problema do que o Papa.

Chefe espiritual de mais de trezentos milhões de fieis, dispondo de enorme influência em todo o mundo, vendo envolvidos os mais caros interesses da sociedade e a numerosa classe dos trabalhadores *numa condição imerecida*, ninguém, com tanta autoridade e com mais prestígio, nem maior ascendente, isenção e independência, podia intervir no conflito entre o capital e o trabalho.

Desconhece o crítico, como são escolhidos os papas, por isso ao tratar dos «motivos da encíclica» supõe Leão XIII, ainda bispo de Perusa, a publicar pastorais sobre a questão social, tendo em mira como objectivo, a tiara pontifícia. (Pág. 145). Mas na página anterior declara que o Pontificado de Pio IX fôra consagrado a apoiar as classes conservadoras. Como se compreende então que o bispo de Perusa prepare o caminho para ascender ao sólio pontifício, dando à publicidade pastorais em que defendia o povo e os oprimidos, quando, na opinião do crítico, no Vaticano dominava o ultramontanismo?

Um dos motivos da encíclica foi: — «pretender obstar ao movimento da democracia socialista, colo-

cando sob a sua bandeira, sob a bandeira da Igreja romana, todos os proletários, famintos de direitos, todos os excluídos do banquete social, todos os desabrigados e nus, entretendo-os com a confiança na vida futura, na caridade dos ricos e na divina Providência». (Pág. 146). Mas o crítico esquece-se que, duas páginas antes, dissera que o papa publicára a encíclica para agradar aos burgueses: e agora, escreve que foi para conciliar as boas graças dos operários.

Nesse infeliz trabalho há muito mais e melhor mas o pouco que aí fica esclarece-nos sobre o soberano desprezo que o crítico votava à lógica e aos leitores.

Como documentação de ignorância e má fé, não resistimos, porém, à transcrição de dois extensos períodos que se encontram nas páginas 128 e 129: «Com os soberanos europeus (Leão XIII) estabeleceu umas relações que talvez deva classificar de pouco amigáveis, e, em todo o caso, não muito dignas para o Papa, pois que, parecendo-lhe intervir eficazmente, nos destinos da Europa, pouco mais é que um brinquete, nas mãos dos chanceleres, dos reis e dos príncipes. Tais os frutos da sua política de agonizante que, sem exagerações de encómio nem desmandos de censura, pode definir-se, numa palavra: transigir, sempre transigir, já que provado estava, pelo antecessor, que os golpes de força seriam, neste final do seu reinado, dolorosamente contraproducentes».

Isto lê-se e quasi não merece comentários.

Tinha com efeito Leão XIII a alma conciliadora mas possuía, em alto grau, o poder de compreensão dos tempos em que vivia, das necessidades da Igreja e das da sociedade em crise.

Tão intransigente com o erro, como o seu antecessor, soube acolher, entre os elementos disparez da civilização de que o século se orgulhava, tudo quanto se podia conciliar com a fé.

Falou aos homens do seu tempo a linguagem da sua inteligência, das suas aspirações, das suas necessidades; converteu o Vaticano, — já o escrevemos algures ⁽¹⁾ — em um novo Sinai, donde desciam, umas após outras, correspondendo sempre a uma ansiedade actual, as suas encíclicas, que, pela visão ampla dos problemas, que manifestavam, pela ciência profunda e aprimorada forma literária que as distinguem, aumentavam o prestígio mundial d'este agonizante, *joguete* nas mãos dos chanceleres, dos reis e dos príncipes.

Quem leu, alguma vez, as suas monumentais obras: *Diuturnum* sobre o poder civil, *Humanum genus* sobre a maçonaria, *Immortale Dei* sobre a constituição cristã dos estados, *Libertas praestantissima* sobre a liberdade, e outras mais, encontrou sempre o doutor insigne da verdade, rebatendo, sem transigências, os erros do seu tempo.

⁽¹⁾ *Palestras de Cultura Social e Religiosa*. I volume desta colecção.

Para caracterisar o êxito da sua obra política e diplomática, bastaria a vitória que obteve sobre o *Kulturkampf* alemão que obrigou Bismark a trilhar o caminho de Canossa. Mas muitos outros sucessos diplomáticos, encheram de luz e de prestígio tão glorioso pontificado: — o restabelecimento de relações amigáveis com a Inglaterra protestante, e com a cismática Rússia; a sua escolha para árbitro entre a Espanha e a Alemanha, no conflito das ilhas Carolinas, a visita oficial ao Vaticano do orgulhoso kaiser, com o seu luzido séquito e do rei Eduardo VII, a despeito do mau humor do Quirinal.

Tais foram, entre outros, os frutos da politica de agonizante de Leão XIII a quem Bismark proclamou o maior político dos tempos modernos.

E o crítico julgando ter aniquilado, com os seus especiosos e fulminantes argumentos, as doutrinas da Encíclica, cujo valor literário e filosófico e cuja influência social ninguém ousara contestar, arroga-se o direito de tirar duas conclusões:

1) «*Felmente*, diz elle, que no seio das populações miseráveis, entre os operários sofredores, a encíclica foi recebida com indiferença.»

Parece que Alberto de Mun, discursando em Lille, um ano depois da publicação da Encíclica, respondia antecipadamente ao autor da espaventosa dissertação: «Recordai-vos da surpresa, da emoção ou antes, da aclamação universal, surpresa profunda entre todos os que queriam ver na Igreja, senão uma espécie de policia ao serviço da sociedade burguesa...

e a emoção mais profunda ainda, entre todos os operários, estes homens do povo a quem, por tanto tempo, tinham repetido que de Roma só podiam esperar um braço erguido para os condenar, no lugar do qual, viam subitamente uma mão paternal para os abençoar».

Contra tal conclusão, mais do que estas palavras do paladino da causa operária, protestam os factos que não se podem negar nem destruir.

As doutrinas da Encíclica empreendem e suscitam em todo o mundo organização *no seio das populações miseráveis e entre os operários sofredores* : na Alemanha o *Volksverein* e numerosos sindicatos ; na Bélgica, primeiramente a *Liga democrática* e depois uma rede de associações de operários católicos e o *Secretariado Geral das Obras Sociais* ; na Suíça, a *Associação popular católica* (Lucerna) ; na Holanda a *Associação Católica Social*.

Organismos similares surgem na Áustria, na Itália, na Hungria, nos Estados-Unidos, no Canadá, México, Argentina, Chile e Colombia. Mas é na Alemanha (antes de Hitler) na Bélgica e Países-Baixos que o sindicalismo cristão representa uma força notável e é sabido que a Internacional sindicalista cristã de Utrecht, agrupava, segundo o seu último recenseamento, dois milhões e meio de trabalhadores.

Em França, por ocasião da greve revolucionária de 1920, Millerand chefe do governo, ao receber Jules Zirnheld, presidente da *Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos*, declarava-lhe : « Os

vossos sindicatos são e serão cada vez mais um ponto de cristalização, para os operários ciosos da ordem e da paz social.

E no congresso de Brienne (Suíça) a que atrás nos referimos, reunido apenas dois anos depois da publicação da encíclica, trezentos delegados, a maior parte huguenotes, muitos descrentes e muitos outros socialistas, pondo termo às suas divergências, aclamavam a doutrina da Encíclica e votavam quasi por unanimidade, a moção seguinte : — « As organizações operárias católicas, são convidadas a desenvolver uma propaganda internacional, a favor da realização dos postulados que Leão XIII enunciou na sua encíclica sobre a questão operária. » —

É certo que muitos e muitos outros operários desconhecem a Encíclica ou a receberam com indiferença e até com hostilidade; são os que caíram nas garras do socialismo revolucionário ou do comunismo, enganados, envenenados e explorados por homens, como o ousado critico da Encíclica de Leão XIII, sem escrúpulos nem probidade.

2) « ... Os remédios nela aconselhados foram, diz ainda, por toda a parte, votados a um merecido esquecimento.

Vejamos... De facto, fêz-se em todo o mundo um silêncio tão profundo em volta da Encíclica que o governo da república francesa mandou distribuí-la a todos os funcionários dependentes do então ministério das Obras Públicas ; universidades houve na Europa e na América que abriram cursos especiais para

a sua explicação; em vários países criaram-se as *Semanas Sociais* — verdadeiras universidades — onde a Encíclica tem sido e continua a ser estudada, sendo abordados, à luz dos seus ensinamentos, quâsi todos os problemas sociais modernos; a legislação social, a favor dos operários, nos povos civilizados tem se inspirado nos *remédios nela aconselhados e por tôda a parte votados a um merecido esquecimento*; um govêrno católico da Bélgica cria, em 25 de Maio de 1895, o primeiro Ministério do Trabalho, na Europa.

É evidente que se torna impossível uma simples referência às centenas de livros, tratados, revistas, discursos e polémicas que, âcerca da Encíclica, atravessaram o mundo, difundindo por tôda a parte as suas doutrinas, como idéa-fôrça, idéa-luz, mensagem de vida, de justiça e de paz.

Alguns dos nove artigos a que aderiram os Estados signatários do Tratado de Versailles — (I) «O direito de associação para os assalariados» (II) «O pagamento do salário vital», (III) «O descanso semanal de 24 horas, pelo menos, que devia corresponder ao domingo», (IV) «A supressão do trabalho das crianças e a obrigação de limitar o trabalho dos menores», (VI) «O dever de cada Estado organizar um serviço de inspecção para proteger os operários» — estão formulados quâsi em termos idênticos aos da Encíclica. Mas e para que prosseguir?.....

Na cidade de Coimbra e no mesmo meio académico, onde o crítico procurou iludir incautos, produzir

grosso escândalo e tornar-se o *capataz* de uma geração que passou sôbre esta terra, como furação destrutor de crenças sagradas e de instituições tradicionais, aprouve à Providência, fazer surgir alguns anos depois, modesto e pobre inicialmente, como tôdas as suas obras, mas hoje florescente, o C A D C, escola de formação moral e de alta cultura, onde à luz das doutrinas da Encíclica de Leão XIII, *votada por tôda a parte a um merecido esquecimento*, se adestrou e formou uma outra geração que, no alto posto da governação pública e em todos os sectores da vida social, religiosa e política, se consagra, patriôticamente, à imperiosa obra de resgate, de reconstrução e de ressurgimento nacionais.

V

O SOCIALISMO

O alfa e o omega do socialismo é a transformação do capital privado, submetido à lei da concorrência, em capital colectivo único.

Schaeffle

A palavra socialismo tem sido origem de uma grande confusão de idéas que Schadwelf explica, pelas razões seguintes :

- 1) — O apresentar aspectos distintos que permitem considerá-los como outros tantos sistemas ;
- 2) — A variedade de métodos e de processos que emprega e de escolas que o propagam ;
- 3) — A sua íntima relação com idéas e sistemas afins ou com as suas mesmas conseqüências — sindicalismo, anarquismo, comunismo e bolchevismo ;
- 4) — O ter-se apropriado de idéas e conceitos alheios, fazendo passar, como socialista, quando isso

convém à sua propaganda, toda a classe de pessoas; e assim apareceu, lado a lado, S. Paulo e Zaratustra, Platão e S. Tomás de Aquino, Jesus Cristo e Tolstoi;

5) — O ter provocado, excitando o sentimentalismo, fortes correntes, em que a paixão se sobrepõe à serenidade e os seus defensores, são movidos, não por um ideal, mas por um afã de conquista ou por instinto de vingança.

Não é fácil, por isso, expôr ou determinar, em poucas páginas e com precisão e clareza, a sua doutrina.

Para Pierre Leroux, o primeiro que empregou a palavra socialismo ⁽¹⁾ e para o próprio Lacordaire *socialismo* significava o oposto a *individualismo*; por tanto, *social* e *socialista* eram termos equivalentes.

Depois a palavra, consagrada pelo uso, entrou em voga, embora se lhe atribuissem os mais variados conceitos.

Assim é que para uns, socialismo — «é todo o sistema que se ocupa de reformas económicas e que oferece um plano de organização social» — ou «toda a concepção económica que pretende modificar, em proveito da classe operária, as relações que existem actualmente entre o capital e o trabalho e quer pôr termo ao regime da propriedade individual e da exploração patronal pela socialização das matérias primas e de seus produtos.»

⁽¹⁾ Na sua obra *Essai sur l'égalité* (1837).

Para outros, socialismo — «é um conjunto de aspirações e de teorias que procura estabelecer entre todos os homens, por diversos meios de coacção legal, a maior igualdade possível de riqueza ou de miséria» ou «a nacionalização por parte do Estado dos meios de produção, administração e distribuição da riqueza» ou ainda «a acção internacional do proletariado, trabalhando para a sua emancipação material pela expropriação do capitalismo.»

Se as definições se tem multiplicado quasi indefinidamente, o socialismo encerra hoje um conceito mais concreto: é uma escola económica, uma doutrina acerca do problema social — suas causas e remédios.

Todavia persistem ainda nêles, matizes, e diversos pontos de vista que tornam difficil, um conceito claro e preciso. Mas abstraindo dêsses matizes — elementos mutáveis do sistema e características nacionais e mesmo locais — encontramos em frente de dois traços fundamentais que constituem a sua essência: — a substituição da *propriedade particular pela propriedade colectiva* e conseqüentemente a *atribuição ao Estado ou à colectividade da máxima intervenção na ordem económica, principalmente na produção e distribuição da riqueza.*

É costume apontar Platão (*a República*), Tomás More (*a Utopia*) Campanella (*a Cidade do Sol*) como precursores do socialismo; mas pouca ou nenhuma influencia exerceram fóra do campo das letras, os seus devaneios filosóficos ou fantasias literárias. Maior influencia tiveram os homens da Re-

volução francesa, sem contudo apresentarem um carácter socialista bem definido. A Revolução não foi socialista mas francamente individualista e burguesa. Condena o socialismo a propriedade individual e a Revolução proclamou-a, como um direito sagrado e inalienável. O próprio Rousseau, que primeiro tinha investido contra a propriedade mais rudemente que qualquer socialista ⁽¹⁾ escrevia depois, num artigo de economia política da Enciclopédia, *que o direito de propriedade é o mais sagrado de todos os direitos do cidadão*. O socialismo promove a união ou a associação das classes trabalhadoras, como meio adequado à sua defesa, a Revolução caminha contra as corporações e dissolve-as. Mas se a Revolução não foi socialista, foram-no muitos dos seus mais violentos corifeus: Mably, Brissot, Saint-Just, Aulard e Baboeuf que se apresentou, como o messias de uma república, que tivesse como base—a comunidade dos bens.

Durante todo o século XIX, o socialismo, graças aos múltiplos esforços de numerosos escritores e ao trabalho dos vulgarizadores e propagandistas, que aproveitam e exploram os crescentes abusos da economia capitalista, constitue-se em corpo de doutrinas e arrasta as massas populares da Europa e da América.

⁽¹⁾ Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens.

No entanto, com a obra *O Capital* de Karl-Marx — o homem que mais nefasta influência exerceu sobre as classes trabalhadoras — aparece classificado de científico e, nesta sua forma moderna, — o marxismo relega, para segundo plano, todas as demais correntes e escolas.

Consequência e ao mesmo tempo reacção contra o liberalismo económico — também a reacção química é efeito e consequência dos elementos que a provocam — o socialismo, qualquer que seja a tática política dos chefes, na sua essência, implica os seguintes princípios fundamentais :

1 — *A substituição da propriedade particular pela propriedade colectiva.*

Todos os socialistas são unânimes em considerar o regime da propriedade particular e o do salário, sua consequência, como causas fundamentais das desigualdades e das injustiças sociais. É necessário portanto que à propriedade individual, incluindo os meios de produção, suceda a propriedade colectiva. «Todo o socialismo aspira a fundar uma ordem social, como o indica a etimologia da palavra socialismo, derivada do latim *socius* (companheiro) na qual a actividade comum esteja ao serviço do bem comum por uma propriedade comum.» ⁽¹⁾

2 — *A luta de classes.* Para suprimir a propriedade individual é necessário uma revolução e é a

⁽¹⁾ Henri de Man. *L'Idée socialiste.*

luta de classes — nascida dos abusos do capitalismo que concentra cada vez mais as riquezas nas mãos de alguns privilegiados e deixa o povo a braços com a miséria — que prepara e conduz à revolução. «A luta de classes, diz ainda Henri de Man, teve origem num duplo sentimento de exploração que provém do desequilíbrio entre as necessidades crescentes do operário e a satisfação das suas necessidades e do sentimento de opressão, que vem da substituição da alegria e do orgulho do trabalho antigo, pelo receio deprimente do desemprego ou do salário de fome. Esta luta que se opõe à hegemonia de uma classe dirigente, supõe o dogma da igualdade completa entre todos os homens. Quando esta luta vitoriosa suprimir os capitalistas, não haverá senão uma classe — a dos trabalhadores.»

3 — *A abolição de fronteiras e a negação da pátria.*

A pátria, como outras instituições, é, para o socialismo, uma coisa do passado, uma peça de museu.

A finança com a grande indústria dos canhões e de armas de guerra, com os seus consórcios rivais exploradores da riqueza do globo, divide artificialmente a terra em pátrias que a guerra lança umas contra as outras periodicamente.

«Os trabalhadores consideram que as fronteiras geográficas são modificáveis segundo o capricho dos proprietários e não reconhecem senão as fronteiras económicas, separando as duas classes inimigas: a classe operária e a classe capitalista.» (*Congresso*

de Marselha 1908). No dia em que tiverem decapitado o capitalismo, terão realizado a unificação das pátrias; abatidas as fronteiras geográficas jámais haverá guerra entre os povos. Com as fronteiras desaparece necessariamente a chaga do militarismo. É para as defender que se inventaram e mantêm os exércitos poderosos que sugam o sangue do povo e constituem uma ameaça permanente para a liberdade.

E quando já não houver fronteiras, nem nações diferentes e inimigas, nem exércitos nem soldados, mas homens, sem classes nem distinções, a humanidade terá, afinal, conquistado a paz, a solidariedade, e a felicidade comum.

4 — *O materialismo e o ateísmo.* «O que é o homem?» pergunta e responde Jules Guerde ⁽¹⁾: «O homem é o último termo na série animal. Tem, como todos os outros animais, necessidades que tende a satisfazer cada vez mais completamente e fórmulas que, para a satisfação mais completa das suas necessidades, tende a desenvolver. Qual o fim do homem? A felicidade que consiste para todo o ser organizado e por consequência para o homem, na satisfação cada vez mais completa da integridade das suas necessidades.» É óbvio que todas estas necessidades são meramente materiais; o homem, último termo na escala zoológica, é apenas um animal aperfeiçoado, destituído de alma espiritual, livre e imortal. Para o so-

(1) *Essai de catechisme socialiste.*

cialismo, Deus é o Estado, o fim último do homem o paraíso sobre a terra, o Decálogo, os direitos do homem, o culto social, a produção e a religião o ópio do povo.

5 — *A supressão da família e o amor livre.* Como a família, é a célula da sociedade, o socialismo ao pretender reformar a sociedade, logicamente procura transformar a família.

«Como a religião, a propriedade e a cidade — escreve Benoit Malon — como o Estado e todas as instituições sociais das civilizações humanas, a família está submetida às leis da evolução universal e depende das outras realizações sociais. Diz-se com razão: tal sociedade, tal agrupamento familiar, por consequência a nova sociedade, família organizada sobre novas bases». As novas bases da família no regime socialista são a igualdade absoluta entre os dois sexos e a união livre. No casamento, como fora dele, homem e mulher, encontrar-se-ão, no mesmo plano de igualdade — os mesmos direitos civis, políticos e conjugais.

O casamento religioso ou simplesmente o casamento civil mas indissolúvel, mentiras convencionais da civilização em que assenta a família burguesa cede o lugar, no socialismo, ao amor livre.

«A mulher é senhora do seu coração; partilha-o com quem quere. Se umas relações deixam de lhe agradar, como é livre, pode interrompê-las e oferecer a outrém o seu afecto.» (*Bebel*)

O socialismo, como se vê, não é apenas uma reac-

ção contra os erros do liberalismo económico, nem se limita a corrigir os abusos do capitalismo; entra nos domínios da utopia, quando pretende subverter os pilares em que se firma a sociedade e a civilização — a propriedade, e a família, a pátria e a religião. ⁽¹⁾

Se o socialismo alcançasse substituir a propriedade individual pela colectiva, o Estado por uma burocracia proletária, a religião pelo naturalismo materialista, a família pela união livre e a pátria pelo internacionalismo, tal revolução, deixaria o trabalho sem estímulo e incitamento, a sociedade converter-se-ia em vasta associação de preguiçosos, o comércio pararia, a indústria mobilizar-se-ia, na rotina; criar-se-ia um Estado — sorvedouro de todas as riquezas e servido por uma clientela sem moral, nem sanção nem escrúpulos; sem religião e sem Deus desapareceriam todos os valores espirituais — a liberdade, a moral, a virtude, o heroísmo, o homem ficaria entregue a todos os impulsos ruins da natureza; a união livre faria da mulher simples instrumento de prazer, utilizado temporariamente e rejeitado depois, sem ou com comum acôrdo, rebaixando os seres humanos ao

⁽¹⁾ Na *Civilização e Comunismo*, segundo volume da colecção «*Cultura Social e Religiosa*», encontra-se uma larga e documentada crítica aos princípios basilares do socialismo, nos capítulos — *A propriedade* — *A luta de classes* — *A família e a mulher* — *A Escola e a educação* — *O Ateísmo e o Pan-ateísmo*.

plano dos irracionais; abatidas as fronteiras, a humanidade assemelhar-se-ia a uma imensa aglomeração de átomos, mecanicamente impulsionados por um motor central, erguido à função de Produtor Universal e de distribuidor universal; e as classes trabalhadoras, desta sorte, redimidas e emancipadas, sofreriam, na miséria, no abandono, no desprezo e na servidão, o jugo mais duro e deshumano que a história tem registado.

VI

CATOLICISMO SOCIAL E SOCIALISMO

Não há um Socialismo cristão nem um Catolicismo socialista. O socialismo não merece esse excesso de honra nem o Catolicismo, esse labeu.

Conde de Verspeyen

O histórico discurso de Keteller em que proclamou *que foi do falso conceito de propriedade que nasceu a falsa teoria do comunismo*, a intervenção directa do cardinal Manning, a favor das reclamações dos operários, na célebre greve nas docas do porto de Londres, a condenação solene do liberalismo económico por Leão XIII na sua encíclica sobre *A condição dos operários*, factos interpretados levianamente, o conhecimento superficial das grandes linhas da doutrina social da Igreja e as críticas aceradas de alguns escritores ca-

tólicos ao regime capitalista, tudo isto gerou uma lamentável confusão de idéas, donde nasceu, em certas camadas, o equívoco que identifica ou descobre pontos de convergências entre a doutrina social do Catolicismo e o Socialismo.

Este equívoco não é inteiramente injustificável, se considerarmos, sobretudo, que não há sistema filosófico ou social, por mais absurdo, que não contenha parcelas de verdade, com que ilude e sugestiona os espíritos menos prevenidos e menos perspicazes.

O progresso do socialismo, o prestígio que exerce sobre as massas populares, e mesmo em algumas esferas intelectuais, não se explicam tanto, pelo que contém de falso e injusto ou de violento e quimérico — «o erro puro não tem acesso no espírito humano» (*Liberatore*) — como pelo vago sentimentalismo que aparenta, quando se propõe defender os fracos contra a opressão dos fortes e pela crítica aos abusos da propriedade e do capitalismo e às desigualdades sociais que, sendo umas vezes, fruto do trabalho, recompensa do mérito, são, também muitas outras, apanágio da preguiça e presa do vício.

Portanto, quando o socialismo aponta os erros da economia liberal e traça um quadro realista e verdadeiro das misérias e das iniquidades da sociedade, pondo em relêvo, todos os vícios e pontos fracos do regime económico actual: os sofrimentos do operariado, os abusos do capital, a cupidêz dos ricos, as desigualdades das classes, as rivalidades de interesses, a onipotência do dinheiro e o esmagamento dos

humildes — encontra no seu caminho o impulso do Catolicismo social que condena o conceito pagão da propriedade, a ditadura do dinheiro, que reclama do Estado leis que protejam o trabalho e que prepara uma nova ordem social em que imperem a justiça e a caridade.

Mas até neste campo — domínio da crítica aos erros e vícios do capitalismo — em que o Catolicismo e o Socialismo parecem caminhar unidos, é manifesta e radical a divergência.

A doutrina negativa do socialismo parte de um princípio falso, a saber: que o estado social que gerou tantos excessos e injustiças, é essencialmente mau; pensar em reformá-lo, pura utopia ou tentar o impossível; a paz e a justiça nunca serão possíveis, no mundo do trabalho, enquanto na sociedade predominar o sistema capitalista.

Este regime, afirma, deve conduzir fatalmente a sociedade, de crise em crise, à catástrofe em que sucumba debaixo das ruínas que tem lavrado. Se para uns, os moderados, deve esperar-se o dia em que o domínio capitalista morra de *morte natural*, vítima dos próprios erros e excessos, para os revolucionários, impõe-se a revolução violenta e indignada. Todos estão porém de acôrdo em proclamar a falência do actual regime económico e em visionar, como necessário e próximo, o advento do socialismo, isto é, a organização colectivista ou comunista da sociedade, qualquer que seja a forma por que se realise.

O catolicismo, se não exagera, também não oculta

as responsabilidades e os malefícios do regime capitalista, mas recusa-se a considerá-lo como intrinsecamente mau.

O capitalismo, salvo os abusos sempre possíveis e infelizmente freqüentes, é um regime económico e social legítimo, quando os dois factores, essencialmente diferentes, Capital e Trabalho, orientados pela Lei Moral, contribuem para actividade, crescimento e expansão da riqueza.

O mundo, deve-lhe, incontestavelmente, grandes transformações, progressos materiais admiráveis, uma melhoria de conforto e de bem-estar que a vida das gerações passadas desconhecera e de que, participam, em parte, os humildes e os trabalhadores.

Se o capital, algumas vezes é ilegítimo na sua origem — fruto do roubo, da injustiça e da fraude, também, seja qual fôr a forma que revista é perfeitamente legítimo — fruto da economia, produto do trabalho.

Não é por consequência menos legítima, a sua justa remuneração quando participa do produto de um trabalho, que sem o capital ou não seria possível ou ficaria estéril.

O Catolicismo social condenando os erros e combatendo os vícios da economia capitalista: a primazia do lucro e do dinheiro sobre as exigências espirituais do homem, o desenvolvimento desordenado e anárquico da produção, devido às leis da livre oferta e procura e da concorrência, o desprezo da verdadeira natureza do trabalho e dos princípios mais elementa-

res da justiça — procura reconduzir a economia ao seu objectivo verdadeiro que é servir as necessidades do homem — indivíduo e sociedade — que não são apenas de ordem material e não os interesses do dinheiro ou de uma casta; não sonha, como o socialismo, subverter o existente mas reformá-lo «colocando a vida económica sob a lei de um princípio director justo e eficaz, pela criação de uma ordem jurídica e social que informe, em certo modo, toda a sociedade».

Se do *domínio exclusivo da crítica* — onde erradamente se quer descobrir pontos de convergência entre o Catolicismo social e o Socialismo — passamos a examinar, ainda que superficialmente, os *métodos* e as *doutrinas*, imediatamente se reconhece que entre um e outro existe verdadeiro antagonismo.

O socialismo, preconiza como meio ou método, o ódio de classes ou melhor a luta de classes; excita sistematicamente, na consciência das massas trabalhadoras, as paixões violentas — a cólera libertadora, o ódio fecundo e criador.

Ao Catolicismo social repugnam os métodos violentos; a sua doutrina é uma doutrina de paz e de amor. «A paz seja convosco», «amai-vos uns aos outros» são fórmulas do Evangelho que os verdadeiros discípulos de Cristo — os que se não limitam à prática de ritos tradicionais — procuram traduzir na sua própria vida e na vida social.

O Catolicismo social não se propaga, nem conquista as massas, prêgando a guerra ou a luta de classes, mas a paz entre os homens, entre os agrupa-

mentos sociais, entre os habitantes dum país, entre as nações e as raças — ideal que compreende, o que muitos *pacifistas* modernos esquecem, a paz entre as classes sociais.

O socialismo em vez do amor e da paz preconiza a vingança, incita ao ódio; se fala, por vezes, de fraternidade, é para substituir à fraternidade cristã — que é o amor entre os filhos da mesma pátria, entre todos os homens, filhos do mesmo Deus — a fraternidade proletária.

O sentimento da fraternidade cristã abraça todos os nossos semelhantes qualquer que seja a sua religião, a sua política, a sua pátria e a sua raça; pelo contrário, o sentimento da fraternidade socialista ou melhor da solidariedade proletária pode estender-se a um grande número de homens mas cava um fôssô profundo, levanta uma forte barreira entre os proletários e os outros homens; é egoísta e estreito; compreende apenas os amigos, os camaradas; e para os que não são proletários, para os que se não fiam nas promessas do socialismo e combatem os seus métodos e doutrinas, a luta, o ódio e a guerra de extermínio.

O antagonismo entre o Catolicismo social e o Socialismo, não se manifesta sômente na diferença de método de propaganda ou de tática que cada um emprega, encontra-se sobretudo nas suas doutrinas.

O socialismo arroga-se uma concepção totalitária da vida e do destino do homem — tem uma filosofia que domina tãda a sua doutrina económica e que

está em oposição fundamental com a doutrina do Catolicismo.

«O socialismo — escrevia Audler — é uma nova maneira de ver os destinos da civilização, um novo conceito do sentido e do valor da vida humana e de tãda a vida individual na humanidade».

O Catolicismo convida o homem e os povos a erguer os olhos da terra e a colocar as suas esperanças acima do que passa e é contingente; aponta-lhe como destino supremo — o paraíso, no céu.

O socialismo materialista e ateu, nega a espiritualidade e a imortalidade da alma, Deus e a vida eterna e dirige os olhos e o pensamento do homem para a matéria, prometendo-lhe, como supremo fim, — o paraíso, na terra.

A idéa fundamental da sua propaganda, é arrancar-lhe tãda a crença em Deus e na vida futura, persuadindo os homens de que tãdas as suas esperanças e aspirações se realizam com a posse e gôzo dos bens materiais.

Nos catecismos socialistas, espalhados nos grandes centros populares, encontra-se a seguinte pergunta: *Há um paraíso?*

E responde-se por estas palavras: *Sim e não: um paraíso sôbre a terra, sim; um paraíso, no céu, não.*

Pode pois dizer-se que o socialismo é uma espécie de religião que pretende substituir tãda a religião, ou melhor que é uma anti-religião cuja doutrina se encontra em oposição com a essência do Catolicismo.

Tôdas aquelas esperanças que transcendem o mundo visível, tôdas as aspirações que o oiro e o prazer material não satisfazem, para o socialismo, não passam de ilusões infantis. A vida e o pensamento do homem enclausurado assim nos estreitos horizontes da existência sensível, aspiram a suprimir todos os sofrimentos, tôdas as privações e tôdas as desigualdades e acabarão por estabelecer na terra, o seu paraíso.

O Catolicismo que conhece melhor que ninguém a natureza do homem, as suas aspirações e as condições da sua existência presente, proclama que, de todos os paraísos que o coração do homem faminto do infinito tem sonhado, não há nenhum mais perigoso e mais quimérico do que o paraíso, prometido falazmente pelo socialismo.

Pode e deve o homem multiplicar e distribuir a riqueza, intensificar o progresso material e moral, dominar as forças cegas da natureza, introduzir na sociedade o amor e a justiça, a paz e o bem estar, o saber e a felicidade, aos esforços das gerações passadas juntar o das gerações vindouras, chegar a diminuir os males que o afligem, melhorar as condições materiais e morais da sua existência, de facto assim tem sucedido, nunca conseguirá, porém, libertar-se totalmente dos males que o acompanham, do berço ao túmulo, emancipar-se das doenças e das paixões, dos remorsos, da velhice e da morte.

Ainda que a ciência tivesse triunfado de tôdas as doenças, rejuvenescesse a velhice e prolongasse a

existência do homem comunicando-lhe novas energias, suprimisse as dores da agonia e tornasse, por uma espécie de *eutanasia*, a morte agradável, ficariam sempre as dores morais, os sofrimentos do coração, as angústias da consciência, as dúvidas da inteligência e nunca a terra deixaria de ser e de se chamar, com tôda a propriedade — *um vale de lágrimas*.

Embalar a humanidade na esperança de um paraíso, próximo ou longínquo, sobre a terra, contrariar ou preverter as suas mais profundas aspirações a uma vida nova, num mundo futuro, melhor e superior a este, que a própria ciência descobre, ao nosso pensamento, com o infinito do espaço e da eternidade, não é contribuir para a felicidade do homem, mas empobrecer a sua vida ou melhor mutilar o próprio homem.

É sobretudo aqui que se mostra, a plena luz, a irredutibilidade essencial entre o Catolicismo e o Socialismo.

Para o Catolicismo o sonho do paraíso socialista é utopia perigosa.

«As calamidades que caíram sobre o homem na terra, não terão fim nem trêgua, porque são amargos, ásperos e acerbos os frutos do pecado e eles acompanham o homem até ao último suspiro. A dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade e os homens poderão fazer tudo, tentar tudo para os eliminar, não o conseguirão nunca, quaisquer que sejam as forças e os recursos que empreguem. Se há quem

se atribua tal poder e prometa ao pobre, uma vida isenta de sofrimentos e de fadigas, tôda feita de repouso e de gôzas perpétuos, êsses enganam o povo». (Leão XIII *Rerum Novarum*)

Utópico e falso o Socialismo que desconhece leis e factos indestrutíveis; e perigoso porque, prometendo aos homens o que não passa de quimera, exaspera os seus instintos e consegue apenas precipitá-los em aventuras onde encontrarão menor bem-estar e maior miséria.

Mas desconheceria o Catolicismo, quem o apresentasse como desinteressando-se inteiramente das condições materiais da vida presente.

O destino do homem é *uno* e o Catolicismo abrange-o numa doutrina de vida integral que compreende um duplo aspecto: o *tempo* onde a vida começa e se prepara e a *eternidade* onde a vida se aperfeiçoa, desenvolve e atinge a sua plenitude.

O Catolicismo segue tôda a vida do homem; a *resignação* que lhe aconselha perante o *inevitável* não é fatalismo muçulmano que se acomoda a todos os males e misérias, antes importa energias a uma *acção incessante* para combater o mal e seus abusos e para terminar com a *miséria imerecida*; não se deixa absorver pelo cuidado das almas, a ponto de desprezar ou esquecer as condições materiais em que o homem vive.

Concluindo: — «Se o socialismo, como todos os erros, contém uma parte de verdade, não é menos certo que assenta sôbre uma teoria da sociedade que

lhe é própria e inconciliável com o cristianismo autêntico. Socialismo religioso, socialismo cristão são contradições; ninguém pode ser, ao mesmo tempo, bom católico e verdadeiro socialista.» (Pio XI *Quadragesimo anno*).

VII

AS NOSSAS RESPONSABILIDADES

A massa dos católicos ignora a encíclica Rerum Novarum ou vela a face diante do ensino de um papa que lhe parece revolucionário.

Mgr. de Solages

DURANTE o século XIX e primeiros lustros do século XX, nos países cristãos da Europa, tôdas as divisões que existiam entre os católicos, parece que não tinham outra causa senão a questão política.

As outras questões consideravam-se como inexistentes ou apenas como conseqüências desta.

Já por êsse tempo, ia para um século, que o desenvolvimento das ciências, das indústrias e do comércio tinha transformado as condições exteriores da vida social; um esforço prodigioso tinha multiplicado o luxo, o bem estar e as facilidades da existência.

À margem porém destas e de outras melhorias ficava, infelizmente uma numerosa classe de homens; o progresso material, oferecia-nos o espectáculo sombrio dos fracos e dos doentes, dos velhos e das crianças, prestes a serem devorados pela miséria e o quadro sinistro de homens robustos, lutadores, dotados de braços vigorosos e de energias físicas inexgotáveis para o trabalho — ganha-pão de cada dia — mas explorados por uma economia sem coração ou votados ao desemprego, arrastando, entre privações, desespêros e revoltas, uma existência precária.

O mundo encontra-se então diante de um enigma; começa a compreender que há um problema que domina o problema político e de cuja solução depende o futuro da sociedade.

A questão política que tanto apaixonara e dividira, dominada pelo problema económico, passa a segundo plano, diante da grave e complexa questão social que põe em jogo o futuro da sociedade e o futuro da Igreja.

A Igreja intervém claramente, oficialmente; a questão social não é simplesmente um problema de organização económica é também uma questão religiosa. Leão XIII publica a notável encíclica *Rerum Novarum*, tódá consagrada ao estudo do problema. «Neste momento, diz, não há questão que mais atormente o espirito humano... São necessárias medidas prontas e eficazes para ajudar os homens das classes inferiores que vivem numa situação de infortúnio e de miséria imerecida... Que cada um se meta

ao trabalho, e, isto, sem demora, com o receio de que, deferindo o remédio, o mal já grave se torne incurável».

Leão XIII repete o apêlo, em palavras cada vez mais imperiosas: — «Sim, a situação reclama-o e reclama-o urgentemente; necessitamos de corações intrépidos e de forças compactas... O futuro da religião e da sociedade está em jogo. Salvar a honra de uma e outra é dever de todos os homens de bem». (En. *Graves de Communi* de 18 de Janeiro de 1901).

Os seus sucessores, Pio X, Bento XV e Pio XI, não tem outra linguagem, demonstrando o acôrdo mais perfeito com os actos e as palavras de Leão XIII ⁽¹⁾.

A estas directivas tão precisas, tão claras e reiteradas, os católicos, de uma maneira geral, responderam com a sua desobediência, atitude esta que Jacques Maritain definiu numa expressão lapidar: *omissão deste dever essencial e uma tremenda desatenção às prescrições de Leão XIII*.

Esta *desatenção*, traduziu-se aqui e ali, em várias fórmulas — outros tantos pretextos, para disfarçar egoísmos e justificar a inércia ou a inacção.

⁽¹⁾ Os escritos oficiais da Igreja, relativos à questão social, desde a encíclica *Rerum Novarum* até à *Quadragesimo Anno*, formam um grande volume de 350 págs. com 1.750 documentos: *La Hierarchie catholique et le problème social*. (Spes, 1931).

E assim é que se começou a repetir: é necessário recrystianizar o povo e realizar a conquista para o Evangelho dos novos bárbaros; só a Igreja dispõe de uma doutrina que leve os operários a suportar com paciência, as privações da vida presente, garantindo-lhes a felicidade na outra.

E quantos, não julgavam, com estas palavras infecundas e falhas de sinceridade, ter alijado as suas responsabilidades e cumprido o seu dever? De facto as massas populares perderam a fé, mas falar-lhes de vida sobrenatural, pregar-lhes o Evangelho, emquanto a sua condição material não fôsse melhorada, tornava-se uma futilidade. (*Mons. Ireland*). Os que, por egoísmo ou por fé estéril, pregam aos pobres a resignação, antes de diminuir ou fazer cessar os seus sofrimentos, os que lhes inculcam a submissão, antes de começar por suprimir os abusos dos grandes e atenuar, ao menos, as injustiças sociais, tem concorrido, talvez contra o próprio sentir, para que o operariado se mantenha afastado da religião e numa atitude hostil para com a Igreja.

Para vencer o cepticismo ou hostilidade do povo não basta dizer-lhe que o Cristianismo dignificou o trabalho e torna a vida do trabalhador mais tolerável, que há uma vida futura onde se reparam as injustiças sociais, que o social-comunismo trás consigo a ruína e a opressão do operário, que só a doutrina social da Igreja resolve a questão social. O povo não ouve já estas palavras e se alguma vez as escuta, não acredita nelas. Era portanto mister demonstrar-

-lhe por acções, uma e miúdas vezes, que o Cristianismo pode concorrer, pela sua doutrina, e eficazmente e não de uma maneira platónica, para a solução do conflito, mas ocupando-nos das suas necessidades materiais, fazendo nossas as suas justas reclamações, procurando, por todos os meios legítimos, reparar as injustiças e obstar aos abusos dos grandes e dos poderosos. Era a esta obra ou acção que Leão XIII se referia, quando em 1891 lançava um apêlo aos católicos para a solução prática da questão social, segundo os princípios cristãos.

Muitos porém simplificaram estes princípios reduzindo-os, apenas a dois: *resignação cristã* por parte do operário e a *caridade* exercida pelo patrão. Multiplicaram as instituições de beneficência e de caridade; a *Conferência de S. Vicente de Paulo*, viu engrossar os seus quadros e alargar, por todo o mundo, a sua acção bemfazeja.

Os beneméritos *vicentinos* que visitam as mansardas do pobre, deixando nelas a palavra que conforta, a esmola que mata a fome, a roupa que abriga e o jornal que esclarece e instrui, são o escol e a flor da caridade cristã, no seio de um mundo materializado e egoísta, tão ébrio de lucro e de prazer que nem dá pela multidão de Lázarus, a quem os cães, à porta dos ricos, vêem lambe as chagas da miséria.

Mas «a caridade para ser autenticamente verdadeira deve sempre ter em conta a justiça. Uma pretendida caridade, que priva o operário do salário a que tem direito nada tem de caridade, não

passa de *um título falso, um simulacro de caridade*. O operário não deve receber a título de esmola o que lhe pertence por justiça. A caridade e a justiça impõem deveres, muitas vezes em relação ao mesmo objecto, mas sob um aspecto diferente». (*Pio XI*). «Antes de todos os deveres é necessário colocar os que derivam da justiça». (*Leão XIII*). A *Conferência de S. Vicente de Paulo* e todas as *Obras de misericórdia* matam a fome a muitos infelizes, cobrem a nudez a muitos desgraçados, suprem muitas privações, quebram o ímpeto de muitas revoltas interiores, mas porque não é da sua natureza, atingir a raiz e as causas de todos estes males, aplanam o caminho, mas não resolvem o conflito; e os católicos que limitam a sua acção ao exercício da caridade, julgando ter cumprido todo o seu dever, omitem o dever essencial, não obedecem à Igreja e continuam desatentos às prescrições dos Pontífices.

É que a questão social não é uma questão de beneficência ou de caridade; o trabalhador não quer viver de esmola, quer ganhar a vida com o seu trabalho (*Kolb*).

Um episódio da vida de Henry Lorin, bem significativo, marca o descrédito, que a virtude da caridade goza nos meios operários, por culpa dos que consideram a esmola, instrumento de domínio ou o que é freqüente, como equivalente menos custoso da justiça. Um confrade vicentino visitava regularmente uma casa pobre onde topava sempre com a hostilidade do chefe de família. Um dia, não sem vencer certa

relutância quis saber o estranho motivo de tal atitude. O homem respondeu-lhe: «Eu não vos amo nem vos devo nenhum reconhecimento, porque o que eu quero não é esmola mas trabalho, um trabalho que me faça viver a mim e aos meus».

Este homem traduzia a mentalidade dos trabalhadores e o seu legítimo orgulho. Não pedia caridade mas justiça, uma justiça mais perfeita. Este facto, ilustrando as verdades que temos enunciado, introduz-nos no coração da desinteligência que separou operários e burgueses, que exasperou a crise social, e, em parte, a crise religiosa. Temos gasto muito dinheiro, prodigalizado muitos esforços, mas em pura perda ou pelo menos sem resultados em proporção com o dinheiro e os esforços empregados, porque nos temos ocupado do povo, mas de uma maneira que ele não espera nem quer, o que equivale quasi a não nos ocuparmos d'ele.

E ao pretender conquistá-lo, e merecer, ao menos, o seu reconhecimento, encontramos-nos em frente de uma falta de reconhecimento que não significa propriamente ingratidão da sua parte, pois que não nos tendo pedido o que lhe dávamos, não o reconhecia.

Dar ao operário, médico e remédios, pão e vestuário, asilos e hospitais — é *obra de caridade*. Mas ele pede o que lhe é devido e o que lhe é devido é aquilo que necessita para viver *como homem* ele e os seus — trabalho e justo salário; e isto é *obra de justiça*.

Uma ordem social, escreveu-se e com razão, onde reine a caridade e a justiça esteja ausente, é a paródia de uma ordem social cristã.

Leão XIII, ao assinalar os males que peçam sobre os pobres, não os aponta como misérias fatais, mas como injustiças, por isso não recomenda paliativos que as atenuem exige simplesmente que sejam suprimidas. «A encíclica *Rerum Novarum* não é um simples convite à esmola, estabelece os fundamentos, traça as linhas primordiais de um *direito operário*, fundado sobre princípios cristãos. (Leon Gregoire).

Os católicos não desatenderam apenas as prescrições das Encíclicas, desprezaram-nas e alguns contrariaram-nas. Nesta atitude se encontra uma das causas mais profundas da apostasia do povo. Os operários abandonaram a religião que os burgueses invocavam para salvaguarda de uma ordem estabelecida, que julgavam invariável e intangível; abandonaram-na, como organização, da qual, não só nada tinham a esperar mas, porque — julgando a Igreja pela atitude dos católicos — se erguia forte na sua onipotência, como dique irresistível, às suas reivindicações; consideram o Catolicismo, a religião de uma classe que deve desaparecer com a classe que a professa, ou como adversário, inimigo das suas aspirações, ou, na melhor das hipóteses, como realmente estranha à vida social.

Com quanta razão pois, se queixava Pio XI (Enc. *Ubi Arcano*) no primeiro ano do seu pontificado, com palavras emocionantes, daqueles católicos

que «nas suas palavras, nos seus escritos e em toda a sua vida prática, se comportam como se os ensinamentos e as ordens tantas vezes promulgados pelos Soberanos Pontífices, sobretudo por Leão XIII, Pio X e Bento XV, tivessem perdido a sua primitiva autoridade ou se encontrassem inteiramente caducos. Há aqui a assinalar, continua, uma espécie de modernismo moral, jurídico e social; e nós o reprovamos, tão enérgicamente, como o modernismo dogmático».

Esta desobediência ou oposição dos católicos não passou despercebida nos meios revolucionários (1).

Um dia em que o padre e deputado Desgranges

(1) Não se pretende fazer a história do movimento social católico que se intensificou com a publicação da «*Rerum Novarum*». Deve porém notar-se, embora de passagem, que em quasi todos os países — nomeadamente na Bélgica, na Alemanha e em França — appareceu uma elite de homens — atenta à voz da Igreja e que no livro, na revista e no jornal, na cátedra e no parlamento, quer por meio das *Semanas Sociais* quer por meio de organizações operárias de toda a espécie, applicou os princípios da encíclica. Que belos frutos, não se teriam obtido se todo o clero e todos os católicos, seguissem o seu exemplo. Portugal, infelizmente, foi dos países da Europa, onde a voz de Leão XIII encontrou menor eco. A parte um grupo muito diminuto e sem coesão, aliás incompreendido ou hostilizado, que se votara à causa dos operários, à organização de alguns *Círculos Satólicos de Operários* de vida efêmera e de influência quasi nula nos meios operários, algumas brochuras, artigos de revista, um hebdomadário popular, uns Congressos de *Agremiações Operárias* de que os operários estavam ausentes, a desatenção, a ignorância, a indiferença, peor que a opposição.

defendia, com uma peculiar eloquência, a doutrina social da Igreja, ouvia do deputado comunista Rapoport esta réplica fulminante:— *Não são as encíclicas que nós reprovamos, mas o desprezo que vós fazeis delas.*

As mesmas palavras ou semelhantes ouvira dos radicais, Alberto de Mun, quando advogava a causa dos humildes: *Deveis dizer isso aos vossos amigos;* e como em Janeiro de 1929 o deputado Arnould citando umas passagens da encíclica entre os aplausos da câmara, dissesse: — *Tendes razão, senhores, em aplaudir uma das mais belas páginas de Leão XIII*— era interrompido pelo socialista Vicente Auriol com este à-parte sangrento — *Só vos falta fazer a aplicação dêsses princípios.*

—«E que pensar das manobras de alguns patrões católicos que, em certos lugares, conseguiram impedir a leitura da encíclica *Quadragesimo Anno* nas suas igrejas patronais? (pergunta Pio XI). Que dizer dêsses industriais católicos que, até ao presente, não tem deixado de se mostrar hóstis a um movimento operário que nós próprios temos recomendado? Não é deplorável que se tenha, por vezes abusado do direito de propriedade, reconhecido pela Igreja, para frustrar, ao operário, o justo salário, e os direitos que lhe pertencem?» (Enc. *Divini Redemptoris*). Foram estes industriais católicos que, em todos os países, impediram indistintamente que se promulgasse uma legislação que viesse melhorar a condição imerecida das classes trabalhadoras. Opuse-

ram-se sempre, por todos os meios, à legislação do trabalho que rompia com o liberalismo económico, condenado pela Igreja, ao movimento associativo, tão vivamente recomendado e estimulado pelos pontífices, à lei das oito horas de trabalho, à semana inglesa, contradição manifesta ou resistência passiva a todo o movimento operário, sem distinção, a todas as reivindicações quer fôsem legítimas ou não.

Possuidores, como católicos, da verdade, tendo o segredo das leis que asseguram a felicidade e a prosperidade aos indivíduos e às nações, mas fechados no seu estreito *conservantismo*, reaccionários, egoístas e mesquinhos, deixaram aos socialistas e aos revolucionários a iniciativa de muitas leis, inspiradas no Decálogo e na doutrina das Encíclicas.

III

CORPORATIVISMO E SINDICALISMO

- I — «Uma doutrina...»
- II — Regime Corporativo cristão e medieval
- III — Decadência e abolição das Corporações
- IV — O Sindicalismo revolucionário
- V — O Neo-Corporativismo

I

«UMA DOUTRINA...»

...É preciso que peçamos aos princípios eternos do Cristianismo e às tradições históricas da civilização cristã, os remédios práticos.

A. Naudet

NUM estudo, forçadamente ligeiro, sobre o Corporativismo, vem a-propósito recordar algumas verdades que, com serem muito antigas não deixam de ser fundamentais.

Tôda a construção ou organização social que as ignore ou tenha em depreciativa conta, não passa de architectura engenhosa, por vezes, original, mas, de ante-mão, por falta de uma doutrina institucional, votada a ser fermento de futuras perturbações ou condenada ao insucesso, não tendo mais longa duração que a vida curta dos seus artífices.

O regime corporativo, que hoje economistas emi-

nentes e publicistas estudiosos, procuram, em certo modo, desenterrar do sepulcro, onde dorme há mais de um século e adaptá-lo ao condicionalismo da vida moderna, sobreviveu a grandes guerras e a diversas dinastias, regeu, durante séculos, o mundo do trabalho porque tinha uma doutrina que se condensa em verdades, então, indiscutíveis.

I — Deus — A existência de Deus e a sua soberania, são pontos acima de toda a discussão. Deus, Supremo Legislador e Remunerador, do qual depende o homem, a família, a sociedade, a profissão, e em geral, o universo, é a mais popular das verdades; não se discute.

No campo, junto da charrua e do arado, na oficina arrumado aos instrumentos de trabalho, na escola em frente dos livros, na existência tranqüila do lar ou na vida agitada do mundo, o homem ergue os olhos ao céu e mostra-O a seus filhos com um gesto tão simples, como a sua alma.

O pobre estende-lhe a mão confiado, o moribundo invoca-o na hora suprema, o criminoso arrependido implora a sua misericórdia, o perverso teme a sua justiça, o rei oferece-lhe a sua corôa, os exércitos batalham sob o seu comando; se a vitória lhe rende graças, a derrota implora auxílio. Com ele os povos oprimidos erguem-se contra os tiranos, adoram-no, levantam-lhe templos, dirigem-lhe orações, consagram-lhe o berço, o túmulo, a existência.

Na alegria e na hora do infortúnio, nos dias de trabalho e nos dias de repouso, na vida particular e

na vida pública, não há um lugar, um momento, uma ocasião onde não apareça ou não seja invocado como *princípio e fim* de tudo quanto existe.

II — O homem — É o ser criado à imagem e semelhança de Deus e não o animal aperfeiçoado, último anel da escala zoológica, composto de corpo e alma; se bem que mesmo sob o ponto de vista anatômico seja superior a todos os seres vivos, o seu corpo envelhece e decomposto pela morte entra em dissolução, desagrega-se, pulverisa-se, a sua alma, porém, simples e espiritual não pode dissolver-se nem desagregar-se; é imortal.

A morte é para ele o começo de nova vida.

Se é honesto, honrado e respeita a justiça, a autoridade e os bens de outrém; se reprime as paixões e resiste à sede do prazer e do gozo ilegítimo; se disciplina a vontade e a moral tem uma sanção eficaz; se não mente, não rouba, nem se perverte impunemente, é que a sua vida não se confina nos estreitos limites de alguns anos — há uma vida eterna.

Sociedade onde o conceito materialista do homem predomine, a autoridade e a liberdade não passam de palavras vazias de significado; a autoridade avilta-se pelo despotismo ou desaparece pela excessiva tolerância; e a liberdade sucumbe na opressão que a supprime ou na licença que a deshonra.

Sociedade que não crê em Deus, na alma e na vida futura, é sociedade em que os costumes se dissolvem na corrupção, as leis são impotentes quaisquer que sejam as sanções, inúteis as organizações mais

perfeitas, porque os cálculos das paixões e os interesses do egoísmo sofismam tôdas as regras da justiça, esmagam todo o direito e a honra, na frase de Alfredo Vigssy, fica reduzida à última lâmpada acêsa, prestes a extinguir-se, dentro de um templo devastado.

III — O Decálogo — A doutrina da *bondade nativa* do homem é falsa. As suas conseqüências são individual e socialmente nocivas e malfazejas. É esta doutrina que ensina, que o homem não deve aceitar coacção alguma, fundada na distinção entre o bem e o mal, que diz que os homens nascendo *perfeitos* devem todos gozar a mesma categoria social; que impõe a cada um o dever de se revoltar contra as instituições tradicionais que impedem os homens de ser livres e iguais. Dela nasceram os três dogmas da revolução — liberdade absoluta, igualdade universal e direito à revolta.

O princípio oposto — *decadência primitiva do homem* — é o fundamento da verdade religiosa; e também de toda a verdade moral e social.

«Desde as primeiras idades da história, escreve Le Play, a tendência inata para o mal é assinalada no homem, pelos fundadores das grandes raças. Deve ser também e, em primeiro lugar, proclamada pela ciência social, como um traço distintivo da natureza humana.»

Se o homem não nasce bom, abandonado aos fortes impulsos dos apetites da natureza degenerada, não pode realizar o seu destino, cai de degradação

em degradação; é necessário que uma lei o adstrinja ao bem, que obste à prática do mal e o conduza à felicidade.

O *Decálogo* é essa lei — a lei do bem, da paz, da prosperidade, de união entre os homens e do progresso dos povos.

«Os dez preceitos do *Decálogo*, escreve ainda o citado autor, recordam aos homens, em fórmulas simples, compreendidas pelas inteligências mais rudes, a distinção entre o bem e o mal e impõem-se com uma autoridade irresistível. As sociedades progressivas nunca puderam substituir por nada este conjunto de ensinamentos, tão claros e tão precisos; promulgaram, por vezes, leis muito complexas, mas estas nunca foram benfazejas, senão como corolário dos dez mandamentos. Em resumo: a origem da felicidade e da paz encontrou-se sempre no *Decálogo*; desde as primeiras idades da história progridem os povos que se submetem a esta lei suprema, sofrem os que a violam.»

Sem o conhecimento e prática do *Decálogo* nunca seria possível a obediência, o respeito, a autoridade; não há lei nem família, o direito e o dever não têm base, a propriedade e a sociedade não podem subsistir.

IV — A propriedade — O verdadeiro e completo direito de propriedade tanto sobre o homem, como sobre os bens da terra, só pertence ao Criador; o direito do homem, mesmo restricto ao usufruto, só

pode ser exercido segundo a ordem, estabelecida por Deus.

A propriedade, segundo a Bíblia, não passa de um feudo, emprestado pelo Senhor.

É fácil tirar as conseqüências dêstes princípios: o proprietário é responsável perante Deus do uso que faz dos seus bens; não tem o direito de usar dêles, segundo o seu capricho.

S. Tomás de Aquino que estudou com admirável lucidez esta questão, estabelece claramente o direito de propriedade, quando ensina que Deus deu a terra ao género humano, não para ser dominado confusamente, mas para que a indústria e as instituições dos homens lhe marcassem a delimitação comum, em proveito de todos e acrescentava — verdade inteiramente ignorada — que, sob o ponto de vista do uso, as coisas externas são comuns e não privadas, de sorte que se devem reservar também para a satisfação das necessidades de todos os outros.

V — **A família** — A família, primeira sociedade natural, fundamento e base das demais sociedades, manancial de vida para a humanidade, constituiu-se, normalmente, pelo casamento uno e indissolúvel que o arbitrio do homem ou a legislação do Estado conseguem mutilar, mas não podem alterar.

Deus, auctor da vida, escolheu o homem para a transmitir.

Não quiz porém que missão tão nobre ficasse, à mercê dos caprichos, dos prazeres, das paixões; determinou que para a conservação e progresso mate-

rial e moral da sociedade, o homem devia reconhecer e observar uma lei — a da unidade e indissolubilidade.

Ao formar Deus a mulher, refere a Bíblia, o homem deixará seu pai e sua mãe, para se ligar a sua esposa, formando os dois uma só pessoa. Desde o princípio, portanto, a família assim constituída é a célula central, em volta da qual gravita a vida do homem, da tribo, da sociedade, da nação.

Suprimida a família ou mutilada na sua constituição, a humanidade dificilmente se propaga, por meio do amor livre, e o homem e a mulher esquecidos da sua dignidade e das suas responsabilidades, por um retorno à animalidade, tornam-se semelhantes aos brutos; a família, por sua vez, incapaz de realizar a sua alta finalidade — criação e educação dos filhos — perde toda a sua estabilidade, arrastando na sua queda a sociedade de que é base e ali-cerce.

É lei da história, mais convincente que todos os raciocínios, que sempre e em toda a parte, o divórcio precedeu e preparou, acompanhou e precipitou a sociedade, em ruínas irreparáveis.

Quando, em Roma, o divórcio se tornou lei e prática geral, a população decresce, não há filhos nem soldados que a defendam. O império, constituído por lares sem honra e sem energias físicas e morais, tornou-se fácil presa aos bárbaros que espiavam as fronteiras.

No século XVI e na sociedade contemporânea, o

divórcio reaparece, com o lógico e necessário cortejo de malefícios.

E se então, como hoje, não produz estragos tão profundos, como na sociedade pagã, é que, em frente da sua obra de dissolução, encontra ainda, a resistência das virtudes cristãs.

VI—A religião—Laço que prende os homens a Deus e os homens entre si, razão essencial da família e da sociedade, corresponde, pela sua doutrina e preceitos, aos anelos mais fundos da alma humana.

A solução precisa e clara dos grandes e angustiosos problemas da origem, natureza e destino do homem e dos problemas do sofrimento e da morte, não se encontra na ciência nem na filosofia, que se perde no meandro dos mais estranhos e contraditórios sistemas.

A luz da religião que vinda do Alto, deslumbra a inteligência dos filósofos, desconcerta o orgulho dos intelectuais, esclarece todos os mistérios da vida do homem, comunicando-lhe, ao mesmo tempo, a força moral que vigorisa a vontade e que vence todos os instintos que constituem o fundo tenebroso da natureza.

O homem, sem Deus e sem religião pode governar e transformar a terra, mas é impotente para dominar o egoísmo e dominar as paixões ruins que fremem dentro de si; pode escalar as montanhas, tocar as núvens, não consegue atingir os cumes luminosos e tranqüilos da pureza, da virtude, do amor de Deus e do próximo; capaz dos maiores prodígios no domí-

nio vasto da ciência, não alcança jugular a dor ou transfigurá-la, menos ainda, divinisé-la, tornando-a santa, meritória e fecunda; será um sábio, um estadista, um plutocrata, não consegue atravessar a vida, de alma e consciência traqüila, morrer sem remorso, realizar o seu destino eterno. Numa palavra, para o combate do mal, a prática do bem e domínio de si próprio, para estender aos infelizes a mão generosa e amiga, para observar a lei e respeitar a autoridade legítima, para cumprir o dever individual e todo o dever social é necessário erguer os olhos para um Deus, justo, que não deixa sem recompensa um copo de água, dado aos pobres, e sem castigo um mau pensamento—um Deus que tudo vê e tudo sabe, que perscruta os segredos do coração, que julga até qualquer tentativa íntima do mal — um Deus que se fez homem e morreu para resgate dos homens.

Só o bruto é ateu e positivista, vive e morre completamente *emancipado* de preocupações religiosas, realizando, o ideal daqueles que se dizem espíritos fortes

As grandes linhas desta doutrina constituíam o rijo vigamento das antigas corporações medievais; eram a alma que informava o regime corporativo medieval.

Ao calor irradiante desta *mística* foi possível proteger a profissão, regular a produção segundo as necessidades, assegurar um salário suficiente à vida dos operários, tornar menos injustas e clamorosas certas desigualdades sociais; e o povo podia, trabalhando,

sustentar-se, vestir-se, repousar, instalar-se em sua casa, no campo e na cidade, mais tranqüilamente, e em alguns países, mais comodamente, do que hoje.

A-pesar-de tudo isto, é certo que havia desordens e guerras, os abusos, as injustiças e as violências não tinham desaparecido — uma organização social perfeita, dada a degenerescência da natureza humana — nunca passará de utopia — mas a miséria era menor do que hoje e sobretudo, a inveja, o ódio e a revolta não corroíam a alma dos trabalhadores.

O regime corporativo entrou em declínio — muito antes do progresso do maquinismo e das novas condições da vida económica; — no dia em que o vírus da Renascença e da Reforma começou a minar a pujante árvore, à sombra da qual, se tinha organizado o mundo do trabalho.

II

CORPORATIVISMO CRISTÃO E MEDIEVAL

Sobre os pontos fundamentais da ciência social nada há a inventar; o que parece novo é simplesmente o que se tinha esquecido.

Le Play

A Igreja, único poder que sobrevivera à queda do império romano, foi a mestra e educadora dos povos bárbaros; ao cabo de um longo e intenso trabalho de séculos criava um novo mundo a que os historiadores chamam, imprópria-mente, Idade Média, onde floresceram almas das mais belas que a história da humanidade regista e prestimosas e bemfazejas instituições sociais.

Com a sua doutrina e direcção sábia e prudente consegue que os trabalhadores, quasi escravos, conquistem, pouco a pouco, por evolução lenta e contínua, a sua liberdade e agrupando-os por misteres, or-

ganizando o regime corporativo do trabalho, cheguem a ocupar na sociedade feudal, um lugar que lhes assegure a independência, o pão e por vezes, a nobresa, na gerarquia do tempo.

Se a corporação é de tôdas as épocas — corresponde às exigências da natureza do homem — contudo, é nêste período que, sob a influência directa da Igreja, aparece definitivamente em regime.

Não se sabe quando se formaram os primeiros *corpos de misteres*.

Dos registros de práticas, costumes e tradições que as bibliotecas e os arquivos conservam, deduz-se que grande número dêles já existia no século XI, sobretudo em França e em Inglaterra; o regime corporativo só alcançou o seu pleno desenvolvimento e esplendor no século XIII.

I — Gerarquia corporativa — Uma corporação é a reunião de todos os patrões, operários e aprendizes do mesmo mister, trabalhando segundo as regras estabelecidas em comum e sob a vigilância dos jurados por êles eleitos. Na corporação existem pois quatro categorias de indivíduos, fraternalmente unidos, pelo interêsse da profissão, a saber:

1) — *O aprendiz* — Quando nascia um filho, o primeiro cuidado dos pais era levá-lo à Igreja, para ser baptizado; é que para fazer parte da corporação ou aprender um mister, era necessário ser baptizado e nascido de um casamento legítimo.

A aprendizagem cerrava, rigorosamente, as portas aos filhos bastardos. Intolerância medieval —

diz-se-à hoje; mas era esta intolerância, freio para as paixões humanas e garantia de costumes austeros e sadios. O homem antes de se enterrar no lôdo do concubinato, pensava naturalmente que a deshonra que o manchava a êle acompanharia os filhos, por tôda a vida e que lhes preparava futuras e prováveis condições de miséria; tal intolerância era portanto um dique que se erguia ante os impulsos desordenados da natureza, disciplinando-os.

O aprendiz escolhia livremente a sua profissão; a idade para a aprendizagem variava segundo os misteres: os carpinteiros exigiam que os aspirantes tivessem, pelo menos, quinze anos. Havia o contrato de aprendizagem que se assinava diante de dois ou três artistas da profissão ou na presença dos jurados em casa de um notário.

Antes de ser considerado como operário, o aprendiz sujeitava-se a uma espécie de noviciado que durava mais ou menos tempo, segundo as profissões e os costumes de cada país.

Tomavam-se as precauções mais minuciosas para que fôsse bem tratado e tomasse inteiro conhecimento da sua arte ou profissão.

O mestre devia oferecer garantias; comprometia-se a alimentar, vestir e educar o aprendiz e a ensinar-lhe conscienciosamente a técnica do seu ofício.

Terminado o período da aprendizagem, fixado pelos estatutos da corporação, o aprendiz subia de categoria — era operário.

2) — O *operário* — representava a classe mais numerosa, no regime corporativo.

Trabalhava, recebendo, em troca, um salário, contratado.

Em princípio, o contrato não podia estabelecer-se senão entre operário e patrão da mesma profissão e o operário devia encontrar-se livre de todo o compromisso, gozar de boa reputação e provar que tinha feito a sua aprendizagem.

Postas estas condições, prestava juramento, obrigando-se a trabalhar *bem e lealmente*; entre as duas partes discutiam-se então as cláusulas que eram muito variáveis: o operário era assalariado ao dia, à semana, e, a maior parte das vezes, ao ano.

Nêste último caso vivia em casa do patrão que o sentava à sua mesa e se descobria nele qualidades e predicados, dava-lhe, a filha em casamento.

Até ao termo do contrato que era verbal, ambos ficavam ligados por mútuas obrigações e tãda a falta era castigada com uma multa.

Com freqüência o operário se tornava mestre ou patrão.

3) — O *mestre ou patrão* — Para ascender a esta categoria, precisava de provar que professava a religião católica, que não fôra nunca condenado pelos tribunais e que tinha concluído regularmente os anos de aprendizagem. A seguir, sujeitava-se a um exame teórico e outro prático, consistindo êste em fazer um trabalho que era apresentado a um júri constituído por mestres probos e competentes que o examinavam.

Se o candidato satisfazia a êstes dois exames, tinha aberto o caminho que lhe dava acesso a nova categoria, dentro da profissão. Aquilo que hoje se requiere para o exercício de qualquer profissão, — medicina, advocacia etc — exames e provas de competência, já o regime corporativo medieval o exigia para o exercício de um simples *mister*, e a categoria de mestre e de patrão não se reconhecia senão a quem apresentasse um trabalho que tivesse a aprovação do conselho da profissão.

Pagos os direitos de mestrado, que por vezes eram tão excessivos e exorbitantes que desacreditavam a instituição, o novo mestre oferecia um banquete aos antigos companheiros de trabalho, tomava o compromisso solene de se conformar com os usos e costumes da corporação e entrava no exercício de todos os seus direitos: — recebia os aprendizes e operários, tomava parte na eleição dos chefes e, volvidos anos, podia ainda conquistar o lugar de chefe da corporação.

A tãda esta evolução, na aparência muito simples, por que passava o trabalhador medieval, desde aprendiz até ao grau superior da gerarquia corporativa, presidia, vigilante, um poder executivo que era exercido pelos jurados.

4) — Os *jurados* — são os chefes da corporação. Para desempenhar êste cargo requeria-se a idade de trinta anos, ter sido mestre durante um tempo determinado pelos regulamentos e ter manifestado as suas qualidades e capacidade.

Cada corporação tinha dois, quatro ou seis jurados, metade dos quais era renovada e substituída por outros, eleitos pelos jurados em actividade e pelos mestres.

Recebiam os novos mestres, visitavam inesperadamente, quatro vezes por ano, as oficinas para verificar se o trabalho se fazia em boas condições, se os aprendizes eram tratados fraternalmente e se recebiam uma instrução profissional conscienciosa; denunciavam à autoridade qualquer falsificação ou delito de gravidade, atendiam as reclamações, estipulavam os preços, vigiavam minuciosamente a qualidade dos produtos manufacturados, preveniam as fraudes do comércio e da indústria; numa palavra, eram não só verdadeiros *inspectores do trabalho* mas *juizes* em tôdas as questões que surgiam entre patrões e operários, constituindo um *conselho permanente de conciliação e de arbitragem*.

Tal era a gerarquia das Corporações que floresceram sobretudo no século XIII.

Semelhantes a pequenas repúblicas cristãs, cuja liberdade pacífica não representava perigo para nenhuma instituição ou pessoa; sujeitas às leis civis e religiosas mas disfrutando de uma vida própria e de uma nobre independência, não eram instrumentos servis nas mãos dos políticos ou do Estado.

Tinham os seus estatutos livremente discutidos e livremente redigidos; a sua lei não era ditada pelo Estado, pela autoridade do soberano, mas inspirada na Igreja e no interesse da corporação e promulgada

pela iniciativa dos operários que se aprestavam a todos os sacrificios para a conservar intacta.

Souberam, as corporações durante muito tempo subtrair-se a essa centralização administrativa que asfixia, quasi sempre a liberdade da pessoa humana e paralisa as melhores iniciativas; defendiam os seus interesses e os seus direitos, por meio de representantes ou deputados seus, aos Estados gerais ou provinciais; e como não eram elementos de discórdia e de perturbação mas de paz social, grangearam o respeito do próprio Estado.

II — A alma do Corporativismo. Nascidas as corporações à sombra augusta das paredes dos templos, embaladas pela voz dos cânticos que saía dos claustros, foram primitivamente confrarias que tinham por fim a construção das igrejas.

Quando depois os misteres tiveram os seus primeiros regulamentos e uma organização civil, a confraria subsistiu, ficou sendo a alma da profissão, de modo que Confraria e Corporação eram os dois elementos do Corporativismo: um, a substância, o espirito, o fundo; outro, as aparências, o corpo, a matéria.

A partir do século XI, tem cada profissão o seu santo protector.

A imagem do padroeiro via-se nas bandeiras corporativas que flutuavam garbosas em tôdas as festas religiosas e nas grandes comemorações da vida nacional.

Tinham também as corporações, capelas privati-

vas, onde se reuniam nos dias festivos e em muitos outros, destinados a diversas devoções.

Festejavam, cada ano, o padroeiro, com singular magnificência e celebrava-se, no dia seguinte uma missa de *Requiem* por alma dos operários falecidos; algumas mandavam cantar missa solene em honra do Espírito Santo, no dia que precedia a eleição dos novos corpos administrativos; outras mais piedosas, como a dos tanoeiros, tinham aos domingos missa, segundo a intenção dos membros da profissão.

O descanso dominical era rigorosamente observado.

Neste tempo, o operário não trabalhava ao domingo para se embrutecer na taberna ou na escola da libertinagem; descansava, rezava, instruía-se, ouvindo a palavra de Deus, santificava-se e divertia-se no círculo da família e dos companheiros de trabalho.

III — **Vantagens do Regime Corporativo.** A corporação oferecia ao operário numerosas e preciosas vantagens.

a) — *Vantagens morais:* 1) — Libertava-o do perigo de isolamento, criando-lhe um ambiente favorável onde, de uma maneira legítima e normal, podia satisfazer o desejo inato que há em cada homem de se engrandecer e de se elevar;

2) Salvaguardava, com os seus estatutos e regulamentos, os bons costumes, e a probidade de seus membros, defendia a dignidade de cada um e a todos inspirava o respeito e o amor ao trabalho;

3) — Devido ao espírito cristão que informava o

regime, reinava uma verdadeira fraternidade na corporação, convertida em uma verdadeira família profissional, em que todos se amavam e ajudavam;

4) — Com a colaboração da Confraria, estabelecida a seu lado, podia proporcionar numerosos serviços: — amparo moral e religioso para as almas, médico e remédios para os doentes, esmolas às viúvas e aos órfãos, assistência moral e material aos viajantes, subsídios para enterros e sufrágios pelos mortos.

b) — *Vantagens profissionais:* 1) — A corporação vigiava pelo bom nome da profissão e pela honra dos operários, exigindo: competência profissional, desenvolvendo a consciência profissional, vigiando, por meio dos jurados, a qualidade da produção, punindo os falsificadores e retirando do mercado os artigos falsificados;

2) — Assegurava uma boa aprendizagem: os aprendizes eram vigiados pela corporação, recebiam dos mestres, a-par de uma protecção moral, uma formação profissional conscienciosa; o exame exigido ao fim da aprendizagem era um poderoso estímulo;

3) — Regulava, pela justiça e pela caridade as relações entre aprendizes, operários e patrões; vigiava pelo cumprimento dos contratos de trabalho;

4) — Colocava gratuitamente os seus membros, fiscalizava as horas de trabalho e o pagamento dos salários;

5) — Estimulava as faculdades e os recursos do

operário, exigindo a cada candidato ao mestrado, um trabalho a que se chamava *obra-prima*;

6) — Impedia qualquer concorrência desleal e o açambarcamento ou falsificação das matérias primas.

IV — Condição dos trabalhadores. Sob o ponto de vista profissional, o operário recebia uma conscienciosa formação técnica, era protegido eficazmente contra o arbítrio e o egoísmo dos patrões e podia sempre esperar que conseguiria, pelo trabalho e pela economia, uma situação ainda melhor.

Quanto aos problemas da duração do trabalho e do salário, resolviam-se, de uma maneira mais favorável para o trabalhador, do que em nossos dias.

Normalmente, o dia de trabalho começava ao amanhecer e terminava com o pôr do sol — a duração do trabalho era portanto variável, conforme as estações do ano, 8 horas e meia no inverno e 16 horas no verão, deduzindo destas, hora e meia de folga, para a refeição.

Em muitos misteres nunca se atingia este máximo; profissões houve que conseguiram que o trabalho diário fôsse reduzido a 9 horas e meia.

O trabalho noturno era raro; os serões, muitas vezes proibidos; e as férias — alguns dias de descanso seguido — estavam também previstas.

Ao avaliar a soma de trabalho do operário na Idade-Média, convém não esquecer o número considerável de dias, à roda do ano, destinados ao descanso ou consagrados à celebração das festas religiosas.

O trabalho suspendia-se em cada ano 80 a 85 dias; em cada semana terminava ao meio dia de sábado e às 2 horas nas vigílias das festas; a chamada semana inglesa existia, já neste tempo, é uma instituição da Igreja.

Pode-se dizer que o operário trabalhava, no ano, um número de dias e de horas, inferior ao que hoje exige, a economia moderna ao operário, mesmo cumprindo rigorosamente a lei das oito horas.

Quanto ao salário importa considerar que eram muito diferentes as condições de vida; em geral o operário era alimentado pelo patrão em cuja casa vivia. Variável segundo as localidades, mais elevado nas cidades do que campo, habitualmente era pago em gêneros. Depois de um inquérito sobre dados, revelados pelos arquivos, o visconde d'Avenel chegou a este resultado — «Pode-se admitir que durante este período de cento e cinquenta anos, em que se opera a abolição da escravidão (1201-1350), o orçamento do pobre se equilibrou quasi do mesmo modo que no fim do século XIX... De 1200 a 1350, o dia de trabalho dá-lhe tanto como hoje; de 1351 a 1526, dá-lhe mais, primeiro uns 20 % de 1351 a 1400, depois 33 % de 1401 a 1450, enfim 50 % de 1451 a 1475, e 25 % de 1476 a 1526» ⁽¹⁾.

A condição material do operário no século XIII

⁽¹⁾ *Paysans et ouvriers*, pág. 286. Citado por D. Manuel Gonçalves Cerejeira. *Edade Média*, pág. 123.

se não se pode considerar próspera, era, em todo o caso, superior à do operário dos séculos XVII e XVIII.

«E se é verdade, como pensamos, que o homem feliz é aquele cujos recursos estão de harmonia com as suas necessidades, pode-se dizer que a sorte do artista, do tempo de S. Luiz, era mais invejável que a do operário de nossos dias, melhor alimentado, melhor vestido sem dúvida alguma, mas que se criou necessidades artificiais que não pode muitas vezes satisfazer e cuja privação é para ele um sofrimento de todos os instantes». (*Martin Saint-Leon*).

Tinham os homens do século XIII as paixões que caracterizam a natureza humana e além disso, eram mais rudes do que o homem moderno. Contudo a submissão às exigências da lei cristã e a forte disciplina profissional não deixaram de exercer notável influência, na vida individual, familiar e social e contribuíram, grandemente, para a sua elevação moral.

Na vida individual, o que distinguia a *média* dos operários de então, dos operários de hoje, era uma regularidade de vida, um espírito de fraternidade, maior estabilidade e amor de família, menos inveja e revolta e maior espírito de abnegação.

V — **Algumas sombras.** Enganar-se-ia, lamentavelmente, quem imaginasse que o mundo do trabalho, organizado pelo Corporativismo tenha sido uma sociedade idílica. Imperfeito, como tôdas as organizações ou instituições sociais, o Corporativismo não

pode apresentar-se, isento de defeitos e de inconvenientes.

A rêde minuciosa de regulamentos, a multiplicidade de processos formados no próprio seio das corporações ou de umas contra outras e certos protestos, às vezes violentos, por parte dos operários, provam que o ideal de justiça e de paz que o Corporativismo pretendia realizar, excedia assazmente, o esforço e a boa vontade dos homens.

O período de aprendizagem, excessivamente longo, volvera-se em meio de exploração por parte dos patrões que ora utilizavam gratuitamente o trabalho dos aprendizes além do tempo fixado, ora admitiam aos misteres apenas os filhos, os parentes e os amigos; os direitos de mestrado, tornaram-se exorbitantes, e impeliram, desta maneira, muitos operários hábeis, mas desalentados, para a revolta, chegando a formar sociedades secretas contra os patrões; por vezes dominava o nepotismo na apreciação da *obra-prima* do trabalhador; e os jurados corrutos não podiam ser justos e imparciais nos seus veredictos.

Junte-se a tudo isto — o espírito de monopólio que exercia verdadeira perseguição contra qualquer descoberta ou produto novo, perpetuando a rotina cômoda e fácil, matando as iniciativas, em detrimento do consumidor, a ingerência do Estado na vida e problemas da corporação, e a diminuição do espírito religioso que desviara as confrarias das suas funções piedosas e caritativas, permitindo-lhes que se imiscuissem nas lutas e agitações políticas, — e

far-se-á uma idéa aproximada do Corporativismo, do meio histórico e das condições sociais em que se desenvolveu e predominou.

A-pesar-de constituido sôbre sólidas bases, o edificio, com o tempo, arruinou-se e sossobrou, mas os princípios que lhe deram vida — **a doutrina social da Igreja, a renúncia ao individualismo, à liberdade sem freio, à desorganização do trabalho** — permanecem actuais e fecundos.

III

DECADENCIA E ABOLIÇÃO DAS CORPORAÇÕES

*O que a Revolução francesa destruiu
foram os corpos organizados que tinham, no
Estado, um lugar e direitos reconhecidos.*

A. de Mun

DO condicionalismo económico medieval e do espírito de fé que informava toda a sociedade, nasceu o regime Corporativo que abrangia todas as manifestações de ordem económica e técnica. Porém, o *carácter cerrado* das Corporações que impedia o livre acesso a quem não apresentasse as condições exigidas pelos regulamentos e a *limitação*, das matérias e das indústrias da profissão — duas características do Corporativismo que em certo modo se justificavam, pelo cuidado de evitar o desemprego e a super-produção — tra-

duziram-se, com o andar do tempo, em decidida hostilidade a qualquer inovação, nos métodos de trabalho e nos meios de produção e contribuíram, em parte, para a decadência do corporativismo.

O Estado e a Corporação esforçavam-se conjuntamente por impedir o que alterasse ou acelerasse o ritmo das indústrias e do trabalho. A rainha Izabel de Inglaterra negara a autorização, que lhe fôra pedida, pelos fabricantes de panos, para se adoptar uma nova máquina de batanar, *evitando assim que essa inovação ocasionasse a miséria de muitos operários*. Mais tarde Colbert, famoso ministro de Luis XIV, grande pector do comércio e da indústria, não viu com bons olhos, os inventores; Montesquieu e outros homens eminentes pronunciaram-se também contra toda a modificação, destinada a substituir os braços dos operários.

Era unânime a preocupação de garantir ao operário, um trabalho tranqüilo e continuo, subtraindo-o à competência económica e aos perigos do desequilíbrio entre a produção e o consumo.

Para cada inovação, no maquinismo e nos métodos de fabricação, requeria-se a autorização do poder público; somente os governos podiam estabelecer novas indústrias, destinadas a novos produtos. As oficinas de porcelana de Sévres e de Capodimonti na Baviera, as dos Gobelinos em Beauvais e muitas outras, denominavam-se por isso, *fábricas reais*.

Mas o impulso da vida social, mais forte e vigoroso que a opinião dos homens e a regulamentação

do Estado, encaminhou o mundo para o regime da grande indústria.

A descoberta de novos mundos, a entrada, por intermédio de Portugal e de Espanha, da prata e do ouro na Europa, vindo de longínquas paragens — o desenvolvimento das marinhas mercantes, — a colonização de vastos domínios — a exploração de imensos mercados, ateiam a ânsia dos negócios e das grandes empresas, provocam o desejo das viagens e das comodidades, estimulam e intensificam a actividade científica, a vida industrial e comercial; e, revolucionando, nos seus fundamentos, o sistema económico que vinha da Idade Média, modificaram consequentemente a organização do trabalho.

As Corporações que poderiam ter-se acomodado às novas condições económicas tornaram-se incompatíveis com as exigências do industrialismo.

É evidente que, perante esta nova ordem de coisas, a Corporação se impunha, como garantia e defesa do mundo do trabalho, com maior necessidade ainda do que no passado.

Julgo que não foi tanto a transformação económica operada que abalou o regime corporativo; outras causas, e de ordem moral, sobretudo: — o agramento do fisco, a intervenção directa do poder a favor dos patrões, o nepotismo dos jurados, o enfraquecimento do espírito religioso, o desprezo da justiça, o esmagamento do operário — que tinham descreditado o regime, apressaram a sua ruína que de longe se esboçava.

O regime corporativo florescera sem que uma vontade superior à dos interessados pudesse deter o seu caminhar progressivo e benéfico, mas reconhece-se o seu declínio, logo que o individualismo da Renascença, disfarçado no cristianismo da Reforma, penetra na praça forte das Corporações, introduzindo consigo o germe de todos os abusos que deviam desacreditá-las e por fim, destruí-las.

É em Inglaterra que, primeiro, se verifica, e da maneira mais sensível, a influência fatal do protestantismo sobre o regime corporativo do trabalho. Havia neste país, na Idade Média, um vasto sistema corporativo espontaneamente organizado, em que o operário encontrava a defesa mais eficaz contra a violência e a opressão e o asilo que lhe garantia segurança e bem-estar. A reacção contra este sistema manifestou-se na atitude do poder real, que, aproveitando discórdias, fomentadas no seio das Corporações, tenta arrebatá-las às *ghildas*, a regulamentação do trabalho, declarando que é da competência do poder central (*Estatutos de Eduardo III, 1350-1351 e de Ricardo II, 1378*). Nestas ordenanças reais, anteriores à Reforma, começa o período de lutas, em que o poder real subtrai, às associações profissionais, o direito de legislar sobre questões atinentes à sua vida e aos interesses dos operários.

Com o triunfo da Reforma a luta acaba pela opressão dos trabalhadores; o Estado despótico não se arroga já e somente, o direito de legislar sobre a vida das associações profissionais, mas o de as per-

seguir e destruir; os bens das Corporações são confiscados e as associações são de tal sorte esmagadas por impostos e entraves que os operários preferem abandoná-las.

No reinado de Isabel e de seus sucessores é abolido o direito de associação; durante toda a dinastia de Hanover, um jugo de ferro pesa sobre a classe operária; no reinado de Henrique VIII, as *ghildas*, como os mosteiros são esbulhadas das suas propriedades e em seguidas suprimidas.

Em França, a monarquia absoluta, não ataca directamente, como os reis de Inglaterra, o regime do trabalho existente, suprimindo-o, mas converte-o em instrumento do poder real.

Neste intuito, primeiramente perverte o carácter do regime corporativo — o que constituía a sua base fundamental — como seja a união de interesses e a fraternidade entre patrões e operários. Devido à coacção contínua do Estado, as Corporações quasi que não existem, durante os séculos XVII e XVIII, senão para o interesse exclusivo dos patrões; e, uma vez divididas pelo esmagamento dos operários, o poder real domina e absorve os mestres, a quem arrebatou o direito de elaborar, com os operários, uma legislação profissional. Desta sorte, o absolutismo faz, do regime corporativo do trabalho, uma máquina do fisco, e esmaga, arbitrariamente, sobretudo nos anos de crise, as indústrias e o comércio.

No ocaso da monarquia francesa, o regime do trabalho que tinha sido a cidadela dos direitos e dos

interesses dos operários e dos patrões, tinha perdido a sua função e finalidade; tornara-se *instrumentum regni*.

Daqui procedem os enormes abusos que haviam de tornar impopulares as corporações profissionais até que chegou a hora em que o velho edifício da organização do trabalho seria inteiramente desarticulado pelo protestantismo sem Bíblia — a filosofia do século XVIII.

O regime corporativo era a Associação mas o Individualismo filosófico não pode conceber que o homem viva *associado*. Depois da Igreja, a Associação profissional é o alvo das suas investidas. *É da associação profissional*, afirma Turgot, *que vem todo o mal. A origem do mal*, acrescenta, *está na faculdade, concedida aos artistas de um mesmo mister, de se poderem associar ou reunir em corporação*. A supressão não só dos corpos privilegiados do Estado e das corporações de artes e ofícios, mas ainda de qualquer outra associação, destinada à defesa e protecção dos direitos e interesses religiosos, morais e materiais está na lógica da filosofia individualista. De futuro, operários e patrões, livres de toda a disciplina, emancipados de toda a regulamentação, isolados, entregues a si mesmo, viverão em *regime de liberdade de trabalho*; qualquer regulamentação económica do trabalho ou atentado à livre actividade do trabalhador, que provenha de lei, promulgada pelo Estado ou por associação livremente constituída, deve desaparecer. Há uma ordem natural económica

que resolve todas as questões, relativas ao trabalho; basta que, em toda a parte e em todos os domínios, se deixe à actividade humana o seu curso livre, destruindo os entraves que os séculos lhe tem erguido.

Concedida a liberdade ao trabalho, quaisquer que sejam as formas que revista, as leis económicas naturais, por si mesmo, estabelecerão no mundo a harmonia, que tem apenas como norma superior, a liberdade de comércio e a liberdade de trabalho.

Quando Luiz XVI escolhera Turgot para ministro das finanças, a enciclopédia conquistava o poder. *Eis o nosso governo composto de filósofos*, escrevia M.^{me} Deffand. *É o reinado da virtude, do desinteresse, do amor do bem público e da liberdade*.

O antigo intendente de Limoges, num artigo da enciclopédia, proclamava que os governos tinham o direito de suprimir, por utilidade pública, todas as instituições ⁽¹⁾.

Coerente com os princípios da escola fisiocrata, applicara imediatamente o princípio de liberdade de comércio, eliminando as tarifas aduaneiras, estabelecidas dentro do país, de região para região e, em 1796, publica os seis famosos editos, cinco dos quais destruíam toda a tradicional organização do trabalho; o quarto sobretudo, dissolvía os mestrados, os jurados, as confrarias de artes e ofícios, numa palavra, todo o regime informado do espírito medieval.

(1) Mourret. *L'Eglise et la Revolution*, pág. 85.

Estes decretos não entraram em vigor; Turgot que conquistara, a princípio, certo prestígio, ao reduzir rapidamente as despesas em vinte quatro milhões, concitou contra as suas reformas uma formidável oposição e, envolvido nas intrigas da corte, tendo lhe os seus inimigos atribuído uma carta que continha insinuações injuriosas à rainha Maria Antonieta e ao conde de Maurepas, demitiu-se; os seus editos, que visavam a supressão das corporações, foram substituídos por outros que projectavam reformá-las.

Mas o que Turgot não conseguira, ia realizá-lo, em breve a Constituinte; o Corporativismo não resistiria a êste violento assalto.

Na noite de 4 de Agôsto, quando os privilegiados invadiam a tribuna da Assembleia, para depor, no altar da pátria, a oferenda dos seus direitos, o deputado Beaujolois, aproxima-se e propõe a reforma das leis relativas às Corporações de artes e misteres. A proposta foi aceite e a lei de 16 de Fevereiro de 1791, no artigo 2, declarava suprimidos *«todos os ofícios para os trabalhos das artes e do comércio, as patentes e cartas de mestrado ... e todos os privilégios das profissões, qualquer que fôsse a sua denominação, e acrescentava: — a contar do dia 1 de Abril próximo, será permitido a tôda a pessoa fazer tal negócio ou exercer tal profissão, arte ou mister, que julgar conveniente, mas será obrigada a prover-se, de ante-mão, de uma patente, pagando o seu valor segundo uma taxa determinada e a confor-*

mar-se com os regulamentos que estão ou venham a fazer-se.

Dallande, relator da lei, justificava-a e defendia-a dizendo: *a faculdade de trabalho é um dos primeiros direitos do homem; êste direito é a sua propriedade e é, sem dúvida, segundo a expressão do ministro filósofo (Turgot), a primeira propriedade, a mais sagrada e a mais imprescritível. A alma do comércio é a indústria e a alma da indústria é a liberdade. A Assembleia, julgando que não era somente a Corporação privilegiada que atentava contra a liberdade, mas também qualquer associação, consentida por seus membros que ao constitui-la se impunham voluntariamente certas obrigações mútuas, votava a lei de 14 de Junho de 1791 cujo artigo 2.º dizia: Os cidadãos do mesmo estado e profissão, os empregados, os que têm oficina aberta, os operários e companheiros de qualquer arte, não poderão, quando se encontrem juntos, nomear presidente, secretário ou síndico, ter livros de registos, tomar decisões ou deliberações, elaborar regulamentos sobre os seus pretendidos direitos comuns.*

Chapelier pretendendo justificar a proibição das associações e grêmios afirmava: — *não há senão o interesse particular de cada individuo e o interesse geral.*

Assim, o operário ficou definitivamente condenado ao isolamento, esbulhado do direito mais simples e natural — o de se associar com os seus companheiros de trabalho.

Tôda a história do século XIX até nossos dias nos elucida suficientemente àcerca dos efeitos dessa solidão forçada e ninguém, com mais autoridade do que Leão XIII, nos traça em poucas palavras, as conseqüências desta obra revolucionária. *O último século destruiu, escreveu êle, sem as substituir por nada as antigas corporações que eram para êles (operários) uma protecção. . . e dêste modo, pouco a pouco, os operários isolados e sem defesa, viram-se com o tempo, entregues à mercê de patrões deshumanos e à cupidez de uma concorrência desenfreada.*

IV

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Os proletários não têm nada a perder, excepto as suas cadeias; têm tudo a ganhar: Proletários de todos os países, uni-vos.

Manifesto Comunista (1848)

QUANDO o mundo do trabalho mais carecia de forte e vigorosa organização, para enfrentar a profunda transformação económica dos novos tempos e as conseqüências necessárias do progresso da indústria, quando se devia ter estudado cuidadosamente e criado um *Código* actualizado dos direitos e deveres dos patrões e dos operários, a Revolução demolia brutalmente o tradicional edifício corporativo, substituindo-o por um novo regime, a que deu o nome de *regime de liberdade de trabalho*.

Era o trunfo pleno, na esfera da política e da

economia, do individualismo propagado pela Enciclopédia.

A despeito dos inconvenientes do Corporativismo, atrás apontados, patrões e operários podiam harmonizar e defender, os seus direitos e interesses em ordem ao bem comum; no novo sistema, a pretendida liberdade — uma mentira ou uma ilusão, vinha perturbar o mundo do trabalho dividindo-o em duas classes com interesses opostos e antagónicos que a força das coisas tornaria inimigas uma da outra, gerando o sindicalismo revolucionário.

Com efeito, abolidas as corporações privilegiadas, proibidas as associações livres, pela negação do direito de reunião, atribuída ao Estado, apenas, a função de proteger e de velar pela liberdade individual, estabelecido, como princípio, que todas as condições de trabalho e da sua remuneração dependessem de um contrato livremente contraído entre patrão e operário, sem ingerência de poder algum estranho, julgou-se, erradamente, ter encontrado o regime ideal — *o da liberdade*.

Mas os factos, mais imperiosos que as teorias, desfizeram e diluíram todos os sonhos dos revolucionários.

O operário viu-se isolado, entregue apenas às suas forças; não sentia já detrás de si nem a protecção do Estado nem o auxilio das Corporações; e privado, êle e a família, dos meios precisos de subsistência, e obrigado a trabalhar para não morrer de fome, encontrou-se mercê da liberdade, inteiramente

na dependência do patrão, ao subscrever o contrato de trabalho.

É um contrato no qual se encontram dois indivíduos isolados, e aparentemente *livres*; mas um dêles é pobre e fraco, outro é forte e rico.

A êste, emancipado de escrúpulos de consciência e dos velhos preceitos da moral, forçado, talvez, pela inexorável lei da concorrência, a liberdade permite-lhe esmagar o fraco, obrigá-lo a aceitar um salário injusto, insuficiente — salário de fome — e impor-lhe condições ruínas — horas excessivas que prejudicam a saúde e encurtam a existência, trabalho em oficinas lóbregas e insalubres e sem esperança de qualquer garantia que o proteja contra variados e possíveis accidentes que a cada hora o espreitam.

O operário, isolado não é livre ao subscrever o contrato de trabalho porque não se encontra no mesmo plano do patrão; vem receioso, de chapéu na mão, à procura de trabalho, pensando na mulher e nos filhos, é, ordinariamente, obrigado a aceitar todas as condições para evitar a miséria. *A sua dependência, como escrevia o cardinal Manning, tornou-se tão completa, a fome e os sofrimentos de suas famílias, compostas de mulheres fracas e de crianças inofensivas, tão intoleráveis e tão imperiosos, que a liberdade de contrato de que a economia política tanto se glorifica, não existe ou antes tornou-se em liberdade de morrer de fome.*

Começa aqui a era de uma nova escravidão para

o operário, embora, se proclame a cada passo o seu direito à liberdade.

É certo que o operário não é já propriedade de outro homem, como o escravo, nem está prêso a uns palmos de terra, como o servo da gleba, mas depende inteiramente de uma classe de indivíduos que possuindo o capital, as terras e as oficinas, podem assegurando a sua liberdade, impor-lhe as mais duras condições, condená-lo mesmo à morte, recusando-lhe com o trabalho, o único meio de ganhar o pão de cada dia. A esta nova escravidão se refere Leão XIII, estigmatizando-a energicamente, ao falar do jugo quási servil, *prope servile jugum* que pesa sobre a família operária.

A liberdade que na esfera política conduzia as sociedades ao regime da tirania, criava, no mundo do trabalho, o despotismo capitalista, a ditadura do dinheiro.

Ganhar dinheiro, muito dinheiro, com o menor risco e sem esforço nem fadiga, furtando-se às normas que a justiça e a moral impõem, tornou-se o ideal dos afortunados, dos habilidosos, dignos da consideração pública.

Pouco ou nada importa a força humana que produz a riqueza, o conforto, o luxo, o bem estar dos privilegiados; o operário é o ser anónimo que se explora e esmaga ou um feixe de músculos, ligados, como correias, a uma máquina ou presos, como animais, a um monte de carvão. A justiça, a moral nada

têm com a economia, com a produção e a indústria — repetia-se.

Nunca se disse que havia uma astronomia moral, uma química moral ou uma mecânica moral. Como poderá pois exigir-se que haja uma economia política moral?...

Era evidentemente absurdo comparar as leis que governam necessariamente o mundo da matéria inerte com as leis que regem a actividade dos seres inteligentes, livres e responsáveis.

Mas o individualismo da Reforma tinha proscrito a moral dos domínios da política, ressuscitando o cesarismo pagão em que o soberano se julga superior à lei; o individualismo da Enciclopédia, banindo das relações entre patrões e operário qualquer intervenção de ordem moral e todo o princípio de justiça, criava o darwinismo social, em que, na luta pela vida, vencem os mais fortes.

Os mais fortes foram durante muitos anos, os detentores do capital, os que possuíam as riquezas e as matérias primas, os que nas grandes cidades ostentavam, na prodigalidade, todos os esplendores da vida e paredes meias, porém, os abandonados, os vencidos foram crescendo, criando também grandes cidades — cidades do trabalho, da miséria, da dor e do sofrimento — multidão inumerável de seres humanos que a imperiosa necessidade de viver e a miragem falaz de um salário imediato arrancára à vida simples das aldeias e arrastára, numa onda crescente, para junto das fábricas, enterrando-os uns sobre

os outros, numa sujidade e promiscuidade repugnantes.

A situação destes infelizes tornára-se tão intolável, por fins do século XIX, que nem os individualistas mais intransigentes, ousavam negá-la.

Surge a catástrofe económica do após-guerra (1918-1930); os mercados fecham-se subitamente; as máquinas deixam de trabalhar e as fábricas encerram as suas portas; os grandes lavradores queimam os seus produtos, o café, o trigo, o vinho; as moedas mais firmes oscilam; os papéis mais cotados, desabam uns após outros; as falências multiplicam-se e a história contemporânea regista um fenómeno que o mundo nunca tinha visto — trinta milhões de desempregados, em pleno vigor intelectual e físico, impossibilitados de ganhar honestamente a vida, braços caídos como que cansados pela ociosidade, almas feridas e revoltadas, em transes de miséria.

O regime individualista do trabalho, que, no dizer dos seus mais categorizados partidários, deveria aumentar a riqueza e suprimir a miséria, abria falência; se aumentara a riqueza, concentrara-a nas mãos de um pequeno número e gerara o desemprego, em proporções tão extensas e tão trágicas, que se converteu em chaga purulenta e peculiar da sociedade moderna

Há muito, porém, que começara uma vigorosa reacção contra tal regime que destroçando brutalmente as antigas corporações e negando, numa apologia falsa da liberdade individual, o direito de as-

sociação, favorecia a opressão e a exploração da grande família dos trabalhadores, reduzida a uma *miséria imerecida*.

A Constituinte prescrevera o direito natural que todo o homem tem, de se associar com outros, para a legítima defesa de seus interesses materiais e morais e desde a Revolução até 1824 em Inglaterra, e até 1848, em França e na Alemanha, a legislação de todos os países, inspirada nos princípios de 89, estabelecia penalidades para os chamados delitos de reunião, mantinha isolados os operários, sujeitos, por isso, a todos os abusos do patronato e do capitalismo.

O povo, soberano e miserável ao mesmo tempo, era um contra-senso (*Tocqueville*). Os operários bem cedo reconheceram que só o isolamento aniquilava a sua enorme força que era o número, mas que não passava de fraqueza e de impotência, enquanto se encontrassem dispersos, pulverizados.

Este pensamento acordou-lhe no espírito, recordando-se talvez do antigo braço dos artistas de Paris que representava Hércules procurando partir, de balde, um feixe de vimes frágeis mas ligados e cuja divisa era: *Vincit concordia fratrum*.

Fracos, pelo isolamento a que os condenava a liberdade, seriam fortes, como os seus antepassados pela associação; mas as várias tentativas para se agruparem deviam originar uma luta que atravessou longo período, encontrando sempre, a hostilidade sistemática da parte do Poder que reprimia dura-

mente qualquer tentativa e tratava com maior rigor, os operários do que os patrões quando uns e outros infringiam as leis estabelecidas. Chegou porém o dia em que os operários, a despeito da lei e dos seus rigores procuraram associar-se e de tal maneira triunfaram do Poder que a lei reconheceu e sancionou a sua revolta. A partir de 1880, a legislação sobre o direito de associação consagrava definitivamente a sua vitória; surgem os primeiros sindicatos. O sindicato que em si não é bom nem mau, mas simplesmente um instrumento que se pode utilizar para o bem como para o mal, aparece contra o Estado, porque o Estado burguês e liberal perseguiu ou abandonara os operários e aparece contra o capitalismo, como reacção natural dos trabalhadores contra os abusos dos patrões.

Nas antigas organizações, compenetradas do espírito de justiça que deve animar as relações no mundo do trabalho, patrões e operários associavam-se não para se combater mutuamente, mas para a defesa dos seus interesses, confundidos na mesma associação profissional. As associações profissionais, chamadas sindicatos que se organizaram no século XIX, para pôr termo aos abusos do regime individualista da liberdade de trabalho nascem animadas, salvo excepções bem numerosas e significativas, do mesmo espírito que pretendiam combater, — são armas de resistência, de combate, de guerra, instrumentos do egoísmo de uma classe.

A princípio, o operariado considerou o voto, como

penhor da sua emancipação e o sindicato era, no terreno político, o auxiliar e o servo do partido socialista que em muitos países, pesava, pela sua disciplina e adesão, na luta eleitoral contra as posições burguesas. O socialismo para conquistar o Estado burguês e transformá-lo, depois, em Estado proletário, procurava obter primeiramente maioria parlamentar; a lista do voto traria consigo, sem violência nem profundas convulsões, a vitória proletária; no entanto, concentrando todos os meios de produção e de transporte, nas mãos do poder que ainda pertence à classe burguesa, prepara-se, sem revolução, a herança do colectivismo.

O sindicalismo desiludido do método político do socialismo burguês e da eficácia da acção político-eleitoral, torna-se revolucionário. Não admite já a táctica das meias medidas, do oportunismo, do entendimento, mesmo momentâneo, com os adversários. «Há muito tempo que acabámos com o reformismo social que não nega necessariamente a violência, mas que supõe, perigo muito maior ainda, uma colaboração dos sindicatos com o poder e com o patronato». (*La Bataille Syndicaliste*). Às desilusões da política prefere os riscos da acção directa, em que, sem intermediários, o operariado se levante, pela greve, pela boicotagem e pela sabotagem, contra o patronato e, em seguida, contra a sociedade.

E quando o poder cair em suas mãos, a ditadura do operariado conduzirá os povos a um novo mundo,

onde, ao inverso do inferno de Dante, os homens realizem tôdas as suas esperanças e aspirações.

A ditadura, com o tempo abdicará o poder, perderá o carácter vexatório e despótico e uma administração inteligente e bemfazeja distribuirá, por todos, um trabalho aprazível, encargos leves e equivalentes, generosamente retribuídos.

Tal é a teoria...

Praticamente, a ditadura do operariado essemelhar-se-á, em todos os países, à ditadura da Rússia — a inversão de valores e a subversão da sociedade cristã.

Tendo-se propagado pelo corpo social, o sindicalismo revolucionário é hoje a *mais perigosa formação de combate*; cobre uma extensa zona do mundo, de vulcões, aparentemente extintos ou sujeitos a metamorfoses, mas em plena actividade, e ameaça, continuamente, a segurança dos Estados e a vida das sociedades.

V

O NEO-CORPORATIVISMO

Um número crescente de espíritos, volta-se para a idea corporativa e pergunta se ela não é a única, capaz de resolver as dificuldades actuais, e de pôr termo ao caos económico e social.

Gaetan Pirou

OS sindicatos operários que, a princípio, se organizaram contra a lei, conseguindo depois que o Estado os reconhecesse, não vinham animados do espírito de reconciliação e de união entre patrões e operários, como atrás se disse.

Fundados, com o pretexto de pôr cobro às injustiças do regime individualista, dito, *de liberdade de trabalho*, propunham-se apenas e sobretudo defender, *por todos os meios*, aquilo que julgavam ser os

seus próprios interesses; ignoravam ou conculcavam os direitos e os interesses dos que não pertenciam à família operária sindical, porque traziam, consigo, o virus individualista.

O mesmo fenómeno se observava na organização, vida e propósitos dos sindicatos patronais.

Resultado: sindicatos operários e sindicatos patronais, em vez de se entenderem e colaborarem no interesse comum, procuraram uns e outros, com o menosprêzo da justiça, do direito e da caridade, a satisfação dos interesses da *sua* classe, numa luta contínua e sem quartel — guerra mais violenta e temível que a do período em que patrões e operários se encontravam isolados; era o choque de forças organizadas, e preparadas para lutar.

Uma vez mais se verificava que o regime individualista do trabalho era, não o regime do direito ou da justiça, mas o regime do mais forte ou melhor, da opressão do fraco pelo mais forte.

Durante dezenas de anos, o mais fraco fôra o operário; isolado na sociedade e privado do rudimentar direito de associação tinha de se curvar a *tôdas* as exigências do chamado contrato de trabalho.

O sindicalismo revolucionário inverteu os papéis.

O mais fraco agora é o patrão que tinha de ceder perante a força do número organizado e aceitar condições violentas e às vezes ruínas que atingiam directamente a vida das suas empresas e indirectamente a vida dos próprios operários.

Na extensão e repercussão desta luta nas relações económicas entre as nações, talvez se encontre a raiz profunda do conflito, que actualmente rasga as entranhas da Europa e apavora o mundo inteiro.

Ora êste choque violento entre o capital e o trabalho, em que os dois partidos se acusam mutuamente e reciprocamente procuram vencer, em que parece que ambos, ao menos *sob o seu ponto de vista*, têm razão, não podia prolongar-se por mais tempo, sem o explodir de uma grande convulsão.

A refrega, ora surda ora ruídosia ia já tão profunda e extensa que fazia estremecer os próprios fundamentos de toda a vida social e ameaçava subverter todos os valores da civilização.

Quem poderia e deveria pôr termo ao conflito, traçando aos dois contendores, em pé de guerra, à luz do direito e da justiça, o limite dos direitos e o campo dos deveres?

A Igreja, incontestavelmente. Mestra e condutora dos povos, conhecedora das trágicas realidades sociais, guarda de um tesouro de doutrina social que em tempos salvara o mundo da barbárie, a Igreja não ficara muda e insensível, fria ou indiferente; nem se limitara a mostrar, num gesto de piedade, o céu àqueles que tinham esquecido o seu destino e àqueles outros para quem a terra se tornara dura e maldra.

Desceu à liça, com o estandarte da paz, da ordem e da justiça social; falou.

E quem a ouviu?

Quem seguiu as suas directrizes salutareis?

Nenhum dos partidos em luta; nem a burguesia capitalista, gozadora, nem o operariado sofredor e revoltado.

A burguesia escreveu L. Beaulieu, como aquela antiga rainha dissera: *reinar vale bem uma missa*; sentia a necessidade de que entre ela e o povo, entre as cobiças de baixo e as voluptuosidades de cima, houvesse alguém que prêgasse ao povo a paciência e resignação, uma voz que durante as suas festas e prazeres gritasse aos necessitados: *estai tranquilos, vêde como os outros gozam a vida, vós porém tereis em troca, a vossa recompensa, no outro mundo*.

A burguesia, depois de ter despojado a Igreja de seus bens e rendimentos que, em grande parte, destinava aos pobres, depois de ter encerrado as suas escolas e mosteiros e de haver tomado diligentemente tôdas as precauções para a colocar à margem dos problemas dêste mundo, acudia à Igreja não para soffrear os seus egoísmos ou pôr termo aos seus abusos mas, por uma política cômoda e infantil, para conter as paixões e os apetites do operariado.

A burguesia conservadora e capitalista não queria a religião para si; mas pagava ao bispo e ao sacerdote para que a inculcassem ao povo.

Mas o povo, conhecedor desta atitude hipócrita da classe burguesa, envenenado pelos chefes democomunistas, escandalizado pela desatenção e deso-

bediência dos católicos ricos ⁽¹⁾ voltou as costas à Igreja que, a-pesar da sua doutrina social plena de justiça e de solicitude paternal pelas classes trabalhadoras, passou a ser injustamente considerada como aliada do capital e dos ricos contra os pobres.

A Igreja tomou o partido dos ricos — repetiam os socialistas nos seus jornais; Leon Blum, em pleno parlamento, accusava-a *de se ter convertido em auxiliar e instrumento das forças mais iníquas do tirania social, como se tinha feito auxiliar e instrumento das formas mais antiquadas da reacção política*.

O operariado não sabendo nem podendo distinguir, no seu simplismo, a doutrina social da Igreja, magistralmente exposta nas encíclicas pelos pontífices, da propaganda iníqua do socialismo e das resistências instintivas do egoísmo burguês disfarçadas com uma tintura de catolicismo, subtraiu-se não só à influência bemfazeja da Igreja, mas tendo perdido os sentimentos nobres e elevados e o verdadeiro conceito da vida, materializou-se e converteu-se em sórdido sedimento dos *baixos fundos* da sociedade.

No entretanto, a situação agravava-se; a anarquia da produção, a lei da procura e da oferta no salário, a multidão dos desempregados, o liberalismo manchesteriano, o capitalismo judaico ou sem entranhas, a vasta organização operária, sufocavam e

⁽¹⁾ No Cap. VII da 2.^a parte dêste volume — *As nossas responsabilidades* — lê-se que também os católicos não receberam nem acataram a doutrina social da Igreja.

tornavam a revolução inevitável — a revolução de cima, pacífica, lenta, construtiva ou a revolução de baixo, sanguinolenta, violenta, súbita e demolidora.

Tal era o dilema.

Em tais condições económicas e morais do mundo contemporâneo, pertencia ao Estado a função construtiva de *uma revolução na paz*, intervindo.

O próprio Leão XIII, guarda das almas e da sociedade, que via muito longe, mesmo para além do presente sombrio, porque via muito alto, embora não ignorasse que o Estado moderno é ateu ou agnóstico não deixara de pedir então, a sua intervenção, reconhecendo-lhe a sua função natural de *minister Dei in bonum*, isto é, de agente do progresso e promotor inteligente do bem social.

«Sem dúvida, dizia, a intervenção e acção dos poderes públicos não são de uma indispensável necessidade, quando, nas condições que regulam o trabalho e o exercício da indústria, não se encontra nada que ofenda a moralidade, a justiça, a dignidade humana e a vida doméstica do operário; mas quando, um e outro destes bens se encontram ameaçados ou comprometidos, os poderes públicos intervindo, como convém e numa *justa medida*, farão obra de salvação social; porque a eles compete proteger e salvar os verdadeiros interesses dos cidadãos seus subordinados» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *Discurso*, à peregrinação dos operários franceses — Outubro de 1897.

O liberalismo económico desconhece o carácter essencial do poder, reduz o Estado à condição de polícia ou guarda noturno, a Igreja combate as teorias totalitárias, mas não deixa de apelar para o Estado, reconhecendo-lhe a função de organizar o reinado da justiça e de estabelecer a ordem social, visto que só elle possui a força material suficiente para a defesa e salvaguarda dos princípios necessários à reconstituição progressiva e normal da sociedade.

De facto, o Estado, aqui e ali, desceu da *turris eburnea* em que por muito tempo o encerrara o liberalismo; ressuscitou em novos moldes o regime corporativo, alargando-o às diversas actividades modernas da sociedade; e, formando, com elle um regime representativo oposto ao parlamentarismo, estabeleceu, por vias de uma revolução pacífica, a ordem e a gerarquia no corpo social anarquizado.

O individuo já não é um número mais, mas uma *valorização*; não se abandona à liberdade da miséria, nem ao sindicato subversivo, é um factor nacional, — objecto das atenções do Estado que atende e coordena, em ordem ao bem comum, as aspirações dos grupos sociais, mais fortes que as exigências dos partidos políticos de que dependia o Estado liberal.

O neo-corporativismo supõe uma nova concepção da sociedade, do Estado e das grandes instituições históricas — a ordem, a propriedade, o trabalho, o salário.

Nêle, as corporações ou os sindicatos são obrigatórios; esperar que na sociedade e no mundo do tra-

balho, surgissem espontaneamente, com o decorrer do tempo, seria tremenda ingenuidade que só aproveitaria às forças subversivas; a sua estrutura e o seu mecanicismo tem de vencer e de superar a mentalidade — demo-liberal; — é esta a sua maior batalha.

Para a vencer não basta substituir a concepção atomística da sociedade—fundamento do individualismo — por uma concepção orgânica e histórica; a arquitectura jurídica e o seu funcionamento, devem ser animados pela *mística* de princípios religiosos e morais, doutra sorte, o neo-corporativismo poderá converter-se em trincheira de egoísmos organizados e facilmente virá a *ser exorcizado* (Henri de Man), quer dizer, integrado no socialismo que se propõe combater. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ **Post-facio** — Devido à extensão que atingiu este volume fomos obrigados a omitir dois capítulos já escritos — *O direito natural de Associação* — *As corporações no mundo greco-romano* e a mutilar alguns outros. Isto explica o nosso silêncio sobre o *Corporativismo em Portugal*; contamos porém vir ainda a tratar desta matéria em volume separado.

COLECCÃO

«CULTURA SOCIAL E RELIGIOSA»

E A CRÍTICA

Pertence à colecção «Cultura Social e Religiosa» este novo livro de Mons. Fino Beja — «*Família, Casamento e Divórcio*».

A rubrica geral da colectânea — até agora três livros, mas cinco mais em projecto — dá-nos a indicação dos seus propósitos educativos. Resta-nos considerar como realiza esses fins o autor dos escritos — alguns dêles, seja aqui dito de passagem, traçados em forma de palestra e já radiofundidos por um pôsto emissor português. Achamos que muito bem. Mons. Fino Beja é uma pessoa inteligente, dada ao estudo cuidadoso dos problemas sociais, pessoa de pensar equilibrado, de palavra dextra em frase de boa dialética, objectivo e persuasivo, em resumo: sacerdote muito distinto e muito considerado nos meios católicos e sociais portugueses. As suas dissertações sobre esses problemas — família, casamento e divórcio — são, dizêmo-lo sem favor, dissertações de mestre. E de mestre que tem e terá sempre a escutá-lo e a lê-lo, com aproveitamento e agradecimento, fartíssima porção de discípulos.

A. P. — Diário de Notícias

Mons. Fino Beja, continuando os seus estudos de cultura social e religiosa, publicou Família, Casamento e Divórcio. É um livro pensado, construído e sujeito a uma doutrina profundamente austera e humana.

Devem lê-lo quantos entendem que a questão dos sexos não gera só conflitos, mas sobretudo harmonias.

A dignidade dos seres e a continuidade da espécie exige da parte dos que pensam a sério no progresso, pela selecção das vocações e pela prática dos deveres religiosos e morais, uma mais sincera e íntima compreensão do amor cristão.

Mons. Fino Beja é a tal respeito um guia seguro.

Diário de Lisboa

Já aqui tivemos ensejo de nos referir, com o merecido apêço aos dois primeiros volumes da colecção «Cultura Social e Religiosa» — empresa a que em boa hora se lançou o ilustre escritor e orador Mons. Fino Beja. E, por virem a propósito, queremos reproduzir algumas linhas que escrevemos acerca do volume com o qual se inaugurou a série:

— «Com perfeita ortodoxia e sugestivo talento literário, Mons. Fino Beja examina, nestas páginas, à luz da tradicional sabedoria da Igreja, os vários aspectos, interrogações, erros ou preconceitos da nossa época. O seu livro constitui por isso, breviário magnífico de clarividência, de equilíbrio e de «senso comum», no elevado alcance que lhe é dado dentro dos quadros inabaláveis da «perennis philosophia».

Perante o novo importante trabalho que temos na nossa frente só nos cumpre reforçar as nossas expressões de admiração e aplauso — certos de que, uma vez mais, a luminosa doutrina aqui exposta e defendida irá produzir nos espiritos, uma benéfica influência, porque nela encontrarão o melhor alimento aqueles que buscam, através das incertezas e confusões da hora que passa, o límpido contacto da verdade integral.

«Família, Casamento e Divórcio». O próprio título da obra enuncia claramente o tema que o autor se propôs tratar. Tema dos mais actuais, dos mais importantes para o destino das sociedades em crise. Antes de tudo, o mal de que sofre o mundo moderno, é um «mal de estrutura», com suas raízes nos desvios da ordem ética, tal qual fôra marcada, definida, estabelecida pelos preceitos imutáveis do Decálogo. Atacar o mal nos seus fundamentos e concorrer para assegurar em bases firmes as necessárias reconstruções — é praticar um acto meritório, é servir, da melhor forma, a causa superior do bem comum.

«Entre todas as instituições sociais, a que mais decisivamente interessa à vida do indivíduo, à vida da Igreja e à vida da Nação; a que hoje é mais rude e fortemente batida e mais carece de defesa; e a que mais corrompida se encontra e mais precisa de ser renovada, é a Família» — diz lucidamente, no prefácio, Mons. Fino Beja.

Mais adiante, escreve ainda:

— «A força e a prosperidade de uma Nação dependem inteiramente dum capital — que é o número e a qualidade dos cidadãos. E este capital humano — chamaremos-lhe assim — depende por sua vez, única e quasi exclusivamente da família».

E ainda:

— «Não pode haver sociedade cristã sem famílias cristãs; não pode haver vida católica sem famílias católicas. Toda a acção católica que não encontre na família um ponto de apoio fica geralmente condenada à esterilidade. A restauração cristã da sociedade deve ter por base a família; toda a obra de renovação deve começar pela família. É a família e não o indivíduo a base da sociedade. Este é o lugar excepcional que a família ocupa na vida do indivíduo, da Nação e da Igreja; esta é a função providencial para que foi instituída».

Assim ficam postas, logo de início, as teses que o livro se

propõe desenvolver — em pleno acôrdo com a lei divina e com os ditames da melhor sociologia, nela inspirada e fortalecida.

*

Numa breve referência como esta, só nos é possível enumerar de corrida as matérias versadas por Mons. Fino Beja.

Sob a epígrafe «*Família e Casamento*», a primeira parte divide-se nos capítulos seguintes: «*A família e a evolução materialista*», «*O casamento — instituição natural e divina*», «*As propriedades do casamento*», «*O casamento cristão*», «*O casamento civil*», «*A educação dos filhos*», «*Preparação para o casamento*», «*Celibatos e celibatários*».

Denuncia a segunda parte os «*Inimigos da Família*»; — «*O individualismo*», «*Falsos conceitos do casamento*», «*As letras e os espectáculos*», «*A emancipação da mulher*», «*Neo-maltusianismo e Eugenia*».

Enfim, na terceira ataca-se de frente o grave e momentoso problema do Divórcio, analisando-se a sua génese filosófica e histórica, a justa intolerância da Igreja, os principais argumentos dos seus defensores, a família e o divórcio em Portugal.

Muito grato nos seria ocupar-nos largamente de cada um dos capítulos citados, mas o espaço não no-lo consente. Limitemo-nos, pois, a assinalar que Mons. Fino Beja vai ao fundo dos assuntos que trata, com ampla bagagem de conhecimentos, perfeita segurança de critério, modelar nitidez de estilo — e a aconselhar vivamente a todos os portugueses a leitura deste livro utilíssimo, tonificante e restaurador.

J. A. — Diário da Manhã.

UM LIVRO OPTIMO E OPORTUNO

A Radiotelephonia, se é por vezes instrumento de difusão de erros e imoralidade, pode ser e é poderoso factor de sãos en-

sinamentos, até mesmo no campo das verdades religiosas e de actos solenes do culto.

Têm sido entre nós, nesse campo, verdadeiros apóstolos vários sacerdotes como os Rev.^{as} Moreira das Neves e Mons. Fino Beja. Este último, vai reunindo em volume as suas palestras sob o título genérico e bem cabido de *Cultura social e religiosa*.

Cada volume reproduz umas tantas palestras subordinadas ao nexo de um corpo de doutrina e caracterizadas pelas exigências do género literário: são curtas, sobrias, leves, elegantes na forma atraente, mas incisivas e convincentes.

Depois dos 2 volumes: *Palestras de cultura social e religiosa e Civilização e Comunismo*, veio agora a lume outro intitulado: *Família, casamento e divórcio*.

Não podia ser mais a propósito a publicação, quando a Acção Católica está fazendo por todo o país uma campanha a favor da defesa e restauração da *Família Cristã*.

Abrange o livro 18 palestras, distribuídas pelos 3 grupos seguintes: *Família e casamento*; *Inimigos da Família*; *O Divórcio*.

As 8 palestras do 1.^o grupo refutam o conceito evolucionista e materialista da Família, provam que o Casamento é de instituição natural e divina, analisam as suas propriedades, estabelecem na sua pureza doutrinal a noção do casamento cristão, contrato-sacramento, cujos elementos são inseparáveis e é fonte de graças para os nubentes.

Vem depois a história e a crítica do casamento civil que o galicanismo e o liberalismo maçónico inventaram para privar do carácter religioso a constituição do lar. É um dos melhores capítulos do livro em que se combate a dualidade dos contratos civil e religioso e se reclama a atribuição de efeitos civis ao segundo, deixando-se de atentar contra a consciência dos católicos pela duplicação dos contratos e deixando-se de rebaixar o casamento, que é um acto religioso à condição de mero contrato civil cuja possibilidade de dissolução a lógica reclama.

Fecha o grupo com 3 lições àcerca da educação dos filhos, da preparação para o casamento, e do celibato.

O segundo grupo de 5 palestras, defronta com os Inimigos da Família; O Individualismo; Os falsos conceitos do casamento, a que se dá por objectivo a mera satisfação das paixões sensuais, o prazer egoísta e não o sacrifício a favor dos filhos, seu principal objecto; As Letras e os espectáculos; Os erros àcerca da emancipação da mulher; as torpezas do Neomaltusianismo e da Eugenia.

Como se vê por este simples enunciado, tem alto valor estas oportunas lições de moral do Casamento.

O terceiro grupo, de 5 palestras, é consagrado ao nefasto divórcio, decretado pela revolução triunfante de 5 de Outubro de 1910 logo em 3 de Novembro desse ano e completado pelas chamadas Leis da Família, de 25 de Dezembro do mesmo ano, que instituíram o casamento civil obrigatório, declarando-o o único válido.

Veio, finalmente, em 18 de Fevereiro de 1911, o Código do Registo Civil impor, sob penas draconianas, a precedência do acto civil sobre o baptismo e o casamento religioso.

A-pesar-das propostas apresentadas antes e depois do 28 de Maio, o parecer da Câmara Corporativa contrário ao divórcio julgou importuna a sua supressão.

Continua a duplicação do casamento para os católicos com a precedência obrigatória do acto civil e a plena vigência da lei do divórcio.

Importa por isso fazer campanha contra essa duplicação e reclamar a sua modificação consoante recentes e óptimos exemplos da Itália, do Brasil, da Espanha.

Os assuntos versados neste último grupo são: Génese filosófica e histórica do divórcio; A intolerância da Igreja; Dois mártires defensores do casamento indissolúvel; Os principais argumentos do divórcio; A família e o divórcio em Portugal.

São verdadeiramente modelo de divulgação de boas doutrinas estas palestras, que reunidas em livro devem ser lidas por

quantos se interessam pelos problemas da família — e devem-no ser todos.

Bem informado e com a clara visão dos pontos capitais de cada assunto versado Mons. Fino Beja veio enriquecer as nossas letras com um precioso arsenal para a defesa do casamento cristão, uno e indissolúvel.

O volume é completado com juízos críticos àcerca dos livros anteriores do autor.

Outros se devem seguir, desde já anunciados, que pelos méritos comprovados do autor e pelos assuntos indicados, são prometedores de boa e sã leitura.

Felicitemos o culto e zeloso sacerdote por este seu utilíssimo livro.

J. FERNANDO DE SOUSA — A Voz

A colecção «Cultura Social e Religiosa» foi, agora, enriquecida com mais um magnífico e oportuníssimo trabalho de Mons. Fino Beja, orador sagrado de vasta cultura e superiores dotes de inteligência.

Muitos dos capítulos do precioso volume Família, Casamento e Divórcio, foram lidos ao microfone de «Rádio Club Português», mas a sua publicação impunha-se, pois a doutrina sãbiamente expendida não podia ficar sujeita à contingência do velho aforismo «verba volant».

Os problemas tratados por Mons. Fino Beja neste livro são de extraordinária actualidade e a sua lição deve ser ponderada e meditada por novos e velhos, por pais e mães, filhos e filhas.

O ilustrado sacerdote combate, com elegância, os erros, os malefícios das falsas doutrinas que o saído Pontífice Pio XI agrupou nos deletérios cientismo e filosofismo que, para mal do mundo e das gentes, substituíram a verdadeira filosofia e a verdadeira ciência que não são impias nem descrentes — como acentuava, numa hora feliz, o nosso Latino Coelho —; por isso,

Bacon podia lançar para o mundo o asserto que o célebre Gauchy traduziu d'este jeito: «Que si un peu de philosophie nous rend incrédule, beaucoup de philosophie nous ramène à être chrétien».

Mons. Fino Beja, depois de destruir os preconceitos que fizeram escola no século passado e ainda vivem, como mórbidas exostoses, nos cérebros pulveráceos dos inadaptáveis, constrói, argutamente, as barreiras com que se há-de defender a família das múltiplas e diversas ofensivas. Aponta o estudioso sacerdote os males da secularização do casamento, «reduzido» — entendemos ser mais justa a palavra diminuído — «à simples mas forçada formalidade de um registo civil», que leva à «falência do lar moderno» e, conseqüentemente à astenia do Estado.

Os capítulos referentes à educação dos filhos, à propedêutica do casamento, à análise da indissolubilidade do matrimónio — constituem lições de altíssimo valor, expostas com ática propriedade.

Se os volumes anteriores de Mons. Fino Beja eram trabalhos de aplaudir e aconselhar, este, «Família, Casamento e Divórcio» merece ser largamente espalhado porque dos seus ensinamentos só podem advir para a pátria horas melhores e para os individuos aquela soma de felicidade que é dado ao homem gozar neste vale de lágrimas.

Mons. Fino Beja, com a publicação do seu livro prestou um relevante serviço ao País e à sua necessária e total rechristianização.

JORGE TAGIDEU — Novidades

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio	IX

I

ORIGENS DA ACÇÃO SOCIAL DA IGREJA

I — Natureza do ensino evangélico	1
II — Doutrina social do Evangelho	23
III — Humanismo pagão ou a escravidão do homem ...	41
IV — Humanismo cristão ou a liberdade do homem ...	59
V — A grande lei do trabalho	79
VI — A reabilitação do trabalho	91
VII — O trabalho e o salário	107

II

REACÇÃO CONTRA O LIBERALISMO ECONÓMICO

I — O liberalismo económico	119
II — O Catolicismo social	137

III — A encíclica «Rerum Novarum» de Leão XIII ...	153
IV — A encíclica de Leão XIII na universidade de Coimbra	171
V — O Socialismo... ..	189
VI — O Catolicismo social e o Socialismo... ..	199
VII — As nossas responsabilidades	211

III

CORPORATIVISMO E SINDICALISMO

I — «Uma doutrina...»	225
II — Regime Corporativo cristão e medieval	235
III — Decadência e abolição das Corporações... ..	249
IV — O Sindicalismo Revolucionário	259
V — O Neo-Corporativismo... ..	269
«Cultura Social e Religiosa» e a Crítica	277

